



9°39'18"S
35°41'24"W

PARA ALÉM DO
GUIA DOS NAVEGANTES:

O FAROL DE MACEIÓ (1827-1951)

CYNTHIA N. DA ROCHA FORTES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PARA ALÉM DO GUIA DOS NAVEGANTES:
O FAROL DE MACEIÓ (1827-1951)**

Cynthia Nunes da Rocha Fortes

**MACEIÓ
2011**

Cynthia Nunes da Rocha Fortes

**PARA ALÉM DO GUIA DOS NAVEGANTES:
O FAROL DE MACEIÓ (1827-1951)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josemary Omena Passos Ferrare

Co-Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima de Mello Barreto Campello

**Maceió
2011**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto

F738p Fortes, Cynthia Nunes da Rocha Fortes.
Para além do guia dos navegantes: o Farol de Maceió (1827-1951) / Cynthia Nunes da Rocha Fortes, 2011.
147 f. : il., fots., mapas.

Orientador: Josemary Omena Passos Ferrare.

Coorientador: Maria de Fátima de Mello Barreto Campello.

Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2011.

Bibliografia: f. 127-134.

1. Farol (Monumento) – Maceió (AL). 2. Farol (Bairro) – Maceió (AL) – História. 3. Maceió (AL) – História.

CDU: 981(813.5MACEIO)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Cynthia Nunes da Rocha Fortes

**PARA ALÉM DO GUIA DOS NAVEGANTES:
O FAROL DE MACEIÓ (1827-1851)**

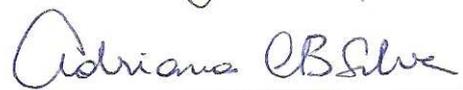
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

APROVADA em 11 / 03 / 2011

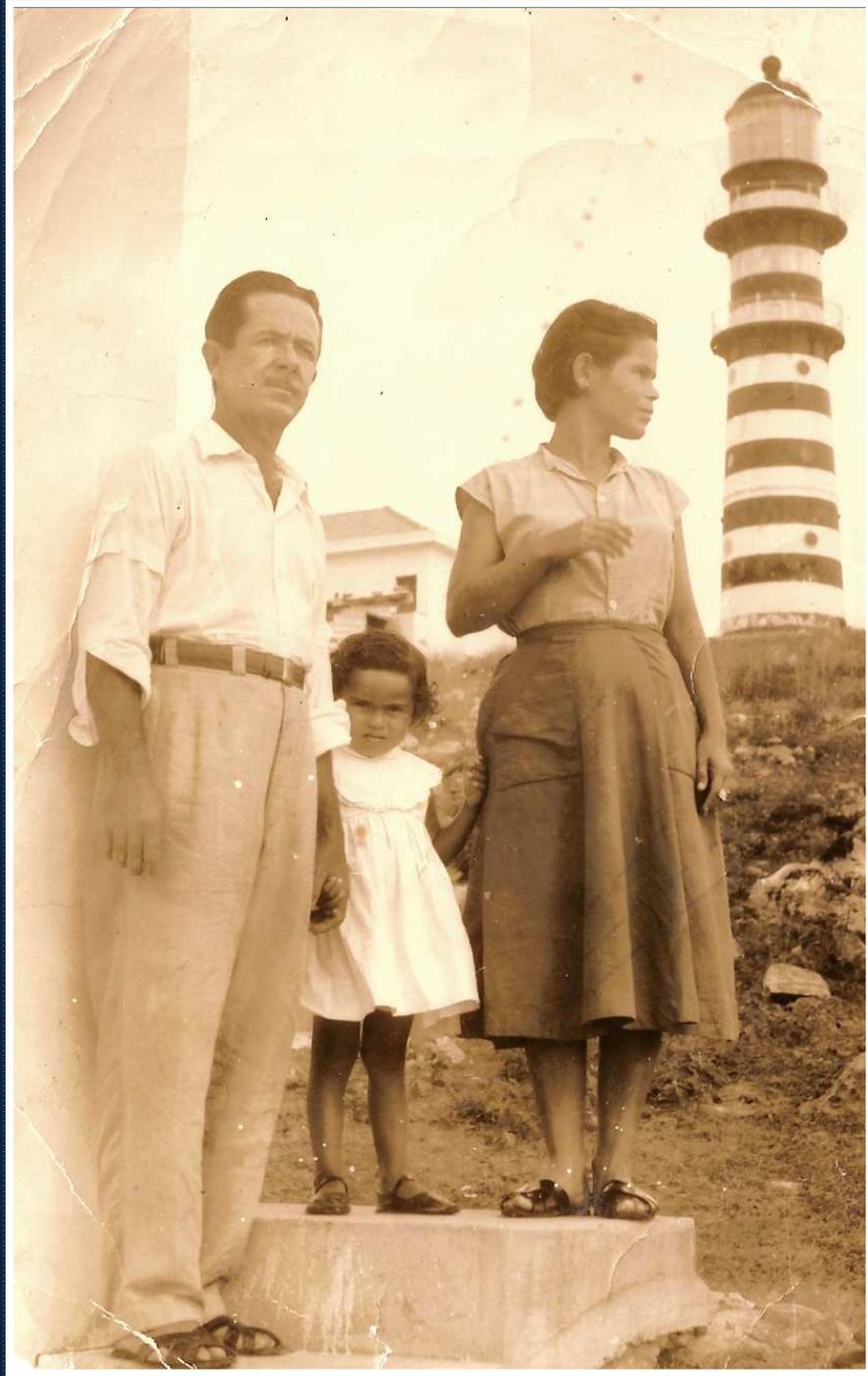
BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a JOSEMARY OMENA PASSOS FERRARE
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL (orientadora)


Prof.^a Dr.^a ANA MARIA FERNANDES
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFBA (examinadora externa)


Prof.^a Dr.^a ADRIANA CAPRETZ BORGES DA SILVA MANHAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL (examinadora interna)


Prof.^a Dr.^a VERÔNICA ROBALINHO CAVALCANTI
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL (examinadora interna)



DEDICATÓRIA

Ao meu avô José Rocha (*in memoriam*), que foi faroleiro de Abrolhos, a minha amada avó Helena (*in memoriam*) e a minha mãe, Dilma.

AGRADECIMENTOS

- * Aos meus queridos pais, **Elias** e **Dilma**, por tudo que fizeram por mim, sempre com amor e dedicação.
- * A minha amada irmã **Helena**, que sempre esteve ao meu lado compartilhando as alegrias e tristezas.
- * Ao meu querido **Cecelo**, por tudo o que representa para mim, meu farol, meu porto seguro.
- * A **Silvaninha** e **Tia Dola**, minhas outras mães, que tanto me ajudaram.
- * A **Vanessinha**, **Tio Valdomiro** e **Vivi**, que juntamente com o **Yuri**, me apoiaram durante essa longa caminhada e à **Tia Vitória** que sempre esteve presente em minha vida.
- * A **Frances** e **Nelson**, pelo apoio que sempre me deram.
- * A **Josy Ferrare**, por tudo que vez por mim, compreendeu meus problemas, me ajudou a superar minhas limitações e conduziu os trabalhos sempre com a dedicação e a competência que lhes são característica.
- * A **Fátima Campello**, pela generosidade em disponibilizar as imagens para esta dissertação e por ter transmitido o seu conhecimento sobre Maceió; sua ajuda foi vital para o aperfeiçoamento desta dissertação nesta última fase.
- * A **Ana Fernandes**, por ter aceitado participar como examinadora externa e pelas contribuições para o desenvolvimento desta dissertação.
- * A **Adriana Capretz** e **Verônica Cavalcanti** pelas valiosas considerações.
- * Aos integrantes do **RELU** (Grupo de Pesquisa Representações do Lugar), em especial à **Vanine**, que dividiu comigo as preocupações e ansiedades de um mestrado.
- * Ao poeta **Lêdo Ivo** por compartilhar o seu amor pelo farol de Maceió e à **Graça Ivo** que me foi tão gentil em se colocar como interlocutora entre mim e seu pai.
- * A **Golbery**, que além das agradáveis conversas sobre esta cidade, compartilhou comigo textos e imagens fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação.
- * Ao professor **Luiz Sávio de Almeida** pelos inúmeros ensinamentos sobre Maceió e especialmente sobre o farol e pelos incentivos constantes.
- * A **Osvaldo Maciel** que me ajudou com sua dissertação e indicação de documentos do Farol encontrados no Arquivo Público.
- * Às queridas **Socorro Rocha**, que revisou este trabalho, e **Marineide Rocha**, que me receberam de coração aberto em Aracaju.
- * A **Dorgivan Ayres**, fotógrafo e amigo, pelo carinho, amizade e disponibilidade de fotografar o farol.
- * Ao moradores da ladeira da Catedral entrevistados, que deram vida ao farol, **D. Salete**, **D. Maria do Carmo** e o **Prof Henry**.
- * Aos funcionários do IHGAL, **Meire**, **Éfren**, **Sol** e **Bia** e aos funcionários do APA **Júnior**, **Gisele** e **Gilderto**.
- * Ao **Capitão dos Portos**, **Sargento Diogo**, **Sargento William** e **Sub Gonçalves**, que gentilmente me disponibilizaram informações sobre o farol.

- * A **Marta Chagas** (super!), pela convivência e amizade desenvolvidas no IPHAN-SE, e acima de tudo, pelo apoio.
- * A **Daniel Hogrefe, Fernando Mesquita e Marcos Davi**, que fizeram ilustrações para este trabalho.
- * À **Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas - FAPEAL**, que financiou esta pesquisa, durante o período de 2008 a 2010.

RESUMO

O antigo 'farol de Maceió', o primeiro de Alagoas, foi construído em 1856 no morro do Jacutinga, atual bairro do Farol, e lá permaneceu por quase cem anos. A fatídica tromba d'água ocorrida em maio de 1949 ocasionou a "perda" do antigo farol e por conseqüência a construção do atual farol da cidade em 1951 no bairro do Jacintinho; contudo, admitimos que, apesar da ausência física, permaneceram a relação de apropriação simbólica e a experiência urbana que o antigo farol manteve com Maceió e o bairro que nomeou. Visando contribuir para o entendimento da história da cidade de Maceió e do seu espaço urbano, esta dissertação desenvolve um estudo sobre a participação do 'farol de Maceió' na formação e construção das memórias do bairro do Farol, e como se deu sua apropriação simbólica e espacial no local onde foi construído, e sua decorrente relação histórica com Maceió. A partir da análise de documentos escritos e iconográficos, pesquisados nos arquivos públicos da cidade, e depoimentos de antigos moradores do bairro do Farol, esta dissertação defende que o 'farol de Maceió' transcendeu a sua natureza náutica e marcou permanentemente a memória, o espaço e a história de Maceió. Em suma, para além do guia dos navegantes, o 'farol de Maceió' foi monumento da cidade e símbolo de um bairro, resultado da apropriação dos habitantes e dos processos sociais de construção do urbano.

Palavras-chave: Farol; Bairro do Farol; Cidade de Maceió.

ABSTRACT

The old Lighthouse of Maceió, the first of Alagoas, was built in 1856 on the hill of Jacutinga, current Lighthouse's neighborhood, and stayed there for almost one hundred years. The May 1949's tragedy led to the "loss" of the old lighthouse and the construction of a new one. The current lighthouse was constructed in 1951 in the neighborhood of Jacintinho and became the "Lighthouse of Jacintinho". However, we admit that, despite the physical absence, the relationship between the old Lighthouse and Maceió's city remained through the symbolic appropriation and the urban experience that it established. Therefore, to contribute to the research of Maceió's city history and its urban space, this dissertation develops a study about the participation of the Maceió's Lighthouse in the formation and construction of the neighborhood's memories, its historical relation with the city and how its symbolical and urban appropriation were developed. From the analysis of written and iconographic documents in Maceió's public archives, and testimonies from former residents of the neighborhood of the Lighthouse, this dissertation defends that the old Lighthouse of Maceió has transcended its nautical nature and left a permanent mark in the memory, the space and the history of Maceió. In summary, beyond the guide of sailors, the Lighthouse of Maceió was a city's monument and symbol of a neighborhood, a result of inhabitants's ownership and the social processes of urban construction.

Key-words: Lighthouse; Lighthouse's neighborhood; Maceió city.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Capa principal: ilustração de Daniel Hogrefe a partir da planta da cidade de 1902, carta náutica do litoral de Maceió e da litografia da cidade de 1864.

Capa da Introdução: aparelho de luz do antigo farol de Maceió ainda hoje em funcionamento no farol do Jacintinho, fotografia de Dorgivan Ayres..... 17

Capa do Capítulo 1: lentes do antigo farol de Maceió ainda hoje em funcionamento no farol do Jacintinho, fotografia de Dorgivan Ayres..... 26

Ilustração 1: Planta da cidade Maceió de 1841..... 30

Ilustração 2: Pormenor da planta da cidade Maceió de 1841 e respectivo quadro de legenda..... 31

Ilustração 3: Primeira imagem da cidade Maceió em 1850..... 32

Ilustração 4: Pormenor da ilustração 3, destacando (da esquerda para direita) a casa de pólvora e a casa dos guardas (A), os guardas (B), o telégrafo óptico (C) e a bateria (D)..... 33

Ilustração 5: Pormenor da planta da cidade de Maceió de 1846, mostrando a fortaleza de São João..... 34

Ilustração 6: : Pormenor da planta da cidade de Maceió de 1868, mostrando o Fortim de S. Pedro..... 35

Ilustração 7: : Aquarela de Richard Bate, 1808, da praça do Palácio, atual praça XV no Rio de Janeiro. No alto da colina, à esquerda, o mastro do telégrafo óptico..... 36

Ilustração 8: Pormenor da planta da Bateria de São Paulo em Salvador, desenhada no século XIX pelo engenheiro militar Texeira Leal..... 36

Ilustração 9: : Vista aérea do forte de Santo Antônio da Barra em Salvador..... 37

Ilustração 10: Planta da cidade de Maceió de 1820. Pela legenda da autora, 14 é a casa de pólvora (*arsenal*) e 15 é a casa dos guardas da casa de pólvora (*gardien de l'arsenal*)..... 38

Ilustração 11: Igreja de São Gonçalo no bairro do Farol, extinta casa de pólvora que foi reformada para abrigar a função religiosa..... 40

Ilustração 12: Mastro de sinais do telégrafo óptico do morro do Castelo no Rio de Janeiro..... 43

Ilustração 13: *Regimento dos sinaes para o telégrafo óptico*..... 44

Ilustração 14: Planta da cidade de Maceió em 1868..... 49

Ilustração 15: Litografia datada de 1864 feita por Manuel Ricardo Couto Pinto..... 50

Ilustração 16: Pormenor da ilustração 15..... 50

Ilustração 17: Desenho do Almirantado Britânico de 1897, doado ao 59º BI Mtz - Pedrosa, J. F. Maya.....	51
Ilustração 18: Pormenor da ilustração 17.....	50
Capa do Capítulo 2: aparelho do antigo farol de Maceió ainda hoje em funcionamento no farol do Jacintinho, fotografia de Dorgivan Ayres.....	54
Ilustração 19: Igreja dos Martírios em construção, sem data.....	56
Ilustração 20: Pormenor da ilustração 19, mostrando a presença de abrigos vernaculares no antigo morro do Jacutinga, sem data.....	56
Ilustração 21: Pormenor da ilustração 19, mostrando a presença de abrigos vernaculares no antigo morro do Jacutinga, sem data.....	56
Ilustração 22: Igreja do Rosário. É indicada a porção do morro do Jacutinga recoberta por vegetação, sem data.....	57
Ilustração 23: Pormenor da planta da cidade de 1840, mostrando os acessos ao morro do Jacutinga.....	57
Ilustração 24: Cartão-postal da Praça dos Martírios, que circulou na década de 1910, segundo Campelo Foto de Luiz Lavenère da década de 1910 (ângulo de visão 'B').....	59
Ilustração 25: Pormenor da ilustração 24 mostrando a ocupação da borda da encosta do bairro do Farol que corresponde hoje ao Mirante Ambrósio de Lira.....	59
Ilustração 26: Praça Floriano Peixoto (dos Martírios), provavelmente de fins da década de 1910, após a intervenção do Governo Malta (ângulo de visão 'A').....	60
Ilustração 27: Pormenor da ilustração 26. Ao lado esquerdo da Igreja dos Martírios pode-se atestar a ocupação da encosta onde hoje se encontra o Mirante Santa Teresinha.....	60
Ilustração 28: Fotografia da cidade de Maceió de Luiz Lavenère, 1906. Ao fundo, a Catedral e o farol (ângulo de visão 'C').....	60
Ilustração 29: Pormenor da ilustração 28, perfil da ladeira da catedral, nota-se a sua ocupação no lado contrário do farol.....	61
Ilustração 30: Mapa da área de estudo com a indicação dos ângulos de visão das ilustrações 24, 26 e 28.....	61
Ilustração 31: Fotografia de um panorama da cidade de Maceió tirado a partir do terreno do farol, apresentada na Exposição de 1881.....	64
Ilustração 32: Fotografia do farol de Maceió apresentada na Exposição de 1881.....	64
Ilustração 33: Fotografia apresentada na Exposição de 1881 de uma vista tirada a partir do farol da cidade.....	65
Ilustração 34: Página do Álbum Ilustrado do Estado, contendo as legendas em português, inglês e francês de um panorama da cidade.....	66

Ilustração 35: Cartão-postal da Litho. Trigueiros - panorama de Maceió, ao fundo a Ponte dos Fonecas. Segundo Campello (2009) circulou entre os anos de 1904 e 1906	66
Ilustração 36: Imagem de um panorama publicado no livro Terra das Alagoas de 1922	66
Ilustração 37: Planta da cidade mostrando a localização dos pântanos da cidade de Maceió segundo Cavalcanti (1998).....	69
Ilustração 38: Planta da cidade mostrando a localização dos equipamentos públicos considerados nocivos á saúde, segundo Cavalcanti (1998).....	70
Ilustração 39: Planta da cidade de Maceió de 1902.....	73
Ilustração 40: Detalhe da planta da cidade de 1902 (ilustrada) indicando os limites do bairro Alto do Jacutinga.....	74
Ilustração 41: Cartão postal mostrando o prédio do Correio e a ladeira do <i>Pharol</i>	76
Ilustração 42: Igreja da catedral e a Ladeira da Catedral ao fundo, década de 1920.....	76
Ilustração 43: Pormenor da ilustração 42.....	77
Ilustração 44: Mapa da área de estudo na cidade de Maceió mostrando a aproximada localização dos altos que compunham o planalto do Jacutinga.....	78
Ilustração 45: Núcleo mais antigo do bairro do Farol (polígono ABCD).....	79
Ilustração 46: Mapa da cidade de Maceió mostrando a malha urbana da cidade em 1868 e em 1902, os cursos d'água mais importantes existente no passado e os itinerários dos bondes no início do século XX.....	81
Ilustração 47: Panorama do Jacutinga, da atual rua Osvaldo Sarmiento (antiga São Gonçalo), 1908.....	87
Ilustração 48: 'Panorama do alto de Jacutinga' - Álbum Ilustrado do Estado de Alagoas. Vista da rua Ângelo Neto (ângulo de visão 'B')	87
Ilustração 49: Mapa da área de estudo com a indicação dos ângulos de visão das ilustrações de 47, 48 e 50.	88
Ilustração 50: Postal da Lytografia Trigueiros mostrando o aspecto da Rua Osvaldo Sarmiento, antiga Rua São Gonçalo, no início do século XX (ângulo de visão 'C', ver ilustração 49).....	88
Ilustração 51: Antigo Colégio Guido, localizado na Ângelo Neto.....	89
Ilustração 52: Atual sede do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Alagoas, localizado no alto da ladeira da Catedral, rua Osvaldo Sarmiento.....	90
Ilustração 53: Antiga Escola Normal localizada na rua Ângelo Neto.....	90
Ilustração 54: Planta da cidade de Maceió de 1931.....	92

Ilustração 55: Cartões-postais do farol de Maceió.....	94
Ilustração 56: O farol na paisagem maceioense no início do século XX. Cartão-postal de autoria de Luiz Lavenère.....	94
Capa do Capítulo 3: cidade de Maceió vista, durante a noite, a partir do farol do Jacintinho, fotografia do faroleiro de Maceió, Sub Gonçalves.....	96
Ilustração 57: Planta da cidade de Maceió em 1932.....	97
Ilustração 58: Planta da cidade de Maceió em 1942.....	98
Ilustração 59: Vista da área mais antiga do bairro Farol a partir da ladeira da Catedral, onde se verifica acentuada verticalização.....	100
Ilustração 60: Mapa da área de estudo com a localização dos principais edifícios construídos.....	101
Ilustração 61: Em primeiro uma edificação da primeira metade do século XX, um tipo chalé e em segundo plano o Edf. Phoenix.....	102
Ilustração 62: Aspecto da rodovia de Atalaia-Quebrangulo que em consequência da tromba d'água ficou quase totalmente destruída.....	104
Ilustração 63: "Local onde existiu a ponte sobre o Rio Reginaldo [atual Salgadinho]. Vê-se a direita o Hotel Atlântico e à esquerda a residência do Sr. Gabriel Silveira".....	104
Ilustração 64: Mapa da cidade de Maceió indicando os bairros noticiados pelos jornais que foram afetados pela tromba d'água de 1949.....	105
Ilustração 65: Vista parcial da Rua Barão de Atalaia. No detalhe, homem sendo retirado dos destroços de uma das casas da Barão de Atalaia.....	106
Ilustração 66: Inauguração do farol no morro do Jacintinho em 1951.....	109
Ilustração 67: Vista tomada a partir da rua Aristheu de Andrade do atual farol da cidade de Maceió, localizado no bairro do Jacintinho, na encosta do morro.....	109
Ilustração 68: A Sr ^a . Salete Campos Lima expondo o quadro do farol que tem em sua casa.....	118
Ilustração 69: Quadros expostos na sala da residência de D. Maria do Carmo. Da esquerda para a direita: o farol do bairro do Jacintinho, o antigo farol e o farolete na praia da Ponta Verde.....	118
Ilustração 70: Capa do livro 'O ajudante de mentiroso', de Lêdo Ivo.....	121
Capa Considerações finais: aparelho do antigo farol de Maceió ainda hoje em funcionamento no farol do Jacintinho, fotografia de Dorgivan Ayres.....	122
Ilustração 71: Faróis guarnecidos construídos no século XIX.....	123
Capa Referências bibliográficas: aparelho de luz do farol do Jacintinho, o mesmo instalado em 1856 no antigo e vista parcial da cidade de Maceió. Fotografia do faroleiro de Maceió, Sub Gonçalves.....	126

Capa Anexos: aparelho do antigo farol de Maceió ainda hoje em funcionamento no farol do Jacintinho, fotografia de Dorgivan Ayres..... 135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Explicação dos sinais para o telégrafo óptico de Maceió.....	27
Quadro 2: Quadro de recorrência de marcos paisagístico relativos ao farol.....	75

LISTA DE SIGLAS

APA - Arquivo Público de Alagoas

IHGAL - Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

MISA - Museu da Imagem e do Som de Alagoas

INTRODUÇÃO

O indelével farol.....	18
O farol nos arquivos públicos de Maceió.....	21
O documento visual como objeto de conhecimento.....	23

Capítulo 1

O GUIA DOS NAVEGANTES: o farol e o morro do Jacutinga no século XIX

1.1 O desejo por um farol.....	27
1.2 Defender e comunicar: vocações do morro do Jacutinga.....	29
1.2.1 A casa de pólvora.....	37
1.2.2 A bateria.....	40
1.2.3 O telégrafo óptico.....	42
1.3 O farol na paisagem de Maceió no século XIX.....	45

Capítulo 2

DE ALTO DO PHAROL A BAIRRO “REDUTO DO GRANFINISMO”: a formação do bairro do Farol

2.1 As cercanias do farol entre fins do século XIX e início do XX.....	55
2.2 A participação do farol na formação do bairro Alto do Jacutinga no início do século XX.....	67
2.2.1 A cidade de Maceió no início do século XX.....	67
2.2.2 O bairro Alto do Jacutinga.....	72
2.2.3 O Alto do Pharol como o núcleo mais antigo do bairro.....	77
2.3 No Farol respiram-se novos ares: o bairro “reduto do granfinismo”.....	82
2.4 A representatividade do farol de Maceió nos cartões-postais (1903-1934).....	92



Capítulo 3

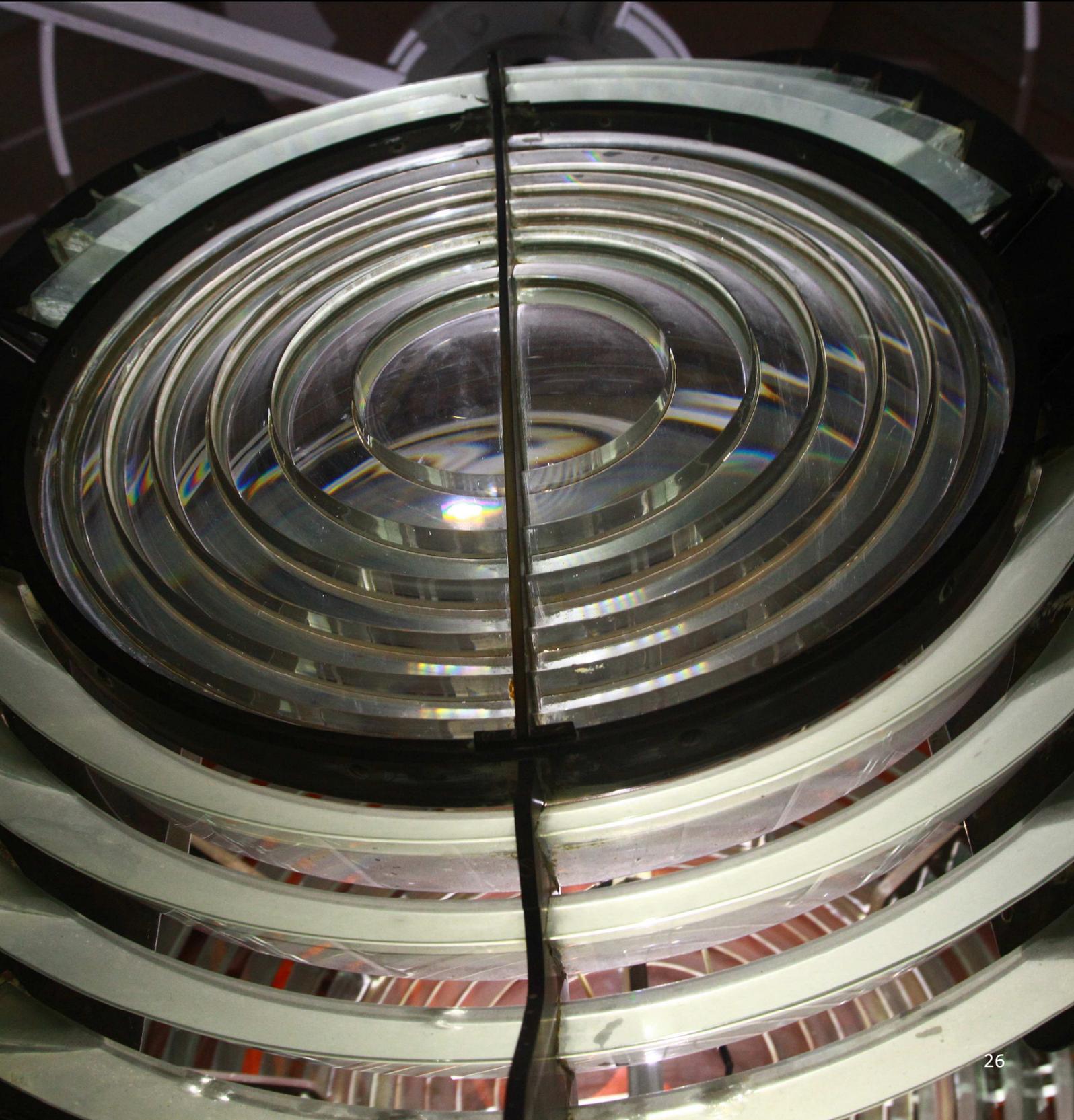
AUSENTE, MAS PERMANENTE: o farol na memória maceioense

3.1 O domínio simbólico e territorial do farol.....	97
3.2 A tromba d'água de 1949 e a transferência para o morro do Jacintinho em 1951.....	103
3.3 O farol como monumento da cidade de Maceió.....	110
3.4 "Farol de Maceió! Também meu guia!".....	113
3.4.1 Sobre a memória de um bairro e de seus moradores.....	113
3.4.2 Porque o farol me viu nascer.....	115
3.4.3 Pequena biografia do farol na prosa de um ilustre morador.....	119
Considerações finais	123
Referências bibliográficas	127
Anexos	129
Anexo A - Transcrição do documento do Ministério da Marinha encontrado na Capitania dos Portos de Alagoas sobre a inauguração do novo sistema de luz do farol de Maceió.....	136
Anexo B - Transcrição do ofício enviado ao Presidente da Província de Alagoas em 1877 pelo presidente da Associação Comercial de Alagoas sobre a mudança do sistema de comunicação de Maceió.....	139
Anexo C - Transcrição da correspondência enviada ao Secretário do Interior pelo Inspetor Geral de obras públicas no dia 17 de agosto de 1896 que trata do calçamento da ladeira do <i>Pharol</i>	140
Anexo D - Transcrição da correspondência enviada ao Secretário do Interior pelo Inspetor Geral de obras públicas no dia 22 de setembro de 1896 que trata do calçamento da ladeira do <i>Pharol</i>	141
Anexo E - Transcrição de trechos do parecer sobre a escolha do local para a implantação do cemitério público de Maceió em 1850.....	142
Anexo F - Cópia do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).....	144
Anexo G - Lista de faróis guarnecidos construídos no Brasil no século XIX.....	146



Capítulo 1

O G U I A D O S N A V E G A N T E S
o farol e o morro do Jacutinga no século XIX



CAPÍTULO 1 – O GUIA DOS NAVEGANTES: O FAROL E O MORRO DO JACUTINGA NO SÉCULO XIX

1.1 O DESEJO POR UM FAROL

Desde a abertura dos portos, após a chegada da família real ao Brasil em 1808, as vilas que possuíam um ancoradouro natural se beneficiaram e se desenvolveram a partir da atividade portuária (CAVALCANTI, 1998). Maceió, como tantas outras capitais do litoral nordestino, desenvolveu-se graças à atividade portuária proporcionada por seu ancoradouro natural, Jaraguá. Foi ele, efetivamente, a razão encontrada pelo poder local para a transferência da capital, da velha cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro) para Maceió em 1839 (COSTA, 2001; BARROS, 1991; FERRARE, 2006).

Nesse contexto, sem um farol, a Província de Alagoas no século XIX, essencialmente de economia agroexportadora, não poderia escoar sua produção com segurança. Com ele, a cidade de Maceió oitocentista aumentava o número de exportações noite adentro em Jaraguá e desenvolvia-se com a Província. Por outro lado, para o Governo Imperial, o desejo por um farol fazia parte da política de desenvolvimento e segurança dos seus portos (ALMEIDA, 2008).

As mensagens dos presidentes da Província de Alagoas no século XIX que tratam da construção do farol são entusiásticas em relação aos benefícios que essa obra traria para o desenvolvimento do comércio marítimo e, conseqüentemente, para a Província, em termos de desenvolvimento econômico e urbano. No relatório provincial de 1857, o presidente da província, Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, destaca a importância do serviço do farol para Alagoas⁹: “Os benefícios resultantes desta obra são immensis. Hoje entram os navios neste porto e sahem a qualquer hora da noite, sem receio de naufrágio”.

Sob o mesmo anseio, a segurança dos portos, os relatórios da Repartição dos Negócios da Marinha da década de 1840 relatavam a necessidade da construção de um farol para Alagoas e outras províncias do Nordeste brasileiro. Os ministros Marquês de Paranaguá (1843)¹⁰ e Jeronimo Francisco Coelho (1844)¹¹ discorreram em seus relatórios

⁹ RELATÓRIO apresentado á Assembléa Provincia das Alagoas pelo presidente da mesma dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque em 1º de março de 1857. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1857.

¹⁰ RELATÓRIO da Repartição dos Negocios da Marinha, apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 1.ª sessão da 5.ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário d'Estado Marquez de Paranaguá. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1843, p.20. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html>>. Acessado em 26 de ago. 2009.

¹¹ RELATÓRIO da Repartição dos Negocios da Marinha, apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 3.ª sessão da 5.ª legislatura, pelo respectivo ministro e secretário d'Estado Jeronimo Francisco Coelho. Rio de

sobre as vantagens de se construir faróis nas províncias de Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte. Segundo a relação de faróis constante no Relatório Repartição dos Negócios da Marinha de 1844¹², somente as províncias da Bahia (na Barra) e Pernambuco (em Recife) contavam com faróis para auxiliar a navegação em meados do século XIX.

Nessa mesma ocasião [relatório apresentado na Sessão de 1843] vos foi ponderado o quanto era vantajoso a collocação de novos Pharóes em outros pontos do Imperio, como seião nas Alagoas, Ceará, e no Rio Grande do Norte, no recife que faz o canal de S. Roque; espero por tanto que tornareis em vossa ilustrada consideração o quanto importa prover a taes estabelecimentos, decretando para isso os fundos a que forem sufficientes (RELATÓRIO, 1844, p. 10).

Dentro dessa perspectiva, o farol de Maceió, que somente haveria de ser construído em 1856, foi idealizado em 1827. No dia 25 de julho desse ano, foram enviados pelo Tribunal da Junta do Comércio ao Presidente da Província das Alagoas desenhos e plantas de um farol para ser construído nos recifes da enseada de Jaraguá, mas, “podendo o mesmo ser também aproveitado em qualquer outro local”. Somente no dia 2 de março de 1830, foi aprovado o projeto pelo mesmo Tribunal, que liberou uma verba de 6:000\$000, proveniente da Tesouraria Geral da Fazenda, para a construção do farol nos recifes de Jaraguá. Logo, foram iniciadas as obras de aterro (LIMA JÚNIOR, 1976).

Entretanto, em 1834, sem que os documentos oficiais justificassem os motivos, as obras nos recifes de Jaraguá foram suspensas. Com a doação de 60 braças de terras, localizadas no morro do Jacutinga, pelo rico proprietário de terras do Poço Bento Ferreira Guimarães ao Governo Imperial, decidiu-se por um novo local para o farol.

Nós abaixo assignamos, marido e mulher entre os mais bens que possuímos de mansa e pacifica posse he bem assim o terreno n'esta villa no outeiro em frente ao mar com sessenta (60) braças de frente e fundos em frente ao Rio do lado L. aquebrada em frente ao mar, fundo e meio circulo da quebrada do N. e lado O. em São Gonçalo, fazemos cessação de dito terreno ao Governo de S. M. I. para as obras de garantia e AS MAIS QUE S. ORDENAR; por minha mulher não saber ler nem escrever assigna o Snr. José Antonio de Farias.

Villa de Maceió, 15 de Junho de 1834. – Bento Ferreira Guimarães, por Andreza Maria da Cruz, José Antonio de Farias¹³.

Janeiro, Typographia Nacional. 1844, p.10. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html>>. Acessado em 26 ago. de 2009.

¹² RELATÓRIO da Repartição dos Negocios da Marinha, apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 3.^a sessão da 5.^a legislatura, pelo respectivo ministro e secretário d'Estado Jeronimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1844, p.20. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html>>. Acessado em 26 de ago. 2009.

¹³ DOAÇÃO de 60 braças de terras ao Governo Imperial em 1834 por Bento Ferreira Guimarães e sua esposa. Maceió, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

1.2 DEFENDER E COMUNICAR: VOCAÇÕES DO MORRO DO JACUTINGA

No século XIX, antes da construção do farol em 1856, o morro ou planalto do Jacutinga correspondia geograficamente a uma porção da extensa colina (ou outeiro) que limitava a cidade de Maceió ao norte e nordeste. Essa função limítrofe do Jacutinga foi destacada pelos autores da geografia descritiva do período; desde o *‘Opúsculo da descrição geográfica e topográfica, física, política e histórica’*¹⁴ de 1844, de autoria atribuída a Antonio Joaquim de Moira, passando pelos *‘Apontamentos sobre diversos assumptos geographico-administrativo da Provincia das Alagoas’* de 1869, de José Alexandrino Dias de Moura¹⁵, e chegando à famosa *‘Geografia alagoana’* de Espíndola (2001, p.141) de 1871.

A toponímia morro do *Jacutinga* originou-se da palavra *jacu*, nome das aves que lá viveram em grande número nos primórdios de Maceió. O morro do Jacutinga, ainda na segunda metade do século XIX, era um planalto coberto de densa mata, “grosso capoeirão de árvores altas e grossas”, onde se extraía madeira de qualidade, que foram utilizadas em muitas casas de taipa da rua do Sol e onde os moradores da ainda vila ia caçar aos domingos (LIMA JÚNIOR, 1974, p.3).

Essa colina no século XIX era quase totalmente desabitada, não fosse a presença, da casa de pólvora, da casa dos guardas, da bateria e do telégrafo óptico, todos implantados na área correspondente ao morro do Jacutinga. Prova da existência desses equipamentos públicos, excetuando a bateria, encontra-se na iconografia mais antiga de Maceió: a planta da cidade de 1841 (ilustração 1), desenhada por Carlos de Mornay, uma atualização do plano de Sebastião Francisco de Mello e Póvoas (1818-1822), primeiro governador da Província de Alagoas; e também na primeira imagem da vila em 1850, de autor desconhecido.

¹⁴ “Esta colocadas em uma planície elevada, próxima ao litoral, e guarnecida da parte do Norte por uma colina longa, que se estende de Leste a Oeste; [...]”. HUM BRASILEIRO. Opúsculo da descrição geográfica e topográfica, física, política e histórica: do que unicamente respeita à Província das Alagoas. Rio de Janeiro: Ty. De Berthe e Haring, 1844.

¹⁵ “É limitada a leste e sul pelo Atlantico, a oeste pela lagoa do Norte e ao norte por uma cordilheira de outeiros, cujo cume forma um vasto taboleiro, que se estende para o interior”.

MOURA, Alexandrino Dias de. Apontamentos sobre diversos assumptos geographico-administrativo da Provincia das Alagoas. 1869. Realizado por José Alexandrino Dias de Moura. Maceió, 30 de abril de 1869. In: RELATORIO lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 16 de março de 1869 pelo presidente da mesma, o exm. snr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1869.

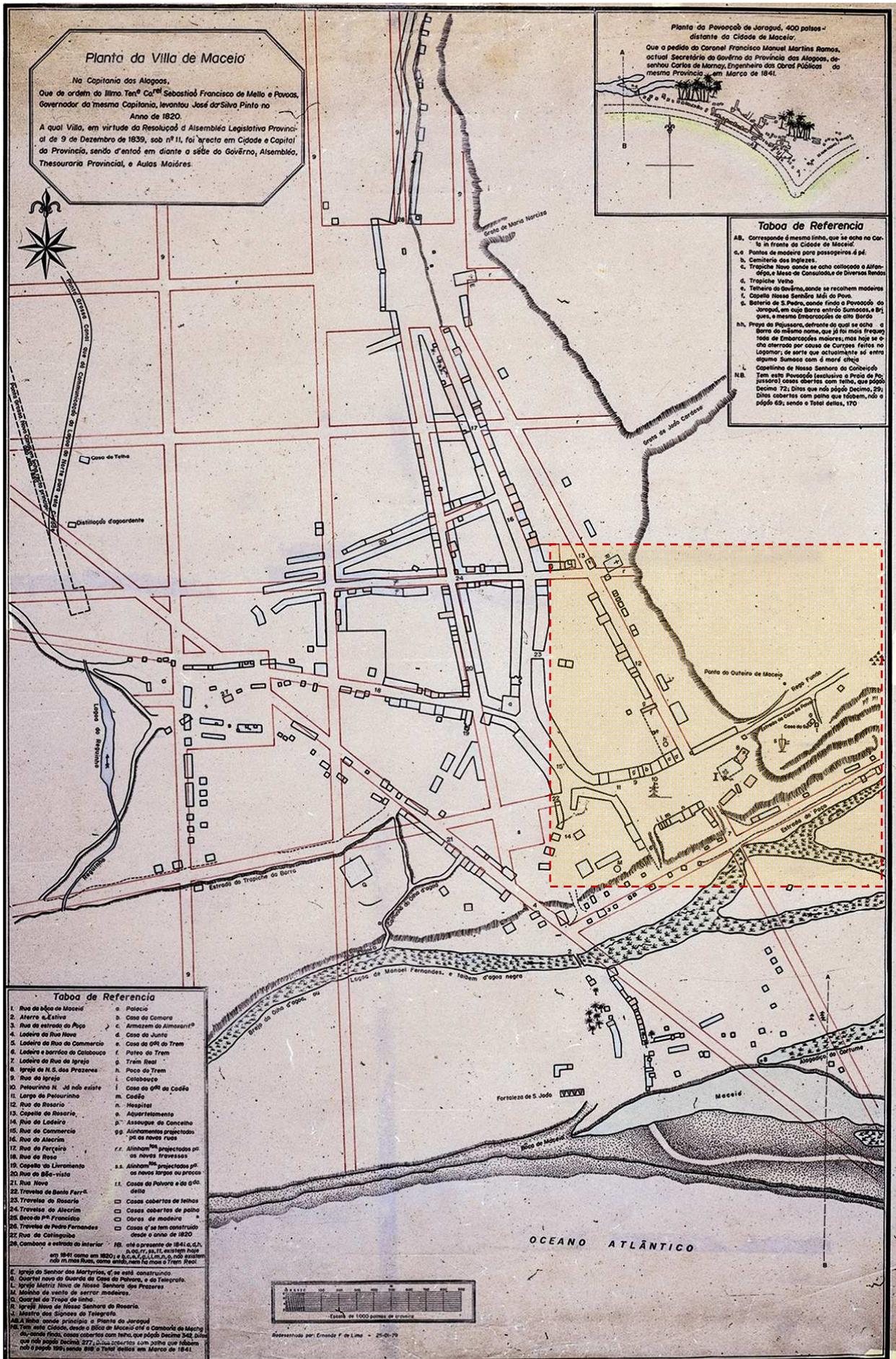


Ilustração 1: Planta da cidade Maceió de 1841, com detalhe para o morro do Jautinga. Fonte: mapoteca IHGAL.

Na legenda da planta de 1841 constam as seguintes indicações (ilustração 2): *Casa da Polvora e da G^{da} della* (t.t.), *Quartel novo do Guarda da Casa de Polvora, e do Telegrafo* (G) e *Mastro dos Siganes do Telegrafo* (S)¹⁶. Pela planta, essa área ocupada do outeiro é separada pela “Estrada da Casa da Polvora” (atual Ladeira da Catedral) da denominada “Ponta do Outeiro de Maceio”, que será posteriormente conhecida como o morro do Jacutinga. Essa denominação geográfica diferenciada – “Ponta do Outeiro de Maceio” – área que concentrava os equipamentos públicos de defesa e comunicação, era identificada de forma diferenciada pela população, como *morro da Pólvora*, como afirmou Lima Júnior (1974, p1): “Parte do planalto [do Jacutinga] foi posteriormente conhecida como Oiteiro do Paiol ou Morro da Pólvora, devido ao depósito de materiais inflamáveis e munições de guerra [...]”. Depois, com a construção do farol, essa mesma área passou a ser chamada de morro do *Pharol*.

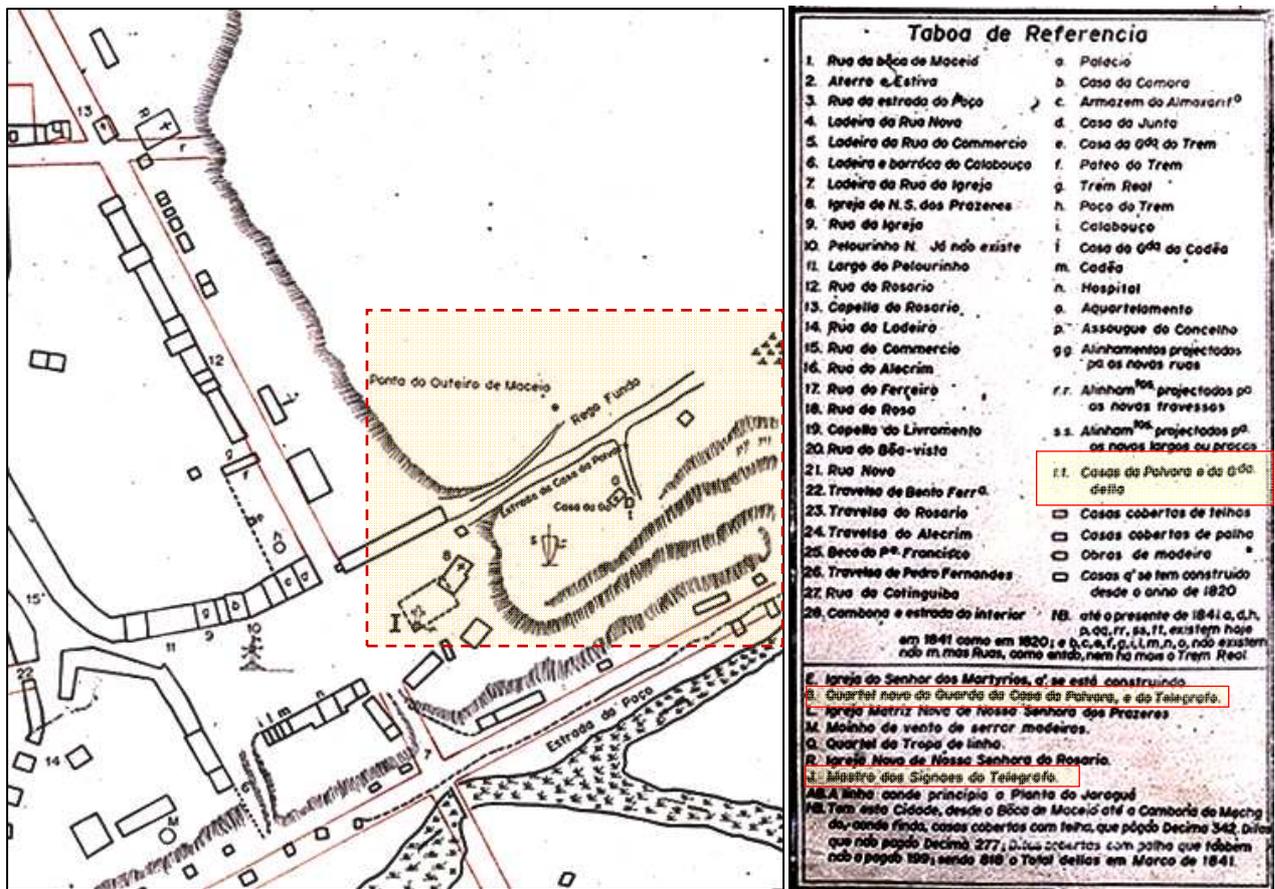


Ilustração 2: Pormenor da planta da cidade Maceió de 1841, mostrando a área do morro do Jacutinga onde foi implantado o sistema de comunicação e defesa da cidade e respectivo quadro de legenda. Fonte: mapoteca IHGAL.

¹⁶ Um telégrafo óptico é um instrumento de comunicação composto por dois elementos básicos, bandeira e mastro, que serve para informar a chegada de navios em um porto. As bandeiras sinalizam as condições e origem do navio através de símbolos e cores, e a posição das bandeiras colocadas no mastro indicava de qual direção vinha a embarcação (LIMA JÚNIOR, 1974).

Como já adiantamos, a bateria, o telégrafo óptico, a casa de pólvora e a casa dos guardas estão registrados também na primeira imagem da cidade de Maceió, datada de 1850¹⁷ (ilustração 3). Essa imagem fundante representa ao centro a antiga Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, demolida em 1850 para a construção da atual, inaugurada em 1859 no mesmo local. De um lado e do outro da Matriz, a carreira de casas de cada lado define o largo – o coração da vila –, local onde existiu o engenho *Massayó*, que deu nome à cidade, e que Craveiro Costa (2001) afirma ter sido o primeiro núcleo de povoação de Maceió. O morro do Jacutinga aparece na imagem como pano de fundo, como “testemunha” do surgimento da vila. Em seu topo estão ilustradas (da esquerda para a direita): a casa dos guardas e a casa de pólvora¹⁸, dois guardas, o mastro do telégrafo óptico, e a bateria, esta desenhada de forma mais rudimentar (ilustração 4).

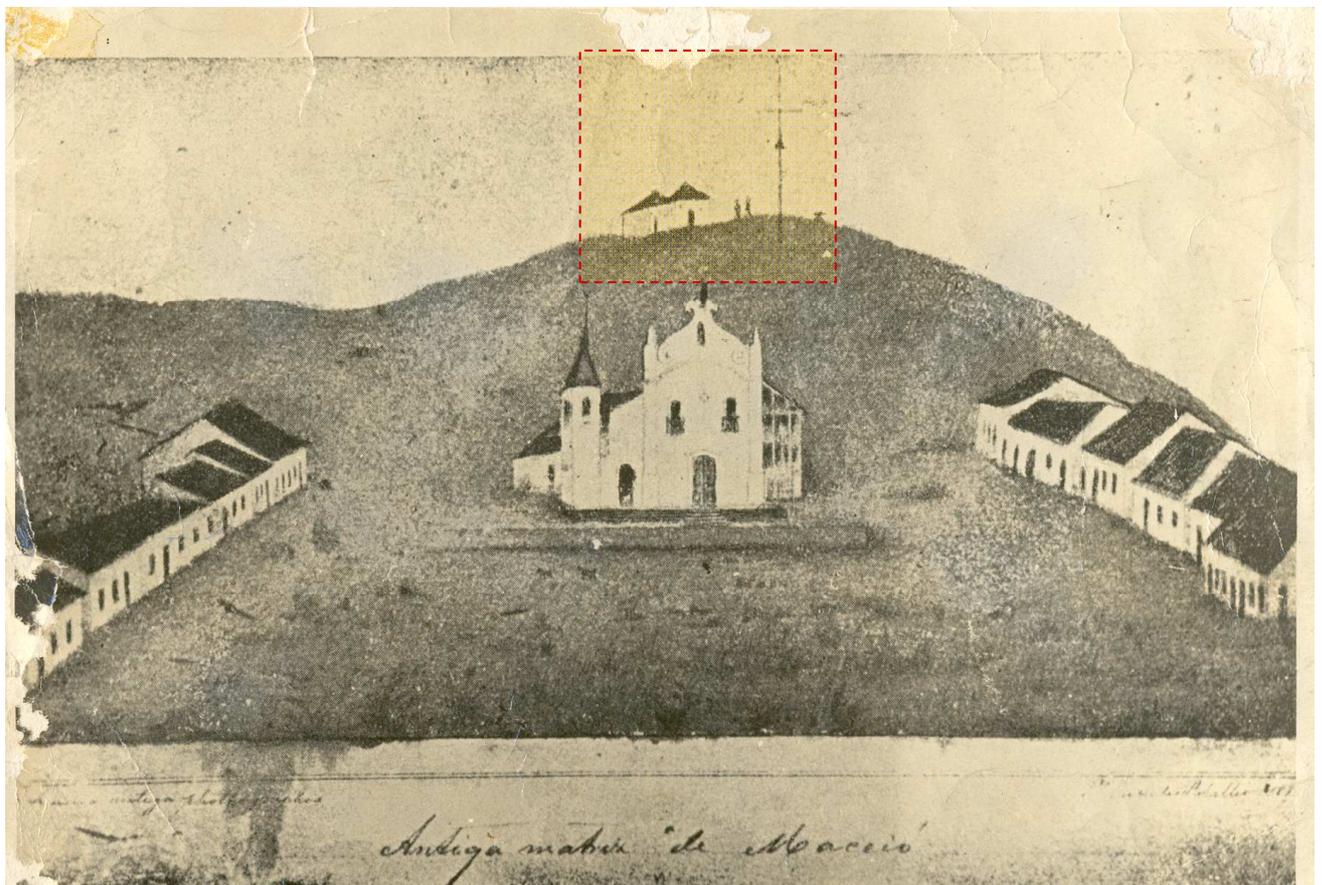


Ilustração 3: Primeira imagem da cidade Maceió em 1850, com detalhe para o morro do Jacutinga. Fonte: MISA.

¹⁷ Cf. COSTA, 2001, p. 18.

¹⁸ No mapa de 1841 a casa de pólvora e a casa dos guardas são representadas pela mesma legenda, *Casa da Polvora e da G^{da} della*, ainda que no morro sejam identificadas duas distintas edificações uma próxima ao mastro do telégrafo e outra mais acima desta. Já a litografia da cidade de 1864 (ilustração 16, na página 34) depõe a favor de que a casa de pólvora estava mesmo localizada mais ao alto, pois nessa imagem aparece a casa de pólvora atrás do farol, da mesma forma como foi identificada na planta de 1868 (ilustração 14, na página 33) Essas análises não nos permitem afirmar categoricamente a posição da casa de pólvora.

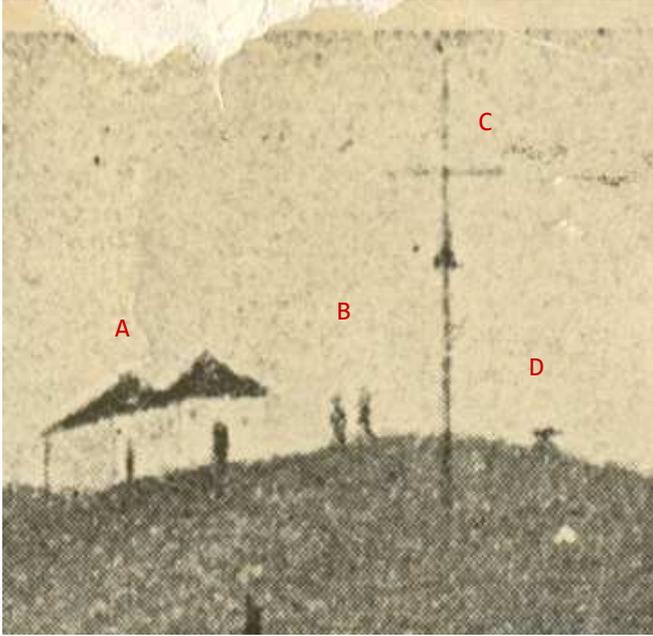


Ilustração 4: Pormenor da ilustração 3, destacando (da esquerda para direita) a casa de pólvora e a casa dos guardas (A), os guardas (B), o telégrafo óptico (C) e a bateria (D). Fonte: IHGAL.

Portanto, no século XIX, o morro do Jacutinga, por sua vocação natural, em cota elevada e fronteiro à cidade, configurou-se como solução para o sistema de comunicação e defesa de Maceió, pois proporcionava ampla visão do ancoradouro de Jaraguá e da malha urbana de Maceió.

A bateria e o telégrafo ótico foram responsáveis pela efetiva comunicação entre os dois bairros da cidade no século XIX, segundo Espíndola (2001) as antigas freguesias de Nossa Senhora dos Prazeres (Maceió) e Nossa senhora Mãe do Povo (Jaraguá). Como se pode ver na planta de 1841, Maceió correspondia à sede administrativa da Província de Alagoas, e se restringia ao patamar elevado hoje correspondente ao centro histórico; e o bairro de Jaraguá (representado no detalhe da planta) correspondia à faixa ocupada da enseada que servia de ancoradouro natural; esse bairro era separado do de Maceió pelo riacho Maceió (atual Salgadinho).

Esse sistema de comunicação foi por muitos anos o elo entre o porto de Jaraguá e os maceioenses, entre os portos nacionais e estrangeiros e a capital alagoana¹⁹. Afinal, os portos no século XIX não serviam apenas como local de escoamento dos gêneros de exportação, lugar das práticas econômicas, foram também lugares de encontro de

¹⁹ A navegação costeira em Alagoas era feita quase exclusivamente por duas companhias, a baiana e a pernambucana, contratadas pelo Governo provincial desde 1853 e 1855; a primeira fazia escalas nos portos de Estância, Espírito Santo, Aracaju, São Cristóvão e Penedo; a segunda, nos portos de Porto de Pedras, Camaragibe, Penedo e São Miguel (ESPÍNDOLA, 2001). O fluxo de passageiros e as trocas culturais entre Maceió e a Europa foram somente ampliados em 1879, após acordo firmado com a companhia de pacotes *Real Mala*. No dia 13 de dezembro daquele ano foi inaugurado o serviço, quando ancorou no porto de Jaraguá o vapor *Minho*, daquela companhia.

habitantes de diversas pátrias e 'lócus da novidade'. Chegavam aos portos brasileiros, não apenas novos produtos vindos das praças da Europa, mas também ideais políticos e culturais. As idéias políticas da Revolução Francesa e da 'República Federativa' dos Estados Unidos chegaram à cidade de Maceió com as sumacas, barcas, barcas a vapor e paquetes estrangeiros e nacionais que ancoravam na enseada de Jaraguá (CAVALCANTI, 1998).

Em relação ao sistema de defesa implantado no morro do Jacutinga, composto pela bateria e a casa de pólvora, poderia ser considerado rudimentar, dada a pouca relevância econômica e política de Maceió no cenário nacional no século XIX. Pela iconografia do período, sabemos que além da bateria, existiram no litoral de Maceió a fortaleza de São João próxima à localidade chamada Boca de Maceió, que consta na planta de 1841, e o fortim de São Pedro, localizado no final da enseada de Jaraguá, próximo à enseada da Pajuçara, que foi ilustrado na planta de 1868²⁰ (ver ilustrações 5 e 6, pormenores das plantas). Ainda que a bateria do morro do Jacutinga tivesse sido pensada para a defesa em conjunto com a casa de pólvora, certamente foi utilizada mais para a comunicação entre mar e terra, sendo os fortins, possivelmente, pensados como forma efetiva de segurança do ancoradouro de Jaraguá.

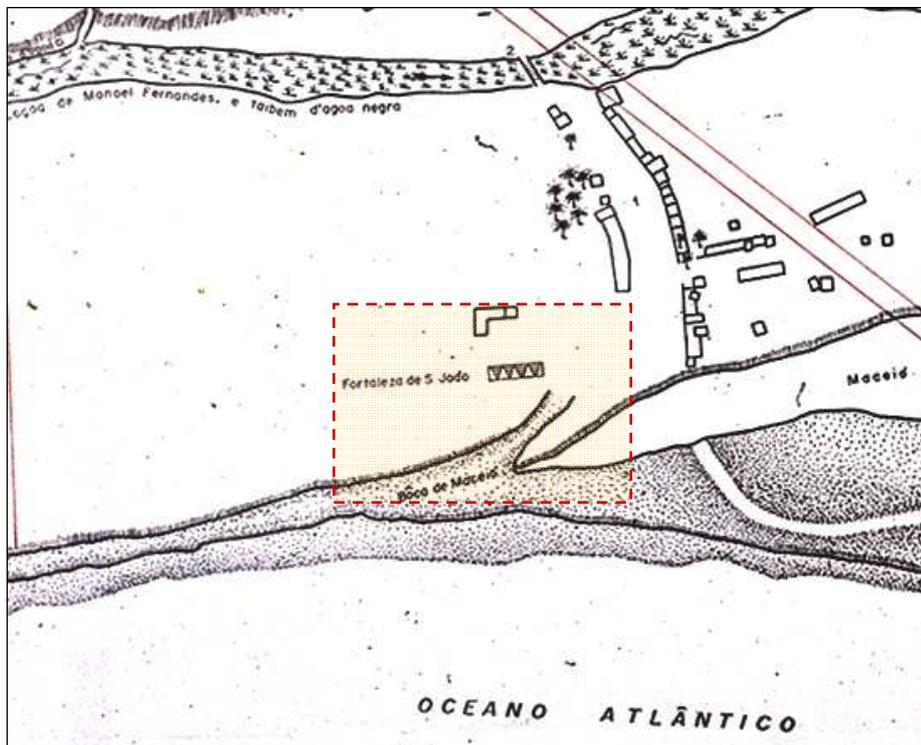


Ilustração 5: Pormenor da planta da cidade de Maceió de 1846, mostrando a fortaleza de São João. Fonte: IHGAL, 1998.

²⁰ Sobre eles consultar: LIMA JÚNIOR, Félix. **Fortificações históricas de Maceió**. Maceió: DEC, 1986.

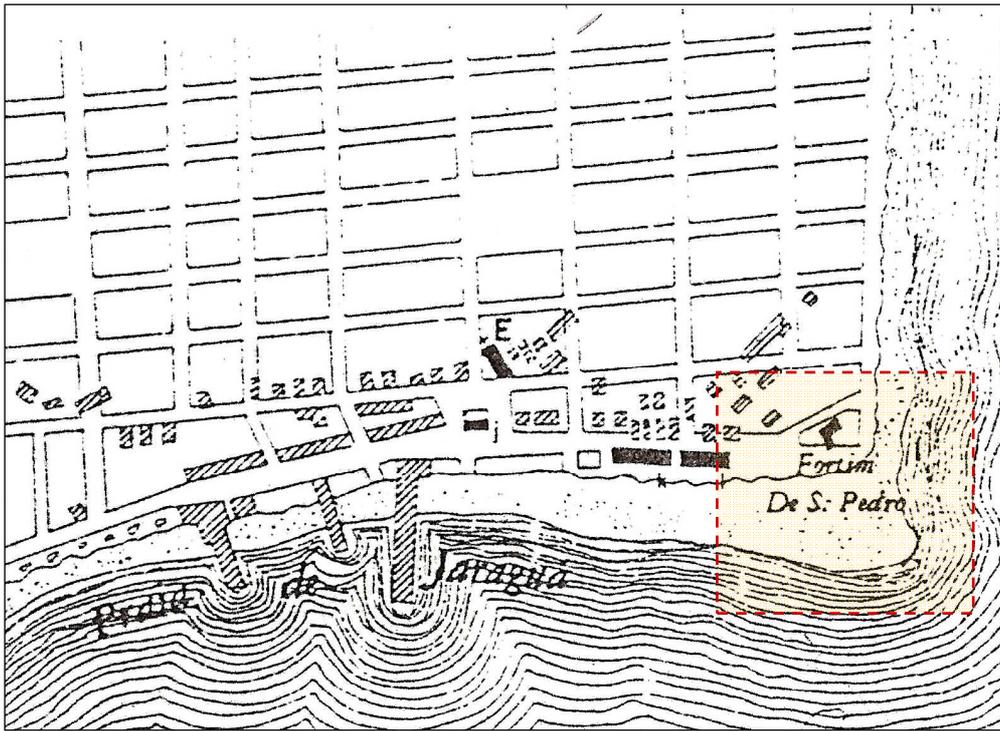


Ilustração 6: Pormenor da planta da cidade de Maceió de 1868, mostrando o Fortim de S. Pedro. Fonte: CAVALCANTI, 1998.

Talvez, pela reduzida possibilidade de Maceió ser atacada ou pela falta de recursos, a área do Jacutinga que concentrava esses equipamentos de defesa e comunicação não foi fortificada, diferentemente do que ocorreu nas principais cidades brasileiras do século XIX. Em Salvador, por exemplo, a Bateria de São Paulo da Gamboa era fortificada (ilustração 8); e no Rio de Janeiro, o telégrafo óptico do morro do Castelo ficava dentro do forte de São Sebastião²¹ (ilustração 7). Segundo esse padrão, a fortificação da área da bateria e da casa de pólvora, poderia ser de grande valia para a segurança da cidade de Maceió, pela excepcional posição do morro do Jacutinga em relação à Jaraguá. Tomando o exemplo dado por Oliveira (2008, p. 67, grifo do autor) de que “a fortificação [de Santo Antônio da Barra] não merecia crédito, tendo ainda como desvantagem um **padrasto**, o atual morro do Gavazza”, por isso foi construída no seu interior o farol; o morro do Jacutinga se configuraria como um “padrasto” para os fortins construídos no litoral, ou seja, “posição mais elevada que a de uma fortaleza, de onde esta poderia ser atacada”, por isso mesmo, paramelhor desempenho de sua capacidade defensiva, poderia ter sido fortificado²².

²¹ C.f. NONATO e SANTOS (2000, p.80), ao citar as palavras de Jean Baptiste Debret: “[...] e o mais alto, no centro, é o dos sinais ou do Castelo, no qual se construiu a Igreja de São Sebastião, patrono da cidade”.

²² OLIVEIRA (2008, p. 67, grifo do autor).



Ilustração 7: Aquarela de Richard Bate, 1808, da praça do Palácio, atual praça XV no Rio de Janeiro. No alto da colina, à esquerda, o mastro do telégrafo óptico. Fonte: NONATO e SANTOS, 2000, p.83.

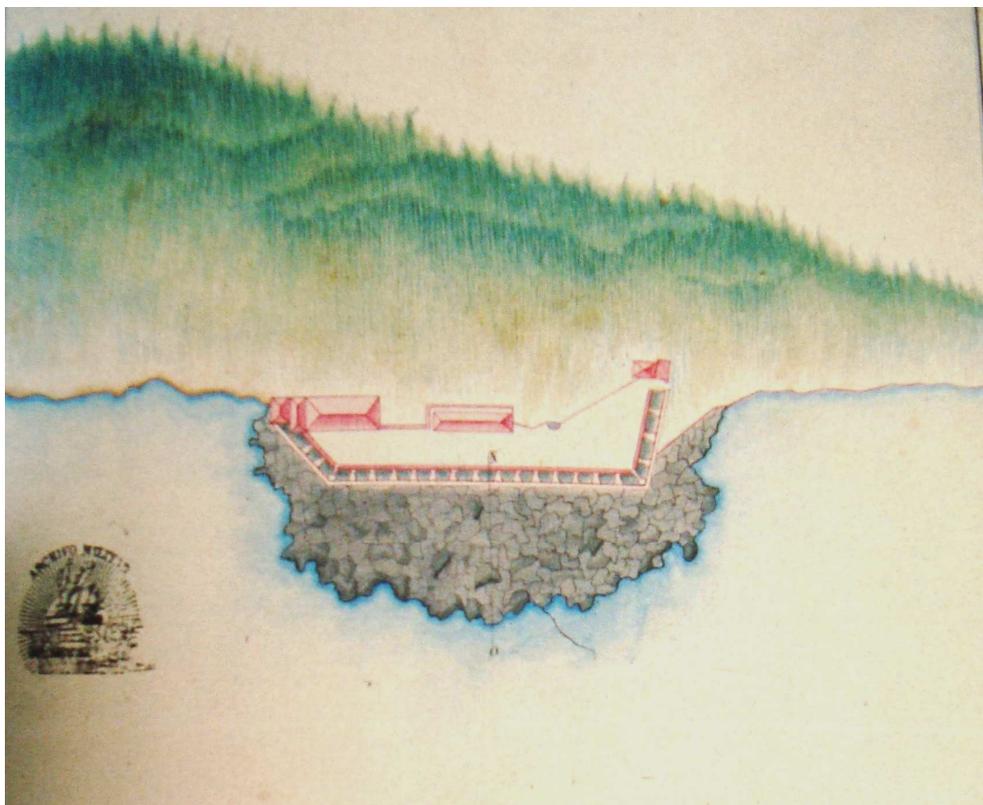


Ilustração 8: Pormenor da planta da Bateria de São Paulo em Salvador, desenhada no século XIX pelo engenheiro militar Texeira Leal. Fonte: OLIVEIRA, 2008, p. 143.



Ilustração 9: Vista aérea do forte de Santo Antônio da Barra em Salvador. Fonte: OLIVEIRA, 2008, p. 64.

1.2.1 A casa da pólvora

Segundo Félix Lima Júnior (1966, p.44), nas terras doadas para a construção do farol ao Governo Imperial por Bento Ferreira Guimarães em 1834, foi instalada uma bateria e construídas duas edificações, uma para os guardas e outra para o depósito de pólvora ou paiol da cidade. Entretanto, contrariamente às informações do referido autor, tanto a casa de pólvora (*arsenal*), quanto à casa dos guardas (*gardien de l'arsenal*) estão representadas na planta da cidade de Maceió de 1820 (ilustração 10), representação do plano de Mello e Póvoas (1818-182) elaborado por Cavalcanti (1998), cujo original, como dissemos, não existe. É possível que a bateria também existisse desde 1820, como parte do sistema de defesa da vila, mas, talvez, não foi ilustrada na planta por não ser uma construção, caso de todos os elementos constantes na mesma.

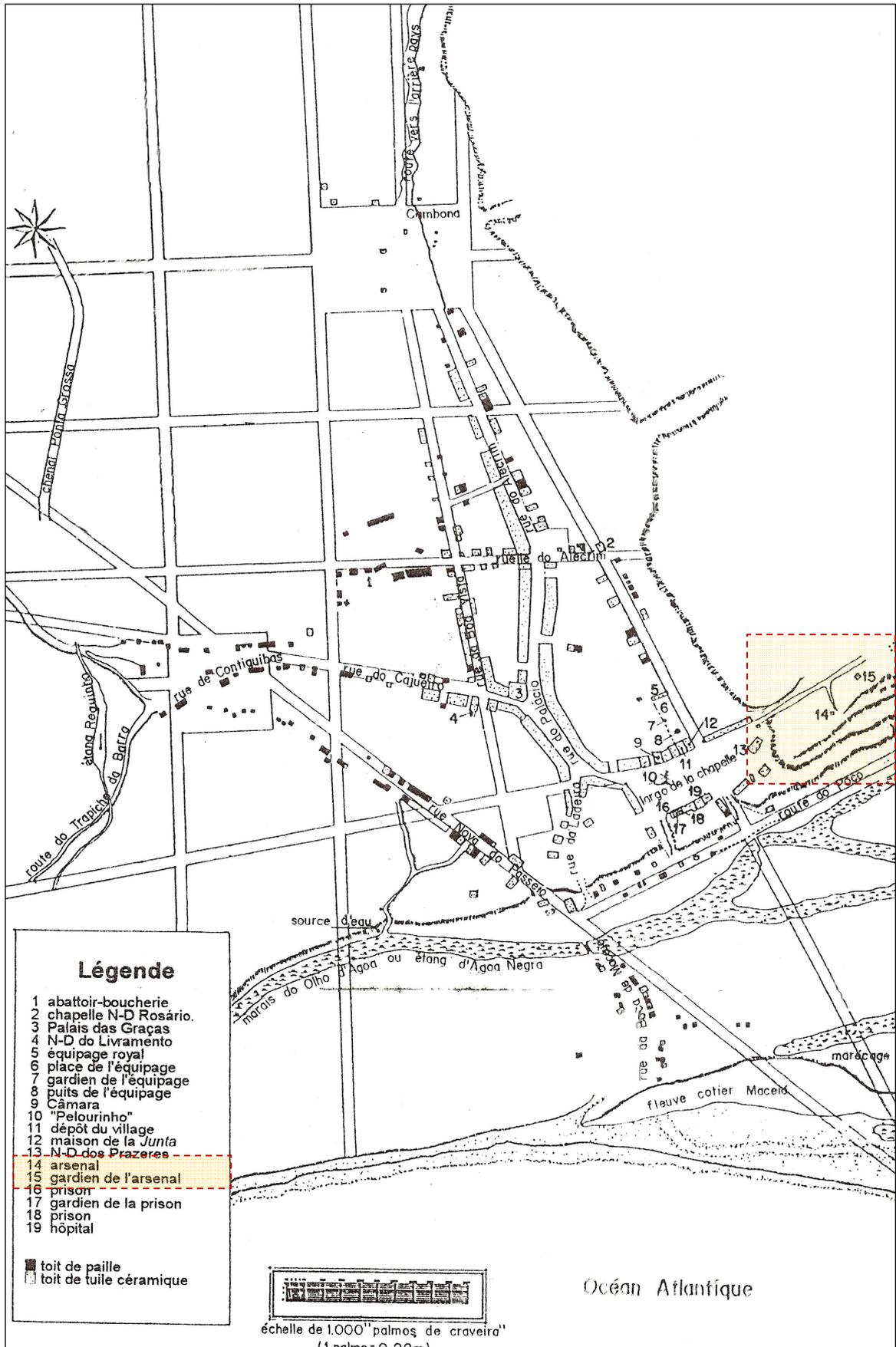


Ilustração 10: Planta da cidade de Maceió de 1820. Pela legenda da autora, 14 é a casa de pólvora (arsenal) e 15 é a casa dos guardas da casa de pólvora (gardien de l'arsenal). Fonte: CAVALCANTI, 1998.

Julgamos ser a casa de pólvora representada nas plantas da cidade de 1820 e 1841 o primitivo paiol da cidade, pois acreditamos que existiram duas casas de pólvora, essa que aparece nessas plantas e outra, a da planta de 1868 (ilustração 14 na página 33), construída em 1852 nas proximidades daquela, que fora demolida para dá lugar à nova. Essa proposição é fundamentada no primeiro registro escrito encontrado da casa de pólvora, o relatório provincial do presidente José Bento da Cunha Figueiredo de 1852²³. Consta nesse relatório que o Capitão dos Engenheiros, Christiano Pereira de Azeredo Coutinho, que devia está trabalhando na obra do farol iniciada em 1851, havia iniciado e concluído a construção da casa de pólvora naquele mesmo ano, 1852. O mesmo deve ter ocorrido com a casa dos guardas, pois ela é ilustrada na planta de 1841 e descrita como *Quartel novo do Guarda da Casa de Polvora, e do Telegrafo*.

No relatório provincial de 1868, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, filho do governante que construiu a casa de pólvora, manifestava suas intenções de transferi-lo para o edifício do matadouro público, “O edifício destinado para esse mister não presta a utilidade que se teve em vista. Para alli [matadouro] poderia talvez, mediante aluguel ou compra por parte da Fazenda nacional, transferir-se o paiol de polvora que se acha inconvenientemente collocado no centro da cidade”²⁴. No relatório do ano seguinte, 1869, o mesmo presidente afirma que estava sendo finalizado o orçamento para o projeto de reforma do matadouro público para abrigar as funções de paiol²⁵.

Não se sabe quando as obras de reforma foram iniciadas, nem concluídas; esses dados não aparecem nos relatórios provinciais seguintes, porém, a casa de pólvora, a mesma que foi construída no lugar do matadouro, consta na relação de edifícios públicos da cidade publicada no *Almanak* da Província de 1874²⁶. Nesse documento, a nova casa de pólvora foi descrita como grande e sólida e que “foi primitivamente destinada ao matadouro publico”.

²³ “Caza da polvora. A sua constrcção foi comemeçada sob a direcção do habil capitão de engenheiros Christiano Pereira de Azevedo Coutinho, que a concluiu com todas as condições de segurança e comodidade, de que muito se necessitava”.

FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852. Maceió, Typ. Constitucional, 1852.

²⁴ RELATORIO lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 31 de outubro de 1868 pelo presidente da mesma, o exm. snr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1868, p. 17.

²⁵ RELATORIO lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 16 de março de 1869 pelo presidente da mesma, o exm. snr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1869.

²⁶ ALMANAK da Província das Alagoas para o anno de 1874. Anno terceiro (2.º depois do bissexto). Maceió, Typ. Social de Amintas & Soares, 1874, p.90.

Após a construção da nova casa de pólvora no lugar do matadouro, ficou abandonado o antigo paiol no morro do Jacutinga. Somente em 1888, uma comissão de devotos de São Gonçalo do Amarante, liderada pelo professor Dr. Próspero Jeová da Silva Carotá, comprou o edifício à Fazenda Nacional. A antiga construção foi reformada para abrigar a nova função religiosa; a singela igreja de São Gonçalo (ilustração 11) que se encontra erguida até os dias atuais, no mesmo local onde esteve a primitiva casa de pólvora (LIMA JÚNIOR, 1966).



Ilustração 11: Igreja de São Gonçalo no bairro do Farol, extinta casa de pólvora que foi reformada para abrigar a função religiosa. Fonte: acervo da autora, nov. de 2009

1.2.2 A bateria

Sabe-se, por Sant'Ana (1966), que a bateria de Maceió era composta por três peças de artilharia e que desempenhou a comunicação entre o ancoradouro de Jaraguá e a cidade por quase todo século XIX. O tiro de canhão, que anunciava a chegada dos navios em Jaraguá para o comércio e para a população, fazia parte do cotidiano da cidade e esteve associado a momentos importantes da história de Maceió, como a chegada de D. Pedro II em 1859, a inauguração do novo prédio da matriz de N. S. dos Prazeres em 1859 e o

desembarque dos soldados do 20º Batalhão de Voluntários da Pátria que regressaram da guerra do Paraguai em 1870²⁷.

Conta-nos Lima Júnior (1966, p 45) que no dia em que o Imperador D. Pedro II chegou a Maceió no vapor Apa em 31 de dezembro de 1859, a bateria o anunciou com uma salva de 21 tiros. O Imperador D. Pedro II e sua esposa D. Teresa, estiveram presentes na inauguração da nova matriz. O trecho transcrito abaixo, que descreve a cerimônia faz referência aos tiros dos canhões. Nesse memorável dia, a população não só de Maceió, mas da velha Alagoas, já que os tiros eram de lá ouvidos, quando o vento favorecia²⁸, deve ter passado o dia à espera dos disparos que anunciariam os soberanos.

A tarde, vindos sob o palio, ladeados pelo Presidente da Província e pelo visitador Diocesano, os Augustos Soberanos chegam à porta da Matriz. Pepicam os sinos, retroam os canhões, estrugem foguetes, vibram, estrepitantes, as palmas e as aclamações do povo (VASCONCELOS, 1962, p.21).

Não se sabe quando foi instalada a bateria no morro do Jacutinga, porém, sabe-se que era item fundamental para a defesa das cidades brasileiras no início do século XIX. Conforme Sant'Ana (1966, p. 40) o telégrafo óptico substitui a bateria em 1º de março de 1877. Entretanto, é importante esclarecer que, como já foi apresentado, o telégrafo óptico fazia parte do sistema de comunicação de Maceió pelo menos desde a década de 1840, já que consta na planta de 1841, restando-nos inferir da informação de Sant'Ana (1966) que, a partir de 1877, a comunicação oficial da chegada dos navios em Jaraguá passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de sinais do telégrafo óptico.

Tão arraigado estava o hábito de utilizar o tiro dos canhões para a comunicação entre mar e terra no cotidiano do maceioense que no ano de 1877, dias depois ao anúncio de que a bateria seria desativada, o presidente da Associação Comercial de Alagoas remeteu ao presidente da Província um ofício contestando a nova forma de comunicação pelo telégrafo óptico e informando da insatisfação da população²⁹.

Acostumada de longo tempo a população da capital a ter conhecimento da chegada dos vapores neste porto pelo meio até hoje empregado, muito tem estranhado o novo sistema adotado, e diversas reclamações nos tem sido dirigidas no sentido de

²⁷ C.f. LIMA JUNIOR, 1974, p. 23.

²⁸ Segundo Luiz Lavenère e Thomaz Espíndola (apud Lima Júnior, 1966, p. 44).

²⁹ ASSOCIAÇÃO Comercial de Maceió. Of. N° 1241. Maceió, 8 de março de 1877, remetido ao Presidente da Província de Alagoas, dr. Pedro Antonio da Costa Moreira. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, Associações, 1856/77, M-13, E-2.

representarmos a Vossa Excelência contra a extinção dos tiros de peça dados no alto do farol para sinalarmos a entrada de vapores (ASSOCIAÇÃO, 1877)³⁰.

O presidente da Associação Comercial continua o ofício pedindo a transferência da bateria para outro local da cidade, e, caso não fosse possível, sugere que os sinais fossem repetidos em outro local da cidade que permitisse uma melhor visibilidade dos mesmos, evitando assim que grande parte da população maceioense tivesse que se deslocar para visualizá-los. Transcrevemos abaixo essa parte do ofício, por sua importância.

Entretanto se não pode ser atendido o nosso pedido, rogamos a Vossa Excelência que mande ao menos repetir os sinais em outro ponto da cidade, uma vez que o **lugar escolhido não é visível da maior parte da cidade**, tornando-se preciso que os interessados procurem conhecer os sinais dirigindo-se aos poucos lugares de onde podem eles ser vistos (ASSOCIAÇÃO, 1877, grifo nosso)³¹.

Apesar da insatisfação popular, o telégrafo óptico continuou no mesmo local. Sant'Ana (1966, p.41) nos informa que ele se encontrava em pleno funcionamento em 1891 e era denominado *telégrafo semafórico*.

1.2.3 O telégrafo óptico

Conforme Lima Júnior (1976) descreveu, o telégrafo óptico era um instrumento de funcionamento simples (ilustração 12). Era composto de dois elementos básicos, bandeira e mastro; o primeiro determinava as condições e origem do navio através de símbolos e cores, e o segundo indicava de qual direção vinha a embarcação.

O mastro de sinais, bem alto, tinha um braço cruzando-o. Se o navio vinha do norte, a bandeira era colocada no lado norte; se do sul, lado sul. Colocada a bandeira no topo do mastro, a bandeira indicava que o barco vinha de leste. À noite, usavam-se foguetões: um – aparece vapor; dois – pacote a vapor; três – navio em perigo. (LIMA JÚNIOR, 1976, p. 98).

³⁰ Id., Ibid.

³¹ ASSOCIAÇÃO Comercial de Maceió. Of. N° 1241. Maceió, 8 de março de 1877, remetido ao Presidente da Província de Alagoas, dr. Pedro Antonio da Costa Moreira. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, Associações, 1856/77, M-13, E-2.



Ilustração 12: Mastro de sinais do telégrafo óptico do morro do Castelo no Rio de Janeiro, sem data. Fonte: NONATO E SANTOS, 2000, p. 82.

Nos *Almanaks* da Província dos anos de 1879, 1886 e 1889 podemos encontrar o regimento dos sinais do telégrafo óptico e o nome dos homens que eram responsáveis por seu funcionamento. Era sempre o primeiro faroleiro que se dividia entre as duas tarefas, de garantir a segurança da navegação marítima e manter o sistema de comunicação entre mar e terra³². Alguns *Almanaks* da Província de Alagoas do século XIX apresentam o ‘regimento interno dos sinais do telégrafo óptico’ (ilustração 13 e quadro 1); as bandeiras utilizadas e o correspondente tipo de embarcação e origem foram ilustrados de forma simples, permitindo o entendimento de qualquer pessoa entendê-los.

³² Nos *almanaks* consultados, os “encarregados dos signaes” era sempre o 1º faroleiro, por exemplo no almanak da província de 1879, era Thomaz Aquino da Silva Loureiro o 1º *pharoleiro* do *pharol* de Maceió e o “encarregado dos signaes do Telegrapho óptico do Morro do pharol”.

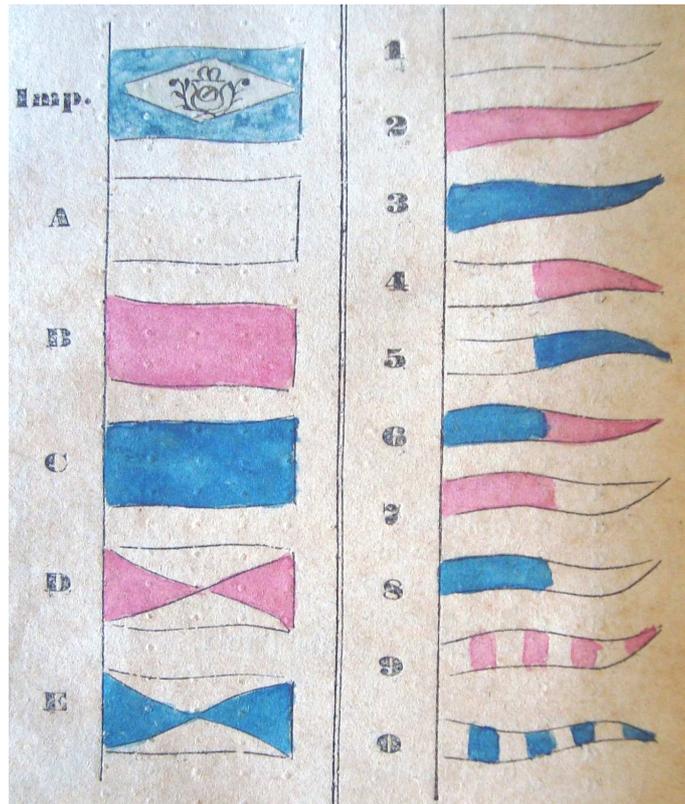


Ilustração 13: *Regimento dos sinaes para o telégrafo óptico.*

Fonte: *Almanak da Província de Alagoas* de 1879, p.58.

Explicação dos sinaes

A No topo do mastro, indica que as embarcações são procedentes do norte.
B Idem idem, do sul.
AB Idem idem, do leste.

- 1 Navio á vista.
- 2 Idem fundeado.
- 3 Pede as malas.
- 4 Pede reboque
- 5 Navio em perigo
- 6 Incendio.
- 7 Livre.
- 8 Embarcação estrangeira.
- 9 Vaso de guerra.
- 0 Esquadria
- 1 e 2 Annullação do signal antecedente.

Distinctivo dos vapores que frequentão o porto

C Companhia Brasileira.
D << Bahiana.
E << Pernambucana.

Os sinaes distinctivos dos vapores são feitos nos respectivos braços da verga. Depois de arreado o signal indicativo da entrada dos vapores, quer do sul quer do norte, permanecerá içado um balão na verga respectiva durante a estrada do vapor.

Signaes para a noite

Apparece navio – Um foguete com um só tiro.

Navio em perigo – Dois ditos com intervallos de 2m.

Incendio quer em terra quer no mar – Tres ditos com intervallos de 2 minutos.

Quadro 1: Explicação dos sinais para o telégrafo óptico de Maceió. Fonte: *Almanak da Província das Alagoas*, pp. 58-59.

Esse sistema de comunicação, sem dúvida era um dos mais antigos da cidade. É provável que o mastro de sinais existisse desde a elevação de Maceió à vila, já que, no cenário nacional, há registros de que o telégrafo óptico já vinha sendo utilizado desde o século XVIII. No Rio de Janeiro, por exemplo, segundo Noronha Santos (apud Nonato e Soares, 2000, p. 83), o mastro de sinais foi instalado em 1775 no morro do Castelo e regulamentado no governo de D. João, enquanto príncipe regente.

O semáforo de Maceió, como também era chamado o telégrafo óptico, funcionou anexo ao farol até o início do século XX, até aproximadamente 1925, de acordo com Lima Júnior (1996, p.44).

1.3 O FAROL NA PAISAGEM DE MACEIÓ NO SÉCULO XIX

Estava então o morro do Jacutinga, no início da década de 1850 dotado de uma bateria, um telégrafo óptico, uma casa de pólvora e uma dos guardas do paiol e do telégrafo, faltava apenas o guia dos navegantes para completar o sistema integrado de comunicação e defesa da cidade.

A doação das terras no morro do Jacutinga por Bento Ferreira Guimarães em 1834, não teve efeito imediato a fim de que o Governo Imperial concedesse recurso financeiro necessário para a construção do farol (ALMEIDA, 2008). As obras de construção do primeiro guia dos navegantes das Alagoas somente foram iniciadas no Jacutinga na década de 1850, durante a presidência de José Bento da Cunha Figueiredo (1850-1853), e finalizadas em 1856 no governo de Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque (1855-1857).

José Bento da Cunha Figueiredo se pronunciava em 1850 pela primeira vez sobre a construção do farol: “havendo-me o Governo ordenado que mandasse levantar a respectiva planta, acabo agora de remette-la com todos os esclarecimentos, esperando que a Província das Alagoas não deixará de ser lembrada e soccorrida por um Governo paternal, como o nosso”³³.

Ao que parece, o primeiro orçamento de 6:000\$000, recurso próprio da Província das Alagoas, não seria suficiente para a construção do farol, talvez pela necessidade de grande parte do montante ter que ser destinado para as obras de aterro nos recifes de Jaraguá,

³³RELATÓRIO que por occasiao de deixar a presidencia da Provincia das Alagoas dirigio o illustrissimo e excellentissimo presidente Dr. José Bento da Cunha Figueiredo ao illustrissimo e excellentissimo presidente Dr. Manoel Sobral Pinto. Maceió, Typ. de J. S. da S. Maia, 1850, p.10. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html>>. Acessado em 15 ago. 2009.

como havia ressaltado o ministro da Marinha, Marques de Paranaguá (apud Almeida, 2008) em relatório de 1850³⁴. De certo, os cofres provinciais não eram capazes de se comprometer com onerosa obra, orçada em 36:000\$000, segundo documento do Ministério da Marinha de 1937³⁵. Apenas 10:000\$000, aprovado pela Lei nº 628 de 17 de setembro de 1851, foi encaminhado à Presidência da Província de Alagoas.

Os documentos oficiais consultados não informam o valor final da obra do farol no morro do Jacutinga, mas certamente foi menor que aquele feito para a construção nos recifes de Jaraguá. O lente de Geografia do Lyceu, Thomas Espíndola (2001, p.139) em sua famosa Geografia Alagoana de 1871, confirma a proposição de que os custos para a obra do Jaraguá seriam maiores do que se o farol fosse construído no morro do Jacutinga; entretanto, ele acrescenta que os recifes de Jaraguá configuravam melhor local para o posicionamento do farol: “Podia este edifício ter sido melhormente colocado – no arrecife da barra; mas não o foi por demandar para isso centenas de contos”.

No dia 2 de dezembro de 1851, dia comemorativo do aniversário do Imperador D. Pedro II, foi celebrado o lançamento da pedra fundamental do farol, como consta na fala do presidente José Bento da Cunha Figueiredo. O presidente conclui os informes sobre o farol na esperança de que em “mui breve teremos de fruir as vantagens, que semelhante obra deve trazer ao commercio da provincia”³⁶.

Iniciadas as obras no morro do Jacutinga, os relatórios provinciais passam a informar sobre as etapas de construção da base e aquisição do aparelho de luz. A base, uma torre troncônica em “alvenaria de pedra”, já estava pronta em 1852; faltava o aparelho. Em 1853, o vice-presidente Manoel Sobral Pinto³⁷ informa que a obra se encontrava parada, à espera da chegada do mecanismo (aparelho de luz), e da colocação da cornija onde iria ser assentado o aparelho.

³⁴RELATÓRIO que por occasiao de deixar a presidencia da Provincia das Alagoas dirigio o illustrissimo e excellentissimo presidente Dr. José Bento da Cunha Figueiredo ao illustrissimo e excellentissimo presidente Dr. Manoel Sobral Pinto. Maceió, Typ. de J. S. da S. Maia, 1850, p.10. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html>>. Acessado em 15 ago. 2009.

³⁵BRASIL. Ministério da Marinha. **Directoria de Navegação. Cópia das “Actas de Inauguração” do novo systema de luz e instalação electrica nos pharões de Maceió** – (Est. de Alagôas) e Santo Antonio da Barra (Est. da Bahia). Ilha Fiscal. Rio de Janeiro, 1937. Conferir Anexo A.

³⁶FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em de abril de 1852. Maceió. Typ. Constitucional, 1852, p.26. Disponível em <www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm>. Acesso em 12 set. 2009.

³⁷FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da 2.a sessão ordinaria da 9.a Legislatura, pelo ex.mo vice presidente da mesma provincia, dr. Manoel Sobral Pinto, em 3 de maio de 1853. Recife, Typ. de Santos e Companhia, 1853. Disponível em <www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm>. Acesso em 12 set. 2009.

Desde Dezembro do anno passado acha-se parado; tem 67 palmos de altura até o ponto em que tem de receber o machinismo, que está encommendado em França, e só quando chegar se poderá concluir de todo a obra, por depender isso das dimensões de varias peças do aparelho de luz, que devem ser encravadas na parte superior. O que falta consiste na cimalha ou cornija da varanda, na abobada sobre que tem de assentar o mechanismo do aparelho de luz, e no quarto da lanterna: o que tudo elevará a torre a mais quatorze palmos de altura (RELATÓRIO, 1853, p. 11).

A torre nessa época já deveria estar se destacando na paisagem e marcando presença pública no morro, pois, como bem colocou Almeida (2008): “Se estivermos, como esperamos, lidando com o palmo comum ou craveiro³⁸ tudo somava, aproximadamente uns 18 metros de altura, uma grande estrutura para a época e na certa estaria saliente na paisagem”. Já o aparelho de luz, que ainda ilumina os céus de Maceió em pleno século XXI, pois foi instalado no atual farol, somente poderia ser produzido na Europa. Assim, a compra do mesmo, segundo documento do Ministério da Marinha³⁹, foi encomendada à Legação Imperial do Brasil em Londres pelo aviso de 9 de maio de 1853 que, por sua vez, encomendou sua fabricação na França ao construtor Henri Leplante. O aparelho custou 26.954 francos.

Na fala de 1855 à Assembléia, o presidente Sá e Albuquerque⁴⁰ comenta sobre a chegada do aparelho e das providências tomadas para a sua instalação na torre. Duas importantes informações sobre os responsáveis pela construção do farol são dadas: foi o Major de Engenheiros Azeredo Coutinho, vindo de Pernambuco, quem projetou o aparelho de luz e supervisionou sua colocação na torre pelo maquinista inglês William Price, cedido pelo presidente da Província de Pernambuco em nome do Governo Imperial. O aparelho é descrito no documento do Ministério da Marinha como sendo “de 3ª ordem [...] catadióptrico dos chamados de curtos eclipses, fôgo simples e variado por brilhos, luz cor natural elevada à 60m², sobre o nível do preá-mar e póde ser vista em tempo claro”. Thomaz Espíndola (2001, p.139) em 1871 se referiu a ele como excelente, “no dizer dos entendidos”.

³⁸ O palmo comum ou palmo craveiro é largamente utilizado em Portugal. Um palmo comum ou palmo craveiro equivale a 22 cm. Também é conhecido como palmo ordinário, palmo redondo, palmo de varo ou ainda palmo singelo. Disponível em < <http://www.ancruzeiros.pt/ancunidades.html>>. Acesso em 9 jan. 2010.

³⁹ BRASIL. Ministério da Marinha. **Directoria de Navegação. Cópia das “Actas de Inauguração” do novo systema de luz e instalação elétrica nos pharões de Maceió** – (Est. de Alagoas) e Santo Antonio da Barra (Est. da Bahia). Ilha Fiscal. Rio de Janeiro, 1937.

⁴⁰ FALLA dirigida á Assembleia Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria em o 1.o de março de 1855, pelo ex.mo presidente da mesma provincia, o dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1855, pp. 21-22. Disponível em <www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm>. Acesso em 12 set. 2009.

Em 1856, ano da inauguração do farol, o presidente da província Sá e Albuquerque⁴¹ comenta em relatório provincial que, para a conclusão da obra, faltava apenas uma peça de ferro, que estava sendo forjada em Pernambuco, para sustentar a abóbada na qual seria assentado o aparelho de luz. Sá e Albuquerque informa ainda que foram feitas as primeiras experiências com o aparelho, tendo-se obtidos resultados animadores. Ficou agendada para julho a inauguração dos serviços, e para que esta ocorresse foi enviado ao Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Marinha o projeto que regulava o serviço interno do farol para ser aprovado.

Novamente, Sá e Albuquerque em 1856⁴², agora na *Falla* dirigida à Assembléia, divulgava a inauguração das obras de construção do farol e informava que para o início do seu funcionamento, cuja data provável seria o 1º de julho daquele ano, faltava apenas a aprovação do regulamento dos serviços, que já havia sido enviado.

Acha-se concluída esta obra de tanta utilidade aos navegantes. Já enviei ao Ex.mo Sr. Ministro e Secretario de estado e negocios da Marinha o projecto de instruções regulando o serviço interno do Pharol, e para que este possa funcionar apenas se espera o tempo razoavel dentro do qual as necessarias communicações possam chegar a seus destinos. No primeiro de Julho funcçionará. O aparelho por vezes experimentado, e as experiencias são animadoras. Esta obra foi hábil e economicamente dirigida desde os alicerces pelo actual Director das obra publicas Major Azeredo Coutinho (FALLA, 1856, p.36).

O farol foi construído na borda da encosta do morro do Jacutinga, como se pode ver na planta da cidade de 1868 (ilustração 14). Suas coordenadas geográficas exatas eram latitude 9º39'18"S e longitude 35º41'24" W. Esse ponto geográfico, do qual se dava o aviso aos navegantes, bem na ponta da colina, mantinha uma relação visual dupla mostrava-se para a cidade ao sul e vigiava o porto a nordeste, para garantir a segurança da navegação costeira.

⁴¹ RELATÓRIO com que o Exm. Snr. Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, Presidente da Provincia das Alagoas entregou a administração da mesma Provincia ao vice-Presidente Dr. Roberto Calheiros de Mello. Maceió: Typ. Constitucional, 1856. Disponível em <www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm>. Acesso em 12 de set. de 2009.

⁴² FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1856, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1856.



- PRAÇAS E LARGOS**
- 1- Da Assembleia Provincial
 - 2- Dos Martíris
 - 3- Da Bahia
 - 4- Do Quartel
 - 5- Da Condição

- IGREJAS**
- A. Matriz (N. S. das Graças)
 - B. N. S. do Rosario
 - C. N. S. do Piramêto
 - D. Dom Jesus dos Martíris
 - E. N. S. Mãe do Sono

- EDIFÍCIOS PÚBLICOS**
- a. Palácio do Governo
 - b. Assembleia Provincial
 - c. Bahia e Municipalidade
 - d. Hospital de Sanidade
 - e. Hospital Militar
 - f. Quartel de Polícia

- g. Mercado
- h. Liceo
- i. Inspeção do Algodão
- j. Capitania do Porto
- k. Alfândega
- l. Barraca

Ilustração 14: Planta da cidade de Maceió em 1868 com destaque para a casa de pólvora e o farol, localizados no morro do Jacutinga. Fonte: CAVALCANTI, 1998, p. 69.

Com a conclusão das obras do farol, o morro do Jacutinga ganhava uma imponente edificação que sobressaía na paisagem da desabitada colina que delimitava os limites norte de Maceió no século XIX. Assim, passa o Morro do Paiol a ser conhecido como Morro do *Pharol*, sem que a essa nova denominação houvesse suprimido o nome Jacutinga, as duas toponímias coexistiam no século XIX, conforme se pode verificar nos relatórios, falas e mensagens provinciais.

Podemos ter uma idéia de como o farol compunha a paisagem de Maceió no século XIX, juntamente com os equipamentos e edifícios de comunicação e defesa apresentados neste capítulo, na litografia de Manuel Ricardo Couto Pinto de 1864 (ilustração 15) e no desenho do Almirantado britânico de 1897 (ilustração 17), que ilustram a fachada litorânea de Maceió.

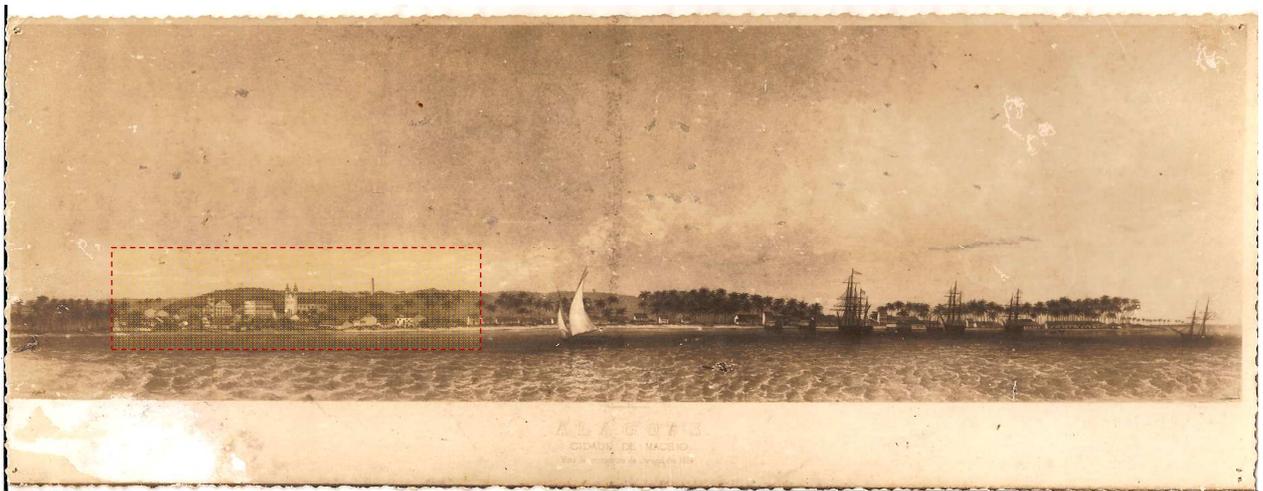


Ilustração 15: Litografia datada de 1864 feita por Manuel Ricardo Couto Pinto, com detalhe para o morro do Jacutinga. Fonte: acervo digital do APA.



Ilustração 16: Pormenor da ilustração 15. (A) Catedral, Igreja Nossa Senhora dos Prazeres; (B) Residência do faroleiro; (C) Farol; (D) Casa da pólvora ou paiol. Legenda da autora. Fonte: APA.

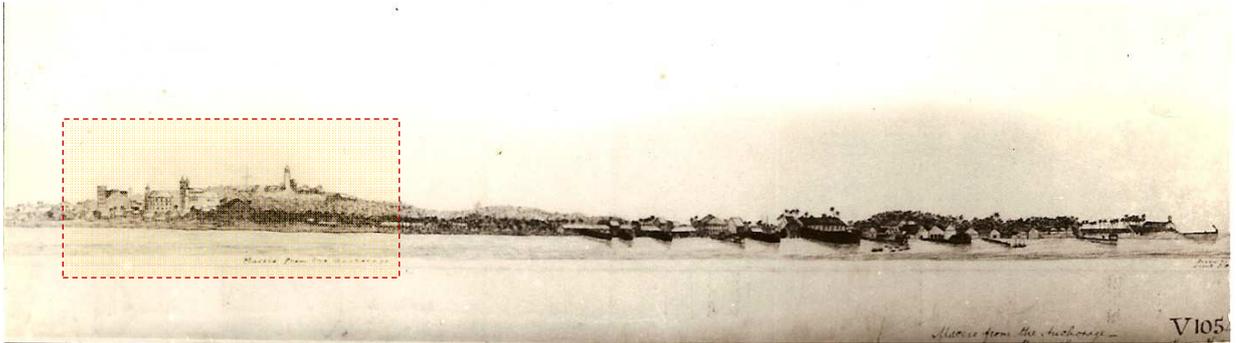


Ilustração 17: Desenho do Almirantado Britânico de 1897, doado ao 59º BI Mtz - Pedrosa, J. F. Maya. com detalhe para o morro do Jacutinga (ver ilustração 18). Fonte: acervo digital do APA.

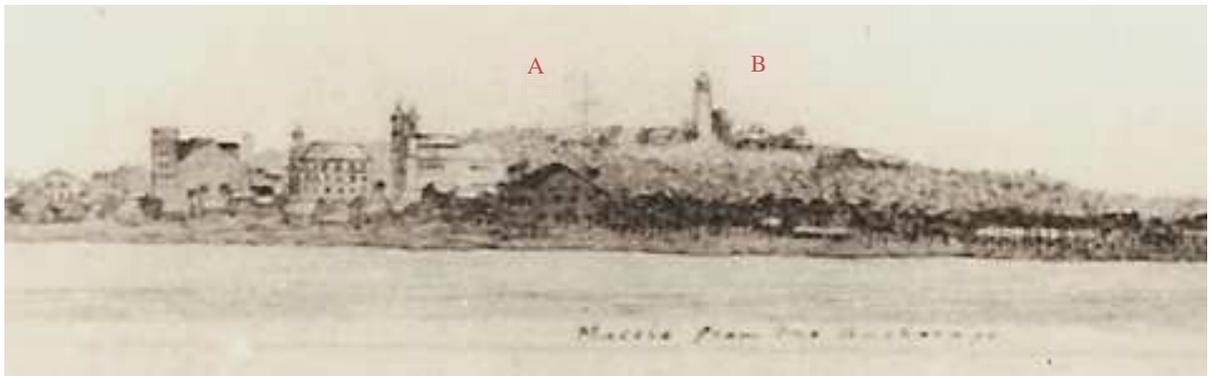


Ilustração 18: pormenor da ilustração 17. (A) Telégrafo semafórico; (B) Farol. Fonte: acervo digital do APA.

Mas o que significou para a cidade de Maceió oitocentista a inserção do farol na paisagem quase selvagem do morro do Jacutinga?

Definitivamente, com o farol, opunha-se o artificial ao natural; fazia-se presente o domínio humano na paisagem do morro do Jacutinga, que não se dava pela “horizontalidade” da casa de pólvora, mas pela verticalidade do farol, que em massa edificada e altura só ficava apenas atrás das igrejas da cidade e poucos edifícios públicos, como fica patente nas ilustrações apresentadas na página anterior. Porém, é de se imaginar que, durante a noite, o farol reinasse absoluto na escuridão, e “pintasse” com luz a cidade muito mal iluminada por lampiões até fins do século XIX⁴³. Pode-se ter uma idéia dessa paisagem noturna, a partir do fragmento do texto do poeta alagoano Lêdo Ivo:

⁴³ “Consta do Indicador Geral do Estado de Alagoas, de 1902, que Maceió era iluminada à luz elétrica desde 1897, “sendo a primeira capital de Estado que adotou esse melhoramento [...]” (LIMA JÚNIOR, 2001, p.45).

No alto da colina, o branco farol da minha terra vai iluminar a noite, quando esta vier esconder as aranhas e lacraias, e os sonhos e os segredos dos homens. Luz branca. Eclipse. Luz encarnada. Os feixes do farol clareiam os telhados enegrecidos pelas chuvas, ladeiras, os coqueirais que cantam e dançam na noite longa, os mangues onde água e terra se dissolvem, os cajueiros floridos (IVO, 2004, pp. 39-40).

Por outro lado, seu significado e importância para Maceió no século XIX pode ser entendido através da construção teórica dos conceitos de paisagem e espaço pelo geógrafo Milton Santos (1996, 2002). Para esse autor, a paisagem é um sistema material e as formas que o compõem, mediante a atribuição de valores pela sociedade, tornam-se formas-conteúdos, ou seja, ganham vida; o resultado desse processo é o espaço. Sem o conteúdo de valores, as formas serão apenas meros objetos paisagísticos. Em contrapartida, não há espaço sem as formas da paisagem; que em sua materialidade participam dos processos sociais, sendo o suporte objetivo das relações sociais (SANTOS, 1996, 2002).

Se pensarmos no farol dentro da interdependência e integração dos conceitos de paisagem e espaço criada por Santos (1996, 2002), ele pode ser interpretado, no século XIX, como objeto contido na paisagem do morro do Jacutinga, mas que somente ganha significado se entendido no universo urbano de Maceió. Logo, o farol, que por sua natureza náutica, instrumento dos mares, foi construído para ser visto pelos navegantes, passa a despertar o olhar dos habitantes da cidade, que o reconheciam como referência a um espaço do seu universo urbano, ainda que fora do seu perímetro urbano.

Na planta de 1868, o farol, encontrava-se *fora do perímetro urbano* da cidade de Maceió. Entretanto, a presença na malha física cidadina não é fator determinante, quando se trata de reconhecer a participação efetiva de um elemento nos processos de uma sociedade urbana, como *parte integrante do seu tecido urbanístico*⁴⁴. Assim, não é possível pensar o desenvolvimento da Maceió oitocentista sem o farol, porque ele participou de maneira fundamental de suas relações de produção, estando integrado ao seu sistema produtivo agroexportador, baseado na atividade portuária.

Por essas razões, do farol como marco paisagístico da cidade e do domínio humano no morro e da sua representatividade para o universo urbano de Maceió, é possível dizer que já estava introduzida sua condição de monumento da cidade no século XIX, pois era um

⁴⁴ Essa ideia fundamenta-se no conceito de *tecido urbano* construído por Lefebvre (2002): o qual não se resume ao "domínio edificado nas cidades, mas [a]o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano". Portanto, o que está em jogo para a compreensão desse conceito não é simplesmente a presença física de uma construção além dos domínios da cidade, mas a relação que ela estabelece com o urbano no momento em que participa das suas relações de produção.

edifício a ser consagrado como obra de engenharia e dominava a paisagem com expressividade, ao mesmo tempo em que era considerado feito grandioso para o desenvolvimento de Alagoas. Além do mais, começava a ser construída sua relação com a memória coletiva do maceioense, na medida em que era referência para a população de um espaço que começava a se consagrar como sendo de sua apropriação, o *morro do Pharol*.

Capítulo 2

DE ALTO DO *PHAROL* A BAIRRO “REDUTO DO GRANFINISMO”

a formação do bairro do Farol



CAPÍTULO 2 - DE ALTO DO PHAROL A BAIRRO “REDUTO DO GRANFINISMO”: A FORMAÇÃO DO BAIRRO DO FAROL

2.1 AS CERCANIAS DO FAROL ENTRE FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Registros da presença de população no morro do Jacutinga anteriores à construção do farol em 1856, excetuando-se o guarda da casa de pólvora e do telégrafo, como consta no mapa de 1841, foram encontrados em documento analisado por Sant’Ana (1982, p.32); um ofício datado do 25 de janeiro de 1836, enviado ao Presidente da Província das Alagoas pelo Dr. Francisco Rodrigues da Silva Melo, juiz de Direito de Maceió. Nesse ofício, consta que nas matas do outeiro existiu um quilombo, vivendo nele de 6 a 10 negros. Com base nessa informação e na de Lima Júnior (1974) de que o morro ou planalto do Jacutinga, em seus primórdios, era recoberto por “densa mataria”, configurando-se como um bom esconderijo, podemos deduzir que fugas de negros para lá deveriam ser constantes no século XIX.

Vestígios da existência dessa vegetação podem ser encontrados em duas fotografias da segunda metade do século XIX⁴⁶; uma fotografia da igreja dos Martírios em construção (ilustração 19) e outra da igreja do Rosário (ilustração 22), ambas localizadas na rua do Sol, via que contorna a encosta do morro. Nas duas fotografias, a “densa mataria” foi registrada como pano de fundo para as edificações. Especificamente, na fotografia da igreja dos Martírios, foram captadas também formas de abrigo vernaculares, pontualmente inseridos na paisagem natural (pormenores da ilustração 19).

Nesses abrigos, podem ter vividos carvoeiros, lenhadores, vendedores de ripas, caibros e paus para cercas, que segundo Lima Júnior (1974), construíram habitações modestas com a matéria-prima abundante fornecida pela densa vegetação do Jacutinga no século XIX. Também, vale lembrar que no mapa de 1841 foram identificadas no morro do Jacutinga, além da *Estrada da Casa da Polvora*, atual ladeira da Catedral, duas grotas: a *grota de Maria Narcisa* (no mesmo local da ladeira dos Martírios) e a *grota de João Cardoso* (no mesmo local da ladeira do Brito) (ilustração 23). Essa identificação das grotas pode indicar que essas pessoas eram proprietárias daquelas terras e/ou a habitavam, poderiam ser, talvez, um dos carvoeiros ou lenhadores a que Lima Júnior (1974) se referiu.

⁴⁶ A datação das fotografias foi feita a partir da informação de que em a igreja dos Martírios encontrava-se em construção no final da década de 1870, conforme o Almanak da Província de Alagoas para o ano de 1879; e pela análise das características arquitetônicas das casas da rua 1º de março, ponto a partir do qual foi registrada a igreja do Rosário, que são tipicamente de fins do século XIX.

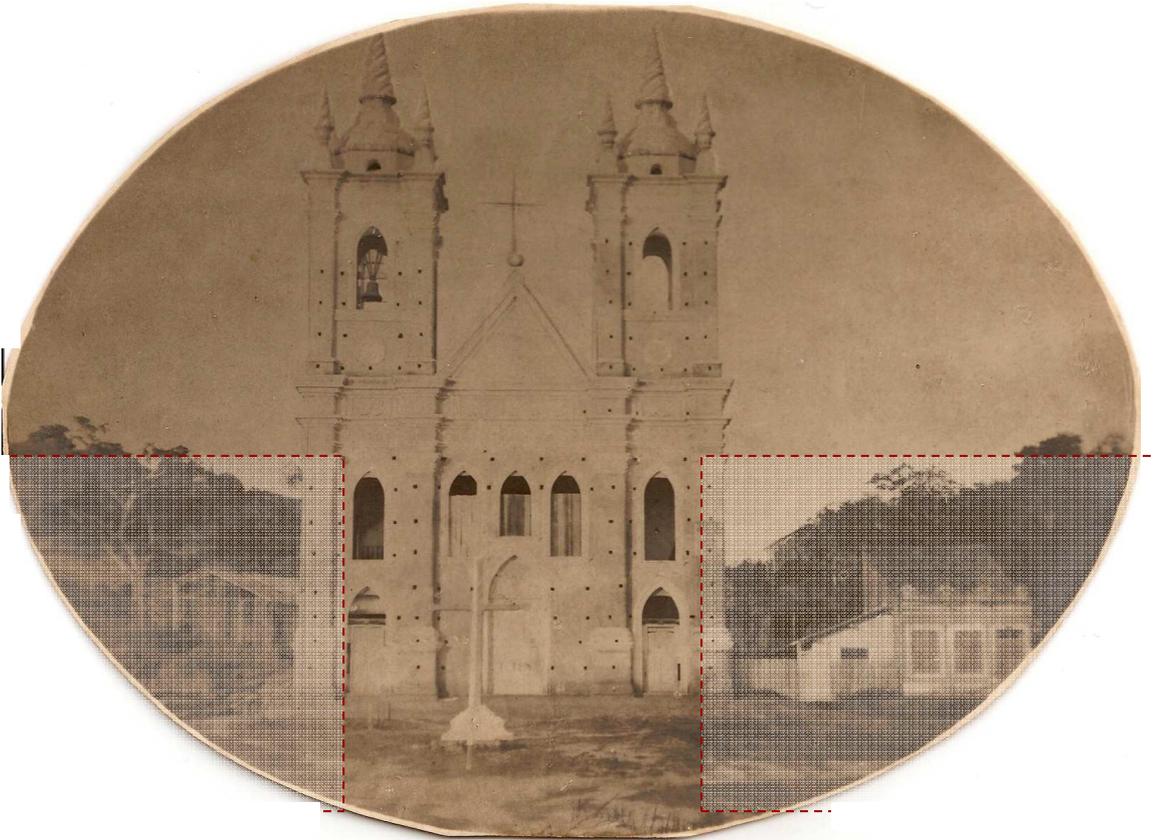
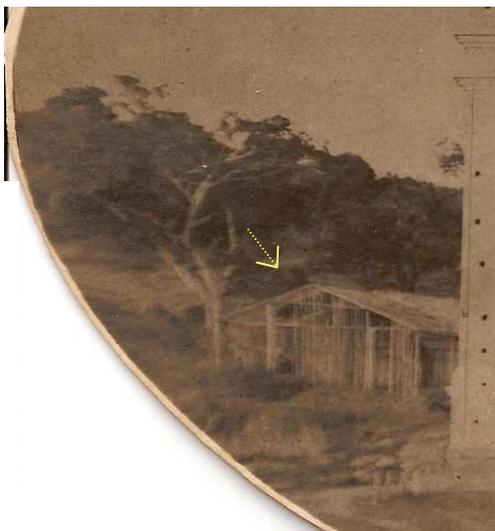


Ilustração 19: Igreja dos Martírios em construção, sem data.
Fonte: acervo digital do APA.



Ilustrações 20 e 21: Pormenores da ilustração 19, mostrando a presença de abrigos vernaculares no antigo morro do Jacutinga, sem data. Fonte: acervo digital do APA.



Ilustração 22: Igreja do Rosário. É indicada a porção do morro do Jacutinga recoberta por vegetação, sem data. Fonte: acervo digital do APA.

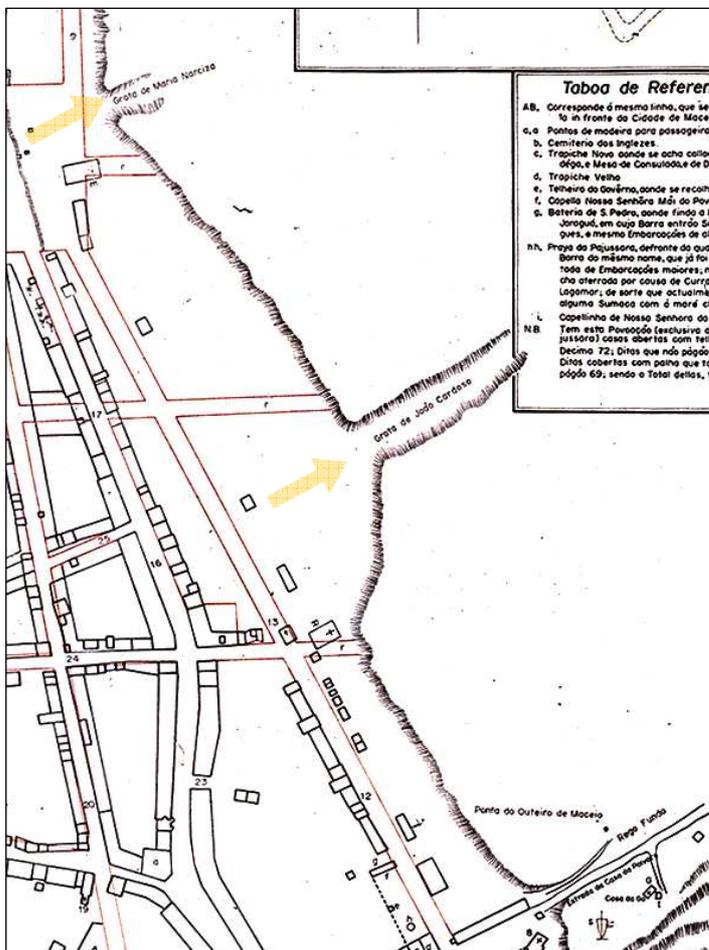


Ilustração 23: Pormenor da planta da cidade de 1840, mostrando os acessos ao morro do Jacutinga. Fonte: mapoteca do IHGAL.

Verificou-se que um aumento significativo do número de habitantes do morro do Jacutinga só ocorreu em fins do século XIX e início do século XX. É possível afirmar, com base na análise da iconografia do período, que foi nessa fase de transição que ocorreu uma ocupação mais intensa das áreas do morro do Jacutinga. As ladeiras que ligavam o centro da cidade, o bairro de Maceió, ao morro do Jacutinga já se encontravam habitadas em fins do século XIX e serviram efetivamente como eixo de expansão da cidade naquele sentido.

Encontramos registros da existência de edifícios na ladeira da Catedral em documentos que tratam do seu calçamento, realizado em 1896⁴⁷. As propostas apresentadas ao Governo para as obras de regularização da ladeira, necessárias para o início do calçamento, exigia a demolição de algumas das casas lá existentes. Baseados nessa informação, podemos concluir que, no final do século XIX, a antiga Estrada do morro ou Estrada do “pharol” encontrava-se habitada e servia como importante eixo de acesso, se não o mais importante, já que as demais ladeiras não foram objeto de obras como essa nesse período⁴⁸.

Confrontando o perfil apresentado com o organizado por esta Inspectoria, o qual a este acompanha, vê-se que, por este ultimo, pouco movimento de terra haverá, porquanto tive em vista **não prejudicar os prédios existentes na referida ladeira**, aproveitando o declive natural da mesma com cortes e aterros de 0.40 a 0.50 em sua maxima altura [...] (CORRESPONDÊNCIA, 1986, grifo nosso).

[...] obrigando-se **a desapropriar duas pequenas casas existentes na referida ladeira**, obrigação não cogitada por esta Inspectoria, **porquanto nenhuma utilidade há na demolição das ditas casas que estão no alinhamento das outras edificadas no principio da mesma ladeira** (CORRESPONDÊNCIA, 1986, grifo nosso).

Há numa passagem no romance de Pedro Nolasco Maciel (1964), *Traços e Troças*, primeira edição de 1899, informação que comprova a ocupação da ladeira do Brito e do Jacutinga e da existência de uma localidade chamada de Alto do *Pharol*, que como veremos depois está ligada aos primórdios da formação do bairro do Farol. Na trama, o protagonista Manoel, um pobre alfaiate, vai morar no Alto *Pharol* com sua recém-esposa Zulmira. No trecho transcrito a seguir, são citados o Alto do *Pharol* e a ladeira do Brito, que é lembrada como local que fora perigoso.

⁴⁷ CORRESPONDENCIA que ao Snr. Dr. Secretario do Interior dirigiu o Inspetor Geral das Obras Publicas Terras e Colonisação, no dia 17 de agosto de 1896. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, P. 28, E. 12. Ver ‘Anexo C’.

CORRESPONDENCIA que ao Snr. Dr. Secretario do Interior dirigiu o Inspetor Geral das Obras Publicas Terras e Colonisação, no dia 22 de setembro de 1896. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, P. 28, E. 12. Ver ‘Anexo D’.

⁴⁸ Sabe-se, através de Cavalcanti (1998, p. 369), que a ladeira do Brito somente receberá obras de alargamento em 1915 para melhoria dos serviços de bondes, quando se verifica o aumento do fluxo para o bairro do Farol.

O Manoel alugou uma casa no Alto do Farol, e para lá fêz mudar Zulmira, com quem todas as tardes ia prosar, sem encontrar os antigos freqüentadores nem as orgias de outrora.

Subia a Ladeira do Brito hoje quase toda povoada e calçada. Antigamente fôra ali uma terrível gruta, onde encontrou-se em 1876 o cadáver do Tesoureiro da Fazenda, dr. Muniz, tendo ainda na mão direita o revólver com que suicidará-se [...] (MACIEL, 1964, p. 156-157).

Nas imagens apresentadas a seguir (ilustrações 24 a 29) os terrenos de bordas do morro do Jacutinga aparecem ocupados por habitações humildes. É provável que a população menos favorecida nessa época, que não podia pagar por uma residência na área central, o bairro de Maceió, que concentrava as melhores moradias, deve ter optado por esses terrenos de encosta, fronteiros ao centro da cidade; este, juntamente com Jaraguá, abrigavam a maior parte dos estabelecimentos de serviço e comércio, locais de trabalho para muitas dessas pessoas.

Essas áreas de encosta, ao longo das primeiras décadas do século XX, foram sendo substituídas por novas habitações de alto padrão, construídas segundo os princípios burgueses de conforto e embelezadas no estilo da arquitetura brasileira do Segundo Império.

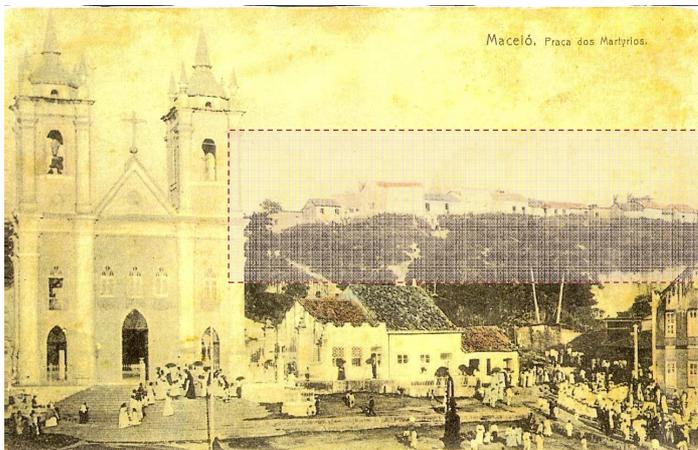


Ilustração 24: Cartão-postal da Praça dos Martírios, que circulou na década de 1910, segundo Campelo Foto de Luiz Lavenère da década de 1910 (ângulo de visão 'B'). Fonte: acervo digital do APA.



Ilustração 25: Pormenor da ilustração 24 mostrando a ocupação da borda da encosta do bairro do Farol que corresponde hoje ao Mirante Ambrósio de Lira. Fonte: acervo digital do APA.



Ilustração 26: Praça Floriano Peixoto (dos Martírios), provavelmente de fins da década de 1910, após a intervenção do Governo Malta (ângulo de visão 'A'). Fonte: acervo digital do APA



Ilustração 27: Pormenor da ilustração 26. Ao lado esquerdo da Igreja dos Martírios pode-se atestar a ocupação da encosta onde hoje se encontra o Mirante Santa Teresinha. Fonte: acervo digital do APA.



Ilustração 28: Fotografia da cidade de Maceió de Luiz Lavenère, 1906. Ao fundo, a Catedral e o farol (ângulo de visão 'C'). Fonte: acervo digital do APA.



Ilustração 29: Pormenor da ilustração 28, perfil da ladeira da catedral, nota-se a sua ocupação no lado contrário do farol. Fonte: acervo digital do APA.

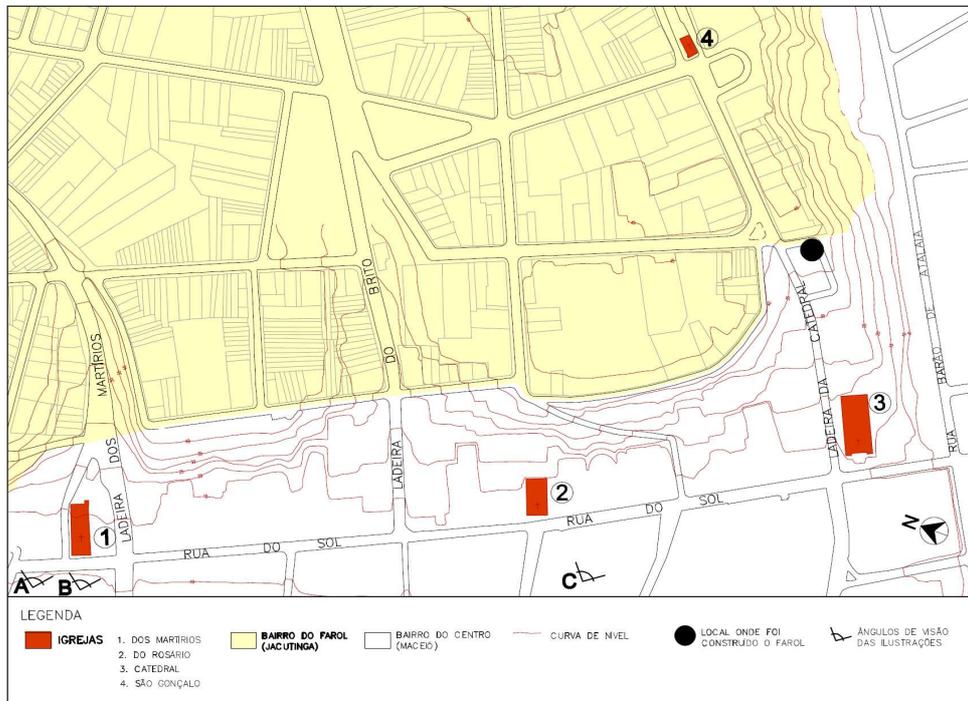


Ilustração 30: Mapa da área de estudo com a indicação dos ângulos de visão das ilustrações 24, 26 e 28. Fonte: MAPLAN, 200 (adaptado pela autora).

Outro dado comprovador da presença de população no morro do Jacutinga em fins do século XIX e no limiar do século passado é a passagem de Lima Júnior (2001, p.31) em que aponta as causas da falência da Elevadora Jacutinguense em 1901 (ou em 1902). Essa Companhia de Trilhos Urbanos realizava o transporte de bondes entre o planalto do Jacutinga e a cidade de Maceió. A Jacutinguense foi criada em 1899, mas logo foi à falência por ser o fluxo de passageiros insuficiente para garantir lucro; a população residente no Jacutinga era pequena e não possuía condições econômicas favoráveis. Nas palavras do autor citado: “era pequeno o número de habitantes, gente pobre e humilde que preferia subir

a pé as ladeiras da Catedral, do Brito e dos Martírios”. O serviço de bondes entre o Jacutinga e Maceió foi restabelecido em 1908, quando já se tinha aumentado o número de habitantes e conformado o bairro Alto do Jacutinga (LIMA JÚNIOR, 2001).

Além de servirem para a habitação, esses espaços de bordas próximos ao farol cumpriram a função de *locus* privilegiado de contemplação e registro de panoramas de Maceió nos séculos XIX e XX.

Os registros mais antigos de contemplação de paisagens urbanas, que tivemos acesso via arquivos públicos, foram encontrados nos escritos de viajantes que passaram por Maceió no século XIX. Daqueles que visitaram a cidade e registraram suas impressões sobre ela, os missionários americanos Kidder e Fletcher (1941) e o médico germânico Avé-Lallemant (1980), somente este último esteve no farol, local de onde contemplou panorama da cidade oitocentista, aqueles se detiveram a contemplar o porto.

Kidder e Fletcher estiveram em Maceió durante viagem ao Nordeste brasileiro entre 1837 e 1838, ou seja, antes da construção do farol em 1856. Na breve passagem por Maceió, os missionários americanos relataram apenas impressões do porto de Jaraguá: “A mais bem dotada das ilhas dos mares do Sul dificilmente apresentarão mais encantador aspecto que o porto de Maceió”. Apesar do silêncio dos viajantes europeus quanto ao morro do Jacutinga como local de contemplação de Maceió, na Europa, os panoramas já eram bastante difundidos como formas de experimentação das cidades nessa época⁴⁹. Devemos justificar, como possibilidade, que o desinteresse dos viajantes pelo morro do Jacutinga advinha do fato do Jacutinga ser considerado perigoso, desabitado e de difícil acesso. Devemos recordar que o morro nessa época ainda encontrava-se recoberto por densa mata e nele só existiam a casa de pólvora, a dos guardas e o telégrafo óptico, cujo acesso era a primitiva estrada da casa da pólvora.

Já em 1859, Avé-Lallemant, a partir do farol recém construído, registrou suas impressões da cidade. Em seus escritos, o viajante germânico utiliza-se do farol como ponto de observação e contemplação da cidade, ele é tido como referência geográfica para descrevê-la. A escolha pelo guia dos navegantes das Alagoas como ponto turístico pode estar associada à presença pública que o farol conferia ao espaço a seu redor e à melhoria do acesso ao morro, já que no relatório provincial de 1857, Antonio Coelho e Sá informa que

⁴⁹ O gosto pela fotografia de panoramas das cidades surge no bojo do processo de “cosmopolitismo” das cidades-capitais do século XIX. As visões panorâmicas, como os próprios panoramas cujos temas principais eram as cidades, cumprem, de acordo com Pereira (2006), uma função ímpar na cultura visual oitocentista: eles constroem uma visão “global” à medida que intensificam a circulação das imagens das cidades e criam “laços sociais de identidade entre países, regiões e cidades, como também permitem uma série de comparações que garantem uma diferenciação entre as cidades conforme o desenvolvimento econômico, urbano e industrial alcançado” (PEREIRA, 2006).

devido à construção do guia dos navegantes, a antiga estrada deveria ter suas condições melhoradas⁵⁰. Também, contribui para a escolha do registro de um aprazível panorama da cidade, o fato da contemplação de paisagens naturais está em consonância com o gosto europeu da época. Conforme Alain Corbin (1989), desde o século XIX, na Europa, o turismo era atividade profícua e a contemplação e visitação de locais naturais um hábito cultural e uma atividade saudável, cuja prática resultava no bem-estar físico e mental do indivíduo.

Desse farol goza-se belíssimo panorama da cidade, terra e mar. Vê-se facilmente que Maceió está situada numa espécie de península. A sudoeste da cidade, estende-se, na direção nordeste, bela lagoa, com muitas milhas de comprimento, cuja a ligação com o mar dista cerca de uma milha, ao sul de Maceió dissimulada por ilhas rasas e pantanosas. A baixada, a leste do farol, é igualmente pantanosa e arenosa. Numerosos coqueiros cobrem a vasta superfície, na qual se vêem espalhadas, nos lugares mais firmes, toda a sorte de habitações humanas as mais pitorescas. Muito nos encantou a vista do porto aberto, com seus navios baloiçando sobre as ondas (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 290, grifo nosso).

Esses espaços de bordas das cercanias do farol foram também reconhecidos como locais públicos de contemplação de panoramas para a população, seguindo as influências européias. No relatório provincial de 1869, o presidente Bento da Cunha Figueiredo Júnior exprime o interesse de transformar áreas do Alto do *Pharol* em locais de lazer, que servissem de mirantes para a contemplação da cidade, em suas palavras, “o facil nivelamento do alto do pharol, com assentamento de grades e bancadas, offereceria optimo recreio publico pelo vastissimo horisonte que dalli se descortina”⁵¹.

Encontramos registro dessa mesma predisposição para a contemplação de panoramas pela população de Maceió no romance ‘Traços e Troças’ de Pedro Nolasco Maciel, primeira edição de 1889. O largo da igreja de São Gonçalo (antigo paiol) e a área de encosta que se conjuga com ela (local próximo do farol), prestavam-se como um mirante para a contemplação da pitoresca paisagem da planície litorânea, da mesma forma como ainda hoje serve a turistas que visitam cidade; pois essa mesma área funciona como a praça e mirante de São Gonçalo. Na passagem do romance, a tradicional festa de São Gonçalo contagiava os fiéis que, por sua vez, apreciavam a paisagem litorânea:

⁵⁰ “O transito que difficilmente se fazia por esta estrada reclamava um prompto melhoramento. Uma nova direcção, grandes excavações e aterros foram necessarios. Estão concluídos estes trabalhos que demandam para a sua conservação grandes cuidados, sobre tudo neste primeiro inverno. A ingrimidade e aspereza da subida não permittiram que se obtivesse um declive menor de um decimo”. Op. cit., p. 22.

⁵¹RELATORIO lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 16 de março de 1869 pelo presidente da mesma, o exm. snr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1869. Disponível em Brazilian Government Document Digitization Project – Center of Research Library (CRL). <<http://www.crl.edu/content/brazil/ALA.htm>> acessado em 18 jan. 2009.

E a festa continuou com pomposa concorrência de fiéis aos atos religiosos, e de pandengos azeiteiros à folia do páteo [...]. A multidão derrama-se pela vasta praça, tomando o sul, o norte, olhando para o mar, para o vasto coqueiral que ulula açoitado pelos ventos, bordando tôda a praia até perder de vista [...] (MACIEL, 1999, pp.158- 159).

Já, segundo o resultado das consulatas nos acervos pesquisados, os primeiros registros fotográficos de panoramas de Maceió e a primeira imagem do farol que se têm notícias correspondem a três fotografias que representaram Alagoas na Exposição Nacional de 1881⁵² (ilustrações 31 a 33). Os panoramas foram registrados a partir do farol de Maceió; essa notável construção, que como vimos com Avé-Lallemant, oferecia as condições de um mirante para o registro dos panoramas que deveriam ser contemplados pelos brasileiros na Exposição Nacional.



Ilustração 31 e 32: Fotografia de um panorama da cidade de Maceió tirado a partir do terreno do farol e fotografia do próprio farol de Maceió, apresentadas na Exposição de 1881. Fonte: acervo do IHGAL.

A escolha pelo farol e suas cercanias para registro dos panoramas, uma das imagens é identificada como *Vista tirada do Pharol* (ilustração 33), conferem a esses locais o sentido de *locus* por excelência de observação da cidade em fins do século XIX. Julgamos que outras áreas do morro do Jacutinga, nessa época, não ofereciam as mesmas condições

⁵² A Exposição de 1881, segundo Kuhlmann (1999, p.161), apesar do seu caráter educativo fazia parte da divulgação da imagem política de D. Pedro II, “que utilizava a data [2 de dezembro, seu aniversário natalício] como estratégia publicitária para a inauguração de eventos que vinculavam a sua imagem à produção de medidas ‘modernizantes’”.

de mirante que o farol, pois ainda deveriam estar quase inabitadas e, portanto, recobertas por vegetação, o que prejudicava a captação de um panorama.

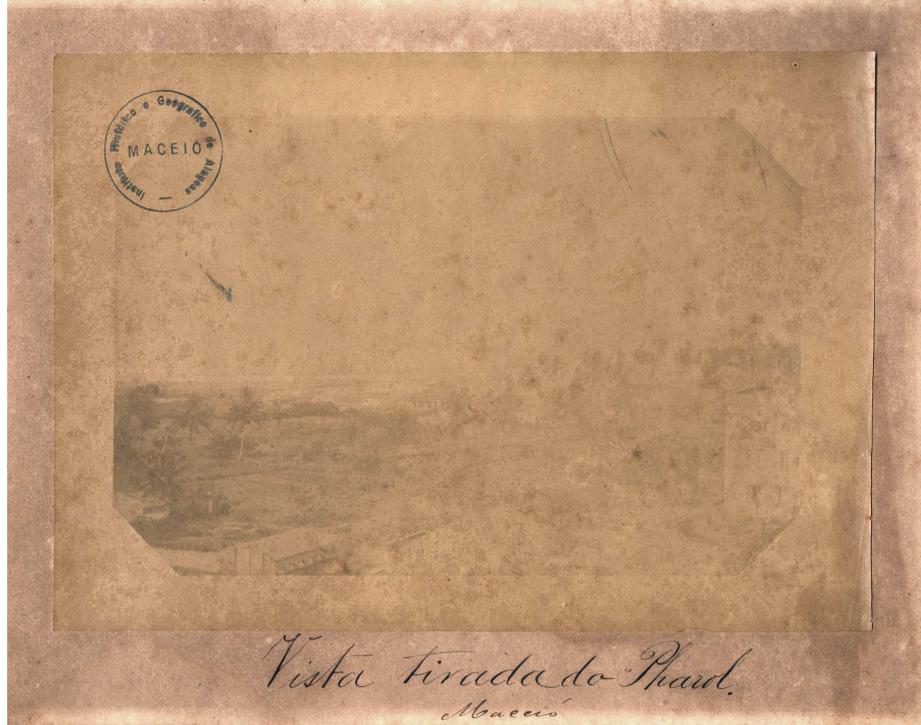


Ilustração 33: Fotografia apresentada na Exposição de 1881 de uma vista tirada a partir do farol da cidade. Fonte: acervo do IHGAL.

As funções de contemplar e registrar a cidade a partir do farol permaneceram ao longo do século XX, quando outros espaços de bordas serviram como locais de observação e contemplação de panoramas. O registro desses panoramas foram divulgados no circuito da cultura visual internacional através de álbuns (Álbum ilustrado do Estado de Alagoas de 1908⁵³), em publicações oficiais para divulgação no exterior (Indicador Geral do Estado de Alagoas de 1902 e Terra das Alagoas de 1922) e nos inúmeros cartões postais⁵⁴ que correram o Brasil e o mundo (ilustrações 34 a 36).

⁵³ CARDOSO, Álvaro Cardoso (Org.). **Álbum ilustrado do Estado de Alagoas**. Maceió, [S.l.], 1908.

⁵⁴ O recente trabalho da Prof. Dr.^a Maria de Fátima Campello (2009) – A construção coletiva da imagem de Maceió: cartões-postais (1903-1934) – reúne uma rica coleção de imagens da cidade de Maceió, sendo composta por 261 exemplares, incluindo panoramas registrados a partir das bordas da encosta do bairro Alto do Jacutinga. Pela catalogação da autora, os panoramas de Maceió foram reproduzidos em seis séries das quinze que circularam no período estudado.

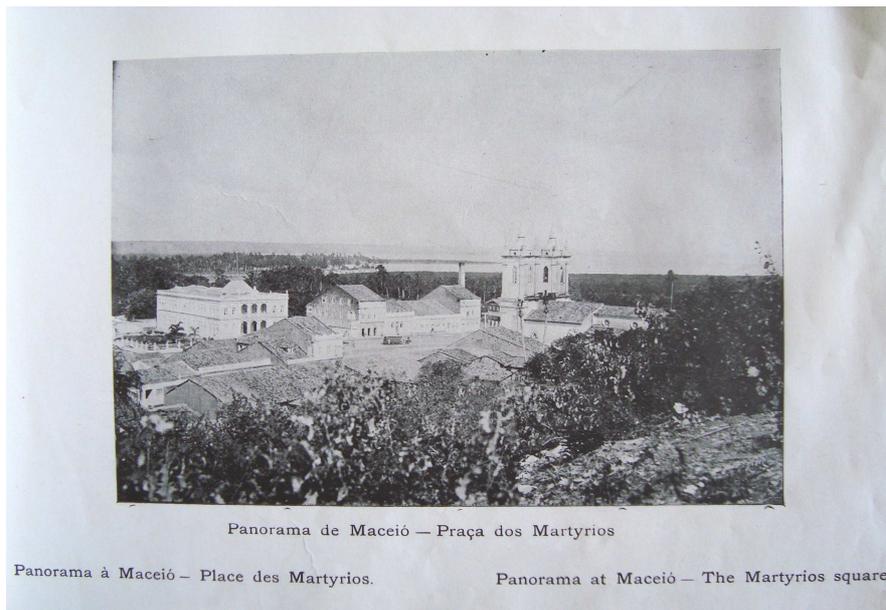


Ilustração 34: Página do Álbum Ilustrado do Estado, contendo as legendas em português, inglês e francês de uma panorama da cidade. Fonte: acervo do IHGAL.

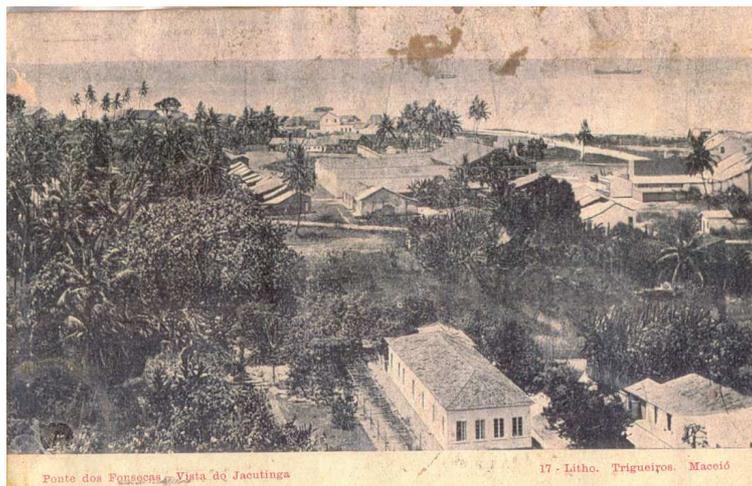


Ilustração 35: Cartão-postal da Litho. Trigueiros - panorama de Maceió, ao fundo a Ponte dos Fonseca. Segundo Campello (2009) circulou entre os anos de 1904 e 1906, Fonte: acervo digital do APA.

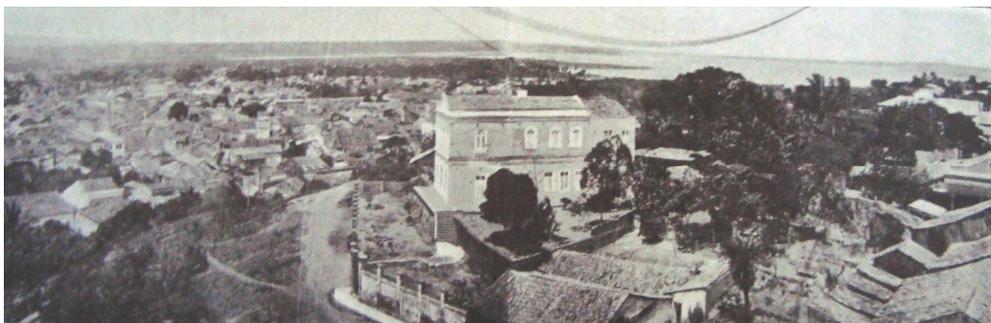


Ilustração 36: Imagem de um panorama publicado no livro Terra das Alagoas de 1922. Fonte: acervo do IHGAL.

2.2 A PARTICIPAÇÃO DO FAROL NA FORMAÇÃO DO BAIRRO ALTO DO JACUTINGA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

2.2.1 A cidade de Maceió no início do século XX

A mudança do sistema político do Império para a República no final do século XIX produziu uma nova ordenação espacial das cidades brasileiras, e esteve ligada às profundas mudanças socioeconômicas resultantes da passagem da relação de senhor/escravo para a de patrão/empregado. Essas modificações produziram um rezoneamento das funções urbanas no início do século XX, baseado na separação do local de moradia do local de trabalho e na geração de espaços segregados ao redor dos antigos centros, correspondentes às cidades coloniais (ROLNIK, 2003, 2004).

A cidade de Maceió passou por esse processo de reorganização socioespacial entre fins do século XIX e início do XX. Nesse período, a cidade ganhou novos bairros, antigos povoados no século XIX. Surgiram a Levada e o Alto do Jacutinga que se interligavam às antigas freguesias de Maceió e de Jaraguá, os dois primeiros bairros da cidade; e aos subúrbios do Poço, Pajuçara, Bom Parto, Mutange e Bebedouro por meio dos trilhos urbanos que diariamente conduziam os *bonds*⁵⁵. Foram nesses novos e antigos espaços urbanos que as novas relações sociais produzidas pelas mudanças do sistema político e econômico brasileiro se desenvolveram.

O historiador Osvaldo Maciel (2004), ao estudar o universo do trabalho dos tipógrafos entre 1895 e 1905, destacou algumas das principais ocupações do trabalhador urbano das camadas menos favorecidas da sociedade maceioense. O autor destaca, dentre atividades desse segmento social, as relativas ao setor portuário, como estivadores, doqueiros, lancheiros, carroceiros, que escolheram as proximidades do porto de Jaraguá, seu local de labuta, para viver. Outros trabalhadores ligados ao setor portuário eram os condutores de *bonds* e carroceiros, que eram os encarregados do transporte de mercadorias entre o porto e o centro da cidade, para as casas de comércio ou de particulares. Uma outra classe de trabalhadores, essenciais para o comércio, eram os caixeiros, que trabalhavam na variedade de lojas e mercearias de varejo no centro da cidade, administradas pelos próprios donos, que precisavam deles para organizar o estoque, limpar a loja e atender os clientes.

⁵⁵ C.f. TAVARES, 1911, p. 10.

Já o estudo de outro historiador alagoano, Ulisses Rafael, traz considerações importantes sobre as atividades realizadas pelos ex-escravos na sociedade alagoana recém-republicana. Após a abolição, por só terem a força braçal para oferecer como instrumento de trabalho, eles acabaram dedicando-se às atividades informais, eram vendedores, estivadores ou prestavam serviço de transporte de móveis e utensílios domésticos pesados nas ruas do centro da cidade. No caso das mulheres, “negras velhas da costa” e “africanas legítimas”, passaram a vender quitutes nas ruas do centro e no aterro de Jaraguá (atual trecho da Avenida da Paz) ou tornaram-se ambulantes (RAFAEL, 2004).

A partir das análises desses dois autores, podemos apontar como locais de trabalho em Maceió no início do século XX: o centro da cidade com suas casas de comércio de varejo, e Jaraguá com seus estabelecimentos atacadistas, além do próprio porto; por outro lado; devemos recordar que o porto da Levada deveria concentrar muitos desses trabalhadores urbanos citados por Maciel (2004). No caso dos mais abastados, ocupavam os cargos públicos distribuídos nos vários prédios do governo e da municipalidade reunidos no centro e em Jaraguá, locais onde se concentravam também ricos comerciantes, proprietários de estabelecimentos de comércio e/ou serviço e alguns profissionais liberais.

Mas onde essa população morava no alvorecer do século XX? Maciel (2004) aponta como áreas residenciais “aburguesadas” os bairros de Maceió e de Jaraguá; enquanto é nos “vazios” entre esses bairros, nos subúrbios que os margeiam e em outros distantes, como Pajuçara, Bebedouro e Trapiche da Barra, que a população mais carente vive.

Os núcleos de habitação estão concentrados nos bairros de Maceió e Jaraguá. Entre eles, há interstícios e certos “vazios” de casas/habitações. Isto é mais perceptível, particularmente, nas áreas que margeiam estes bairros e nos arrabaldes do Trapiche, do Poço e do Bebedouro, além da área – então periférica da Pajuçara. Tais “brechas”, além de emprestarem uma característica suburbana a toda a capital alagoana, terminam por ser ocupadas pelos despossuídos, pelo lupemproletariado, tornando-se verdadeiros ‘lugares de alteridade’ (MACIEL, 2004, p.43).

Seguindo essa espacialização das habitações feita por Maciel (2004), mas propondo-se um estudo espacial mais aprofundado de suas causas, a partir do trabalho de Cavalcanti (1998), identificamos outras áreas residenciais e tipologias habitacionais na cidade de Maceió, bem como as condições físicas do sítio em que foram implantadas. Conforme a autora citada os bairros de Maceió (centro) e Jaraguá, já consolidados em fins do século XIX, estavam circundados por áreas pantanosas, que se concentravam entre o bairro da Levada e a lagoa Mundaú, contornavam a encosta do morro do Jacutinga (acompanhando a estrada do morro) e no local conhecido como Boca de Maceió (ilustração 37). De acordo com essa configuração, a cidade de Maceió encontrava-se “espremida” entre esses

pântanos, paralelos ao oceano, a encosta do morro do Jacutinga a nordeste e a lagoa Mundaú a oeste. O riacho Maceió servia de divisor do bairro de Maceió do de Jaraguá e limitador do crescimento urbano em direção ao norte (CAVALCANTI, 1998).

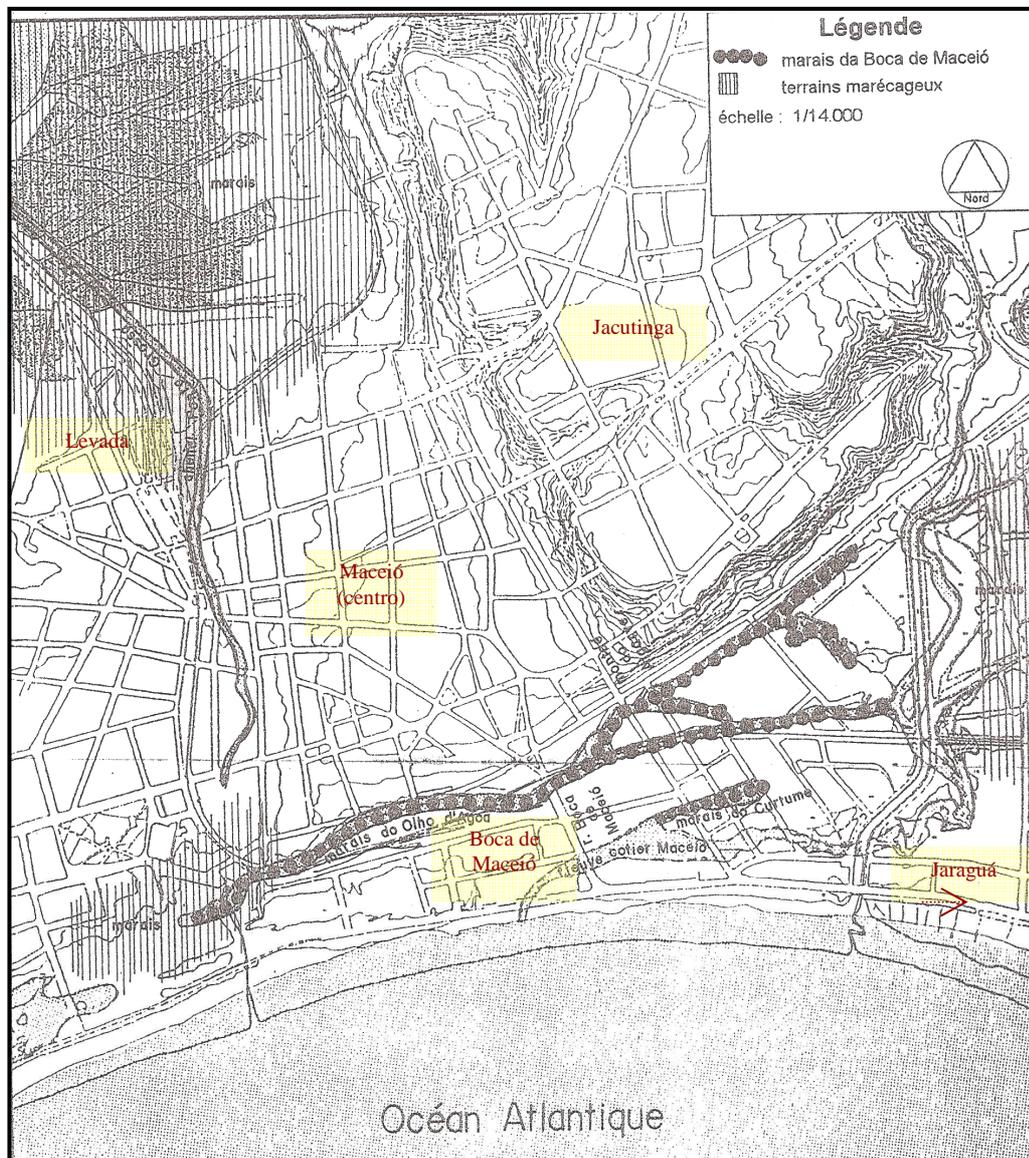


Ilustração 37: Planta da cidade mostrando a localização dos pântanos da cidade de Maceió.
Fonte: CAVALCANTI, 1998, p. 377.

Dessa forma, para a cidade de Maceió crescer no início do século XX, fazia-se necessário a ocupação dessas áreas. Por serem insalubres e, portanto, pouco valorizadas, foram habitadas por uma parcela da população carente que não podia pagar pelos terrenos mais valorizados localizados no centro e em Jaraguá. Nesses locais, viviam prostitutas, canoeiros, condutores, pobres operários e os mais diversos trabalhadores informais. E, se no século XIX essas habitações compreendiam casos isolados, no século XX, elas

aumentaram em número, passando a configurar uma forma de ocupação desordenada, formando ruelas e becos sem saída. Esse tipo de habitação era encontrado nos arrabaldes do Poço, Cambona, Mutange, Pajuçara e Levada (CAVALCANTI, 1998).

Outro fator que fazia essas áreas serem consideradas pouco valorizadas era a presença de equipamentos públicos como: a prisão (1847), o mercado público (1848), o matadouro (1857), os cemitérios da cidade (depois de 1850), o Hospital da Santa Casa de Misericórdia (1856), o asilo de mendicidade (1887), o hospital dos alienados (1891) e o hospital de isolamento (1912) (ilustração 38). Tanto a área do arrabalde do Trapiche da Barra quanto do bairro da Levada, eram desvalorizadas pela presença desses equipamentos, considerados nocivos à saúde (CAVALCANTI, 1998).

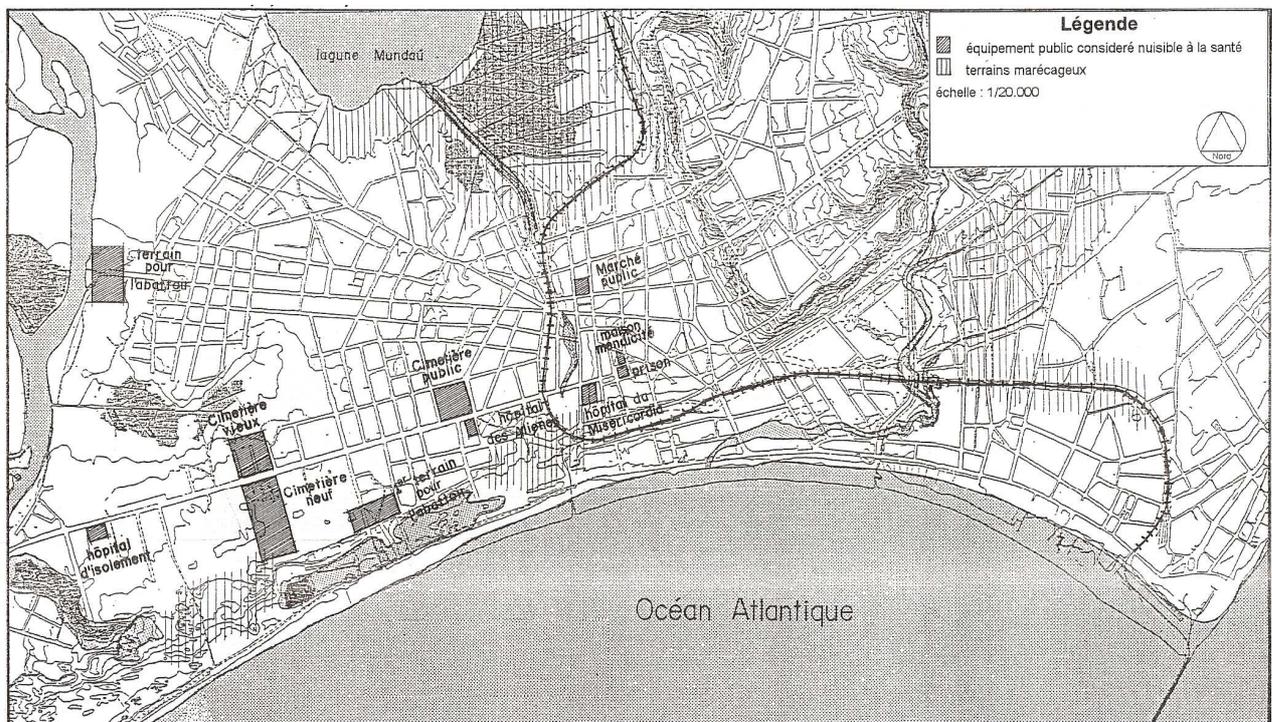


Ilustração 38: Planta da cidade mostrando a localização dos equipamentos públicos considerados nocivos à saúde segundo Cavalcanti (1998). Fonte: Cavalcanti (1998).

No caso do bairro do Jacutinga, de acordo com notícias dos jornais de fins do século XIX e primeira década do século XX analisadas por Maciel (2004, p. 33), era considerado “ora como área mal-assombrada, matagal que circunda a cidade, para onde corriam marginais, ora como novo bairro chique da gente “abastada”, que buscava paz e sossego em chácaras e sítios”. Faz parte desse período de transição, a ocupação das bordas de encosta do morro do Jacutinga por população humilde, como já demonstrado anteriormente. Essas habitações iriam, ao longo das primeiras décadas do século XX, sendo substituídas pelas residências dos mais abastados, em um processo que, como veremos, levou o bairro

a ser reconhecido como “bairro da elegância” no Indicador Geral de 1902 e posteriormente como “reduto do granfinismo”, expressão cunhada por Manuel Diégues Júnior em 1939.

Essa nova configuração da cidade pode ser compreendida e evidenciada a partir do já citado romance de Pedro Nolasco Maciel de fins do século XIX: *Traços e Troças: leitura quente (Crônica Vermelha)*, primeira edição de 1899. O romance anuncia a nova ordem espacial do período recém-republicano através dos itinerários de seus protagonistas – um humilde alfaiate, Manoel, e sua fogosa e leviana noiva, Zulmira – que ao percorrerem a malha urbana de Maceió vão revelando o espaço e sua ocupação pelos diferentes segmentos sociais da época, representados por outras personagens da trama em suas ocupações diárias⁵⁶.

No romance, podemos identificar os seguintes espaços: um centro consolidado, o núcleo mais antigo da cidade, Maceió, o bairro que concentra os principais edifícios públicos estaduais e municipais e as atividades comerciais retalhistas, que mesclava moradias de alto padrão nas principais vias e algumas mais humildes nas franjas desse centro; o porto de Jaraguá com seus edifícios que abrigavam as atividades portuárias como a recebedoria, a ponte de desembarque, os trapiches; e áreas afastadas dessas supracitadas, caracterizadas pelo autor como locais empobrecidos, que correspondiam ao Mutange, Trapiche da Barra, Levada e o Pontal da Barra, distante povoado de pescadores. Manoel e Zulmira percorreram essas áreas úmidas, distantes da habitabilidade de Maceió ou do trecho de Jaraguá conhecido como o Aterro de Jaraguá (atual Avenida da Paz), que concentrava, nas palavras Pedro Nolasco (1964), “casas mais nobres”⁵⁷.

Em sua aventura noturna malograda no Mutange, Manoel afundou os pés na lama à beira da lagoa do Mundaú e embrenhou-se no mangue infestado por mosquitos, temendo ser mordido por cães ferozes, enquanto era perseguido pela corrupta força policial das cercanias do Bebedouro; mas, por sorte, para dá fim ao pesadelo, foi salvo por canoieiros que estavam à cata de peixes na lagoa. Tudo isso por Zulmira, que o traía com o Juquinha.

O Manoel internou-se pelo mangal, aflito, esbaforido, botando a alma pela boca num atroz acesso de cólera. Estava dentro da lama, patinhando, à beira da lagoa. [...] Meteu-se num bote que deparou amarrado junto ao mangue. Tritava de frio; os mosquitos alfineitavam-lhe o rosto e as mãos desapidadamente.

Olhou em roda... só achou mosquitos e lama, no ar trevas, no céu nem uma estrela. Pareceu-lhe estar num subterrâneo. O coração batendo desordenadamente (MACIEL, 1964, pp. 23-24).

⁵⁶ As considerações tecidas nessa dissertação sobre o romance ‘Traços e Troças’ têm como referência o texto produzido por esta autora: ‘A cidade de Maceió nos itinerários de Pedro Nolasco Maciel’, que compõe a coletânea de textos sobre o romance de Pedro Nolasco Maciel (no prelo), que tem como organizador Luis Sávio de Almeida.

⁵⁷ C.f. Maciel (1964, p. 158).

Em outra passagem do texto, Zulmira e sua mãe, D. Maria, vão de canoa pelos canais da cidade, do Pontal da Barra para a Levada, local de terrenos pantanosos, como identificado por Cavalcanti (1998). No caminho, passam pelo antigo matadouro público, que como afirmamos no capítulo anterior abrigou a função de casa de pólvora, e segundo Pedro Nolasco Maciel (1964), era também barracão dos variolosos; dois prédios públicos caracterizadores das áreas segregadas da cidade.

Passaram pelo antigo matadouro, convertido hoje em depósito de pólvora e em barracão para variolosos, aos quais deram por enfermeiro o José Monstro com sua perna de páu; e chegaram à Levada. Saltaram no pôrto dos tijolos e vieram rua a fóra por entre grupos de indivíduos que palestravam à porta do Juvêncio Deitado e do Pedro Barraqueiro. Atravessaram o lamaçal de saias arregaçadas, as sandálias metidas no charco (MACIEL, 1964, p. 111).

2.2.2 O bairro Alto do Jacutinga

O bairro Alto do Jacutinga, ou simplesmente Jacutinga como depois ficou conhecido, surge no bojo desse processo de reorganização socioespacial da cidade de Maceió no início do século XX. O primeiro documento que o identifica como bairro da cidade é o Indicador Geral do Estado de Alagoas de 1902, em que é descrito como “novíssimo, assentado sobre o planalto do mesmo nome, a cavaleiro da cidade; é hoje o bairro da elegância, justamente procurado pela população abastada, e que será a futura e unica residência da capital, pela salubridade e amenidade do clima”⁵⁸. Já o seu primeiro registro gráfico encontra-se na planta da cidade datada de 1902⁵⁹, que representa a Maceió recém-republicana (ilustração 39).

⁵⁸ CABRAL e COSTA, 1902, p.29.

⁵⁹ Inédita, apresentada na tese de Fátima Campello (2009) a planta da cidade de Maceió tem como fonte o Arquivo Histórico do Exército e corresponde à cópia de um levantamento da cidade de Maceió realizado pelo engenheiro Reinhold Vickse, por ordem da Intendência Municipal de Maceió na época.

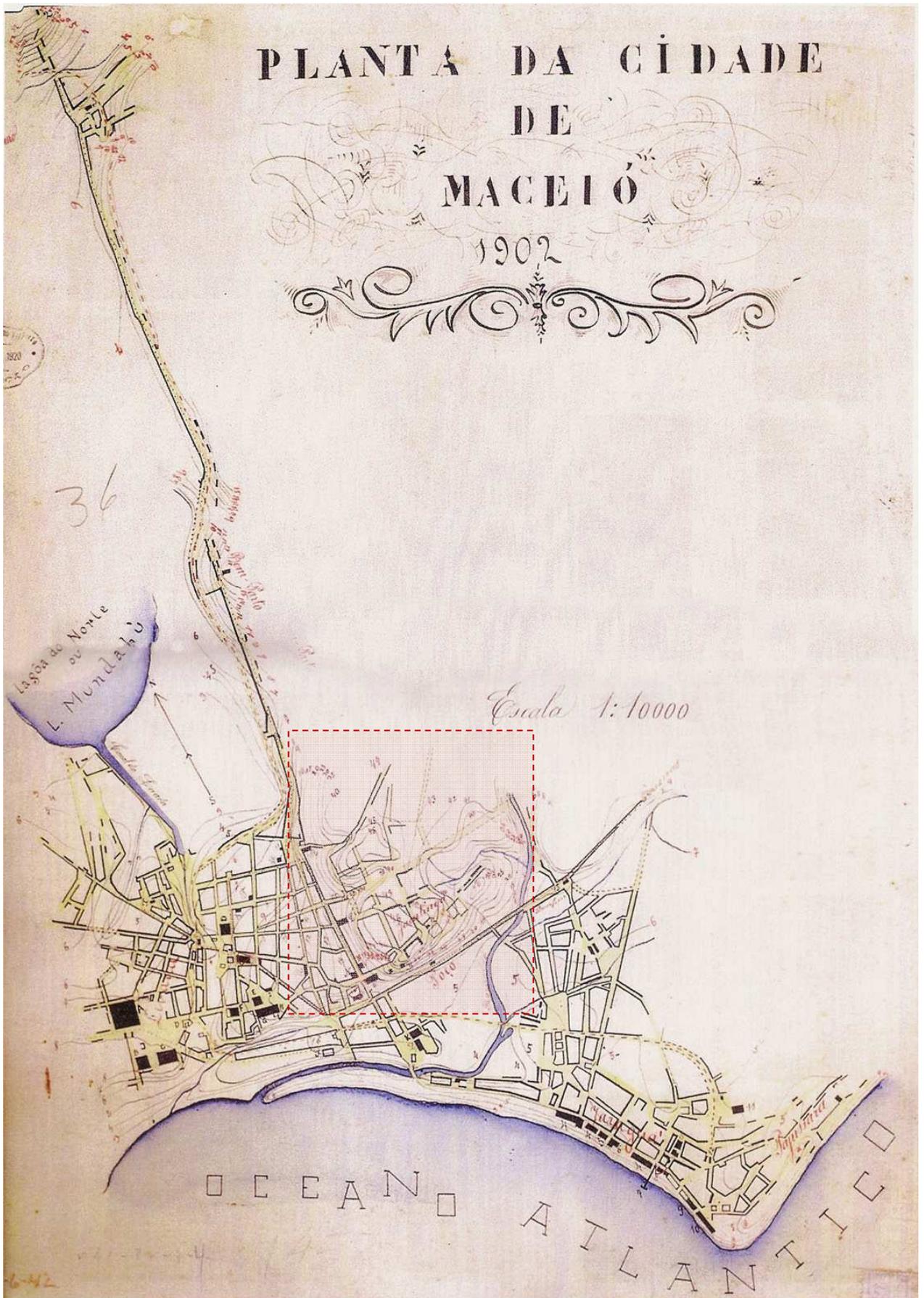


Ilustração 39: Planta da cidade de Maceió de 1902. Fonte: CAMPELLO, 2009.

Por essa planta, podemos identificar como limites do bairro Alto do Jacutinga as terras do Poço e o bairro de Maceió, que margeavam a encosta da colina. Essa delimitação aproxima-se da descrita no relatório de logradouros da cidade de 1911, elaborado pelo funcionário público Braulio Tavares⁶⁰, segundo o qual o “Jacutinga é separado de Maceió pela elevada colina que o contorna ao lado ocidental da Rua 15 de Novembro [rua do Sol], e do Poço [rua Barão de Atalaia] pelo lado sul da mesma colina”. A porção do bairro do Jacutinga que margeava a área do bairro de Maceió a nordeste, cujo limite era a rua do Sol, ficava compreendida entre a matriz, atual catedral metropolitana, e a igreja dos Martírios; já as terras do Poço estavam dispostas ao longo da antiga rota do Poço, depois avenida Mangabeiras e atual rua Barão de Atalaia (ilustração 40).

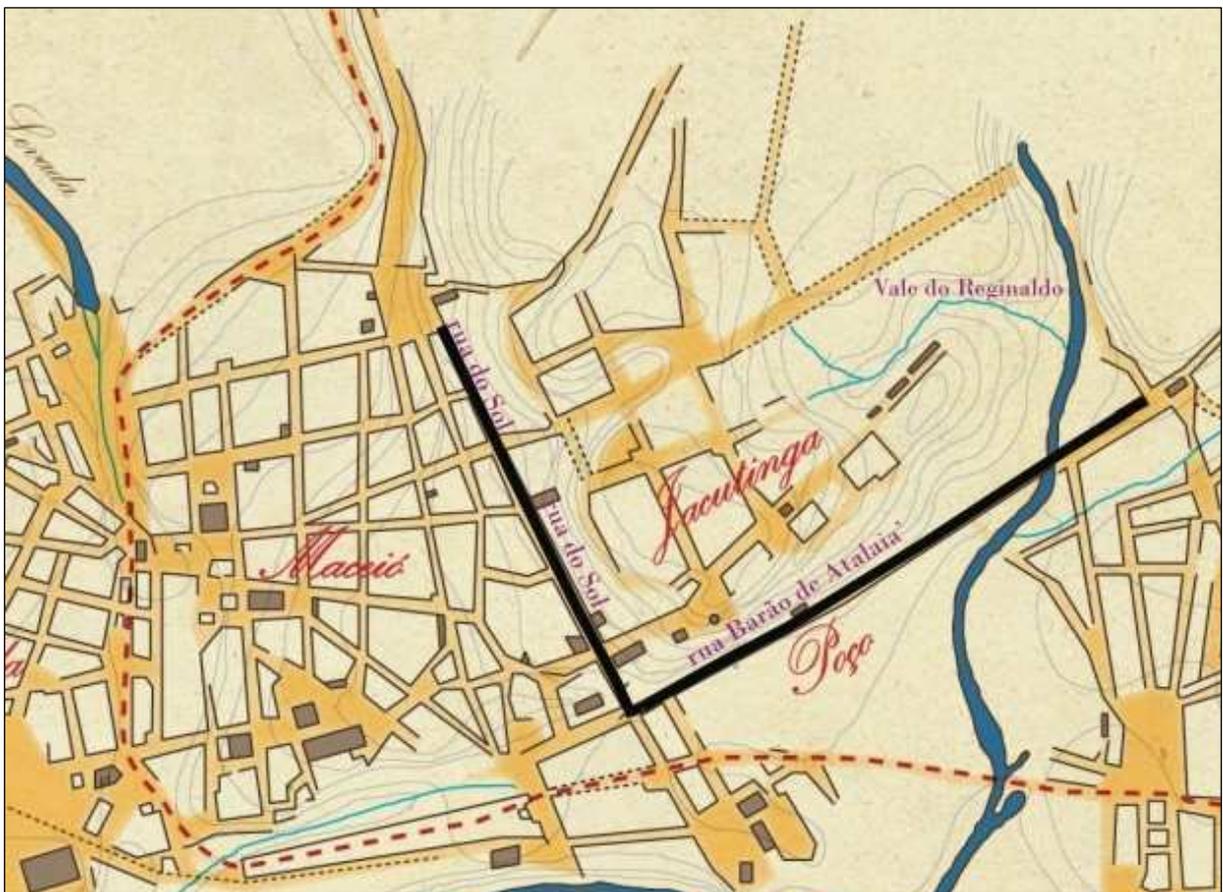


Ilustração 40: Detalhe da planta da cidade de 1902 (ilustrada) indicando os limites do bairro Alto do Jacutinga. Ilustração Daniel Hogrefe. Fonte: CAMPELLO, 2009.

⁶⁰ TAVARES, Braulio Fernandes. **Relatório que, sobre as ruas, travessas, beccos, praças e estradas de Maceió, apresentou ao Snr. Intendente desta Capital Dr. Luiz de Mascarenhas o funcionario municipal Braulio Fernandes Tavares em 19 de agosto de 1911.** Maceió, Typographia Commercial, 1911. Maceió, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, E-AL-1, P- 4, L-37.

Estava então o bairro Alto do Jacutinga, segundo a delimitação fornecida acima, ligado ao de Maceió por três ladeiras a do Brito, a dos Martírios e a do Farol (atual ladeira da Catedral). Esse último acesso existe desde a primeira metade do século XIX e conforme foi analisado na planta de 1841, dava acesso à casa de pólvora e dos guardas e era conhecida como estrada do Morro. Depois, com a construção do guia dos navegantes, deve ter tornado-se a ladeira do *Pharol*, como foi identificada em cartão postal da casa Ramalho, que circulou da década de 1920 a de 1940⁶¹ (ilustração 41). Pela iconografia apresentada anteriormente (plantas da cidade de 1841, 1868 e 1902), podemos comprovar que a ladeira do *Pharol* foi a primeira a ser ocupada e correspondeu ao primeiro eixo de expansão da cidade para o seu plano mais alto, o tabuleiro.

No topo da antiga ‘estrada do Morro’, assentado sob uma barreira de grandes proporções, no terreno doado à Fazenda Nacional em 1834, estava o farol⁶² (ilustração 42). As cercanias do farol detinham por excelência uma boa localização; bastava descer a ladeira do *Pharol* e se estava no centro da vida urbana, e descendo a antiga ladeira do Alagave (em frente à matriz), seguindo pela rua do Imperador e atravessando a ponte dos Fonecas chegava-se a Jaraguá. Essa localidade, das cercanias do farol ficou conhecida como o Alto do *Pharol*, conforme se pode comprovar nos documentos já citados, o relatório de 1869 e na passagem do romance de Pedro Nolasco Maciel de 1889.

⁶¹ C.f. Campello, 2009.

⁶² Por uma análise de imagens (ilustrações 42 e 43) e depoimentos de antigos moradores da Ladeira da Catedral, podemos concluir que as terras doadas por Bento Ferreira Guimarães compreendiam os atuais terrenos da Praça D. Ranulpho da Silva Farias e da LABRE (Liga Amadores Brasileiros de Rádio Emissão de Alagoas). Esses terrenos, antes da catástrofe de 1949 que ocasionará o desabamento de parte desses terrenos, correspondiam a uma barreira de grandes proporções. Pode-se ainda constatar, que o farol foi construído próximo à atual edificação do CREA-AL (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Alagoas), ao lado da referida praça.

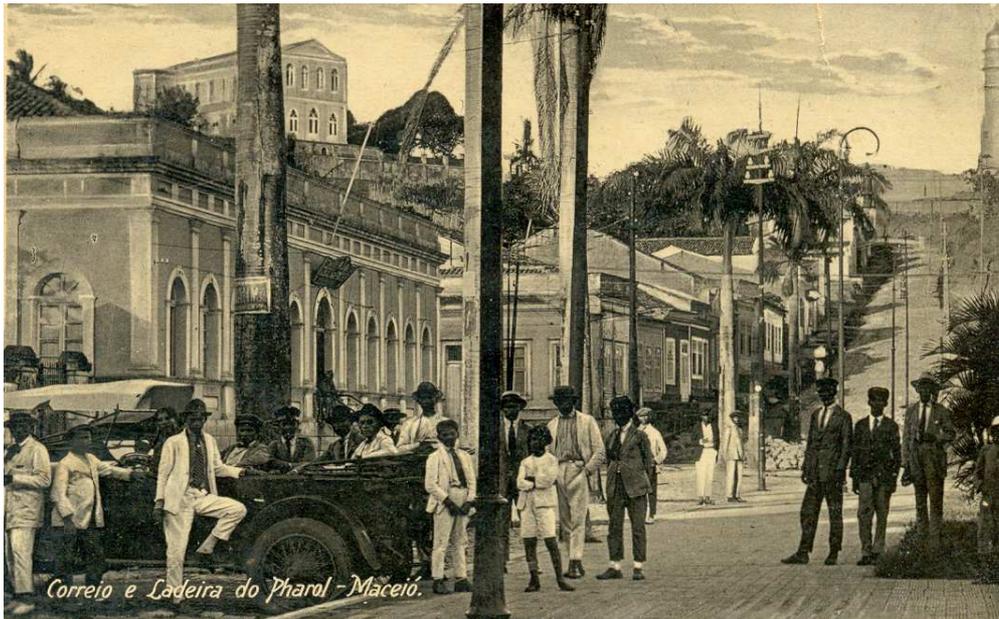


Ilustração 41: Cartão postal mostrando o prédio do Correio e a ladeira do *Pharol*. Fonte: acervo digital do IHGAL.

Se a ladeira do *Pharol* pode ser considerada o primeiro eixo de expansão da cidade em direção ao planalto do Jacutinga, a área das cercanias do farol, o Alto do *Pharol*, deve ter sido a primeira área do Jacutinga a ser ocupada e serviu de núcleo de povoamento desde o século XIX, quando o único ponto do morro do Jacutinga ocupado era justamente as redondezas do farol, área onde foi implantado o sistema de comunicação e defesa de Maceió, conforme plantas da cidade do século XIX apresentadas no capítulo anterior (de 1820, 1841 e 1868).



Ilustração 42: Igreja da catedral e a Ladeira da Catedral ao fundo, década de 1920. Fonte: MISA.



Ilustração 43: pormenor da ilustração 42, localização do Farol, no alto e à direita da Ladeira da Catedral, na década de 1920. A edificação ao fundo do Farol, no topo, é o CREA-AL. Fonte: acervo digital do MISA.

2.2.3 O Alto do Pharol como o núcleo mais antigo do atual bairro

De acordo com Lima Júnior (1974), algumas partes do planalto do Jacutinga tiveram toponímias específicas, eram os chamados *Altos* (ilustração 44), uma à referência à posição elevada do bairro Alto do Jacutinga em relação ao núcleo mais antigo da cidade, composto pelos bairros de Maceió e Jaraguá, localizados respectivamente num platô intermediário e na planície litorânea. O autor supracitado não descreve em que época esses “Altos” surgiram, mas tudo indica que foi em fins do século XIX, antes do surgimento do bairro Alto do Jacutinga, pois como já afirmamos anteriormente, nesse período há referências ao Alto do *Pharol*. Nessa fase de transição do bairro, deviam existir distintos núcleos de povoamento espalhados pelo morro do Jacutinga, ou seja, “Altos”, que receberam diversos nomes a depender da sua localização e identificação pelos habitantes.

Félix Lima Júnior (1974) destacou alguns desses “Altos” (ilustração 44). Ele cita os seguintes: o *Alto do Urubu*, que passou a ser chamado de *Alto da Santa Cruz* depois que para lá foi transferido o cruzeiro que ficava no largo da igreja dos Martírios em 11 de novembro de 1886, em seguida, com a construção do templo dedicado à Santa Terezinha, tornou-se *Alto de Santa Terezinha*, mudando novamente de nome para *Alto da Caixa d'Água*, com construção desse equipamento; o *Alto do Brito*, correspondente à área

compreendida entre a ladeira do Brito e a dos Martírios; o *Alto do João Doido* ou *da Bela Vista*, nas redondezas da rua José Bento Júnior, que contorna a encosta do morro, e segundo a relação de Tavares (1911) chamava-se rua da Bela Vista. São também citados o *Alto da Conceição* e o *Alto do Céu* (não há descrições sobre eles). Existiu também, segundo o mesmo autor, um local chamado “*Zeiga*” nome adaptado de Seeger, do vice-cônsul alemão Hans Seeger, que lá viveu; o local corresponde à antiga Avenida Seeger, atualmente a avenida Aristeu de Andrade o (LIMA JÚNIOR, 1974).

Acreditamos, baseados em toda a análise empreendida, que o núcleo mais antigo do bairro do Farol corresponde ao *Alto do Pharol*, que esteve associado às cercanias do farol. Essa área desenvolveu-se de forma diferenciada no início do século XX, a ponto da população mais abastada preferi-la; as imagens estudadas revelam que as melhores habitações localizavam-se lá. Conclui-se que, à medida que o bairro ia se expandido essa localidade Alto do Farol era tomada como referência, levando a crer que todos os “Altos”, que formavam o bairro Alto do Jacutinga, foram unificados pelo símbolo do farol, tornando-se depois o bairro do Farol.

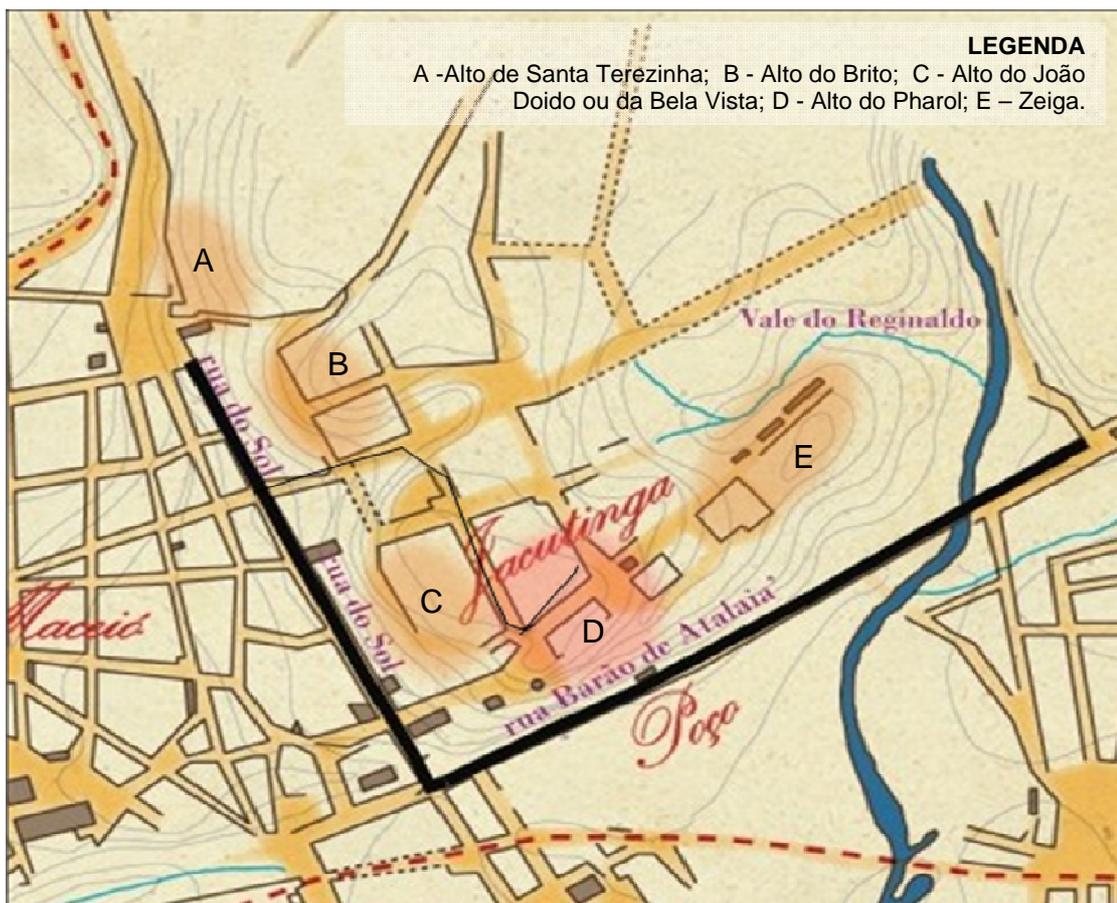


Ilustração 44: Mapa da área de estudo na cidade de Maceió mostrando a aproximada localização dos altos que compunham o planalto do Jacutinga. Fonte: CAMPELLO 2009, CAVALCANTI, 1998; LIMA JÚNIOR, 2001 e MAPLAN, 2000 (adaptado pela autora).

Tendo como base a malha urbana de Maceió na planta de 1902, o Alto do *Pharol* provavelmente correspondia à área delimitada (ilustração 45) pelas terras do Poço a leste (trecho A-B), seguindo a encosta do morro no sentido rota do Poço (atual rua Barão de Atalaia); ao norte e nordeste pela atual rua Comendador Palmeira (trecho B-C), antiga das vacas, trecho compreendido entre a antiga estação de bondes do farol⁶³ e a igreja de São Gonçalo; a oeste pela rua Saldanha da Gama em direção à rua José Bento Junior (trecho C-D), que contorna a borda da encosta; e a sudoeste pela extensão da borda de encosta contornada pela rua do Sol, trecho entre a igreja do Rosário e a Catedral (trecho D-C).

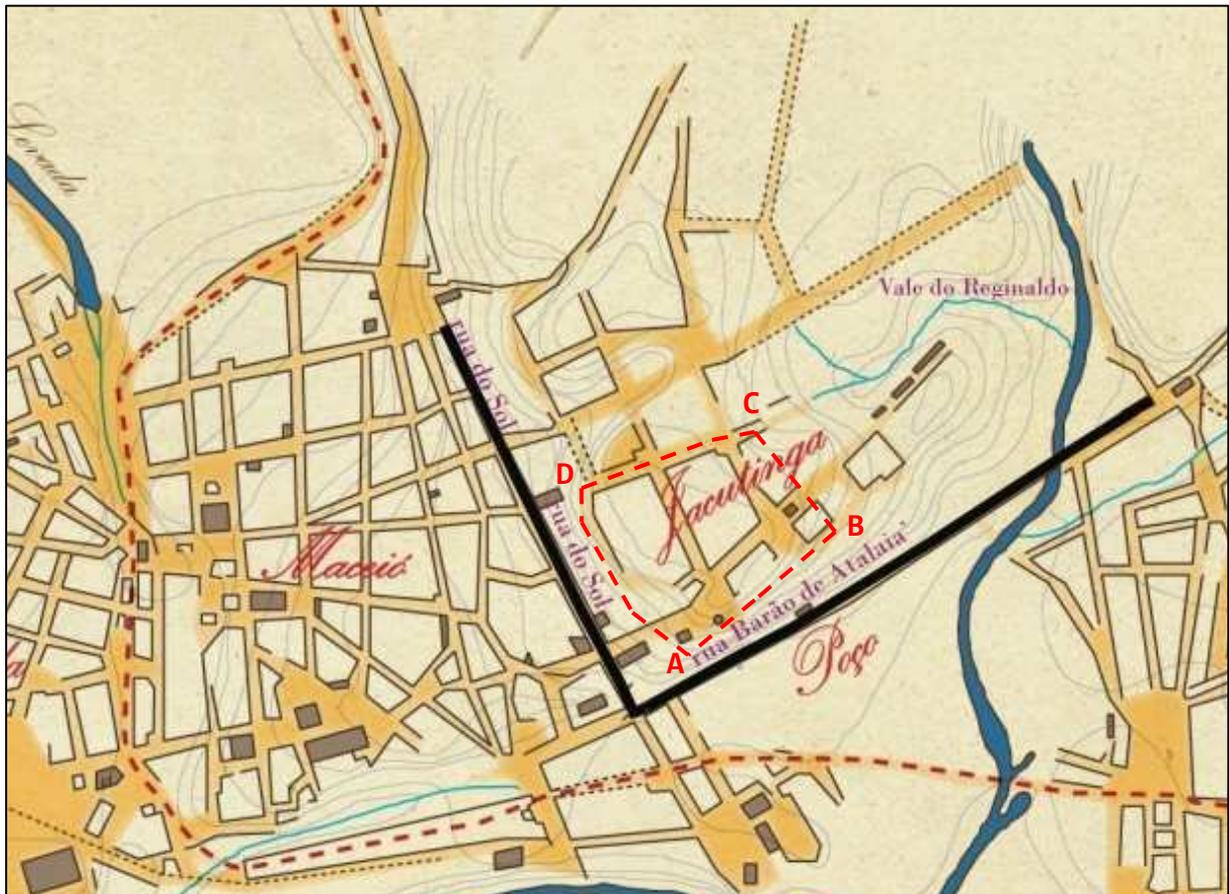


Ilustração 45: Núcleo mais antigo do bairro do Farol (polígono ABCD). Ilustração da planta de 1902 de Daniel Hogrefe. Fonte: CAMPELLO, 2009.

Outro fator determinante para definição do núcleo mais antigo do bairro do Farol é que o Alto do *Pharol*, em relação aos demais “Altos”, encontrava-se já dotado de certa infraestrutura no início do século XX. Era a única localidade do Planalto do Jacutinga servida por

⁶³ Prédio de esquina, entre as ruas Saldanha da Gama e Comendador Palmeira, foi antes de ser a estação de bondes a Vacaria Pinheiro; corresponde atualmente à padaria Brasília.

bondes no início do século XX⁶⁴ e estava inclusa no perímetro apresentado no projeto n. 17 de 1897⁶⁵ para receber mais de 50 focos elétricos: “Este perímetro abrangerá, além da cidade, o alto do Pharol, até a Ladeira do Brito, Poço até o Sítio de Jacintho Athayde, Cambona até a fábrica Moraes, Pajussára e Levada”⁶⁶.

No caso dos trilhos urbanos, o Alto do *Pharol* foi ligado em 1902 ao bairro de Maceió pelo sistema de *bonds*, naquela época puxados por burros em 1902, ano da criação da Companhia Elevadora Jacutinguense. Porém, a empresa logo foi à falência, como discutimos em momento anterior, aportando-nos em Lima Júnior (2001). O mesmo autor informa que somente em 1908, foi restabelecido de forma definitiva os serviços de *bonds* no Jacutinga, ano em que a Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos, mais conhecida pela sua sigla CATU, comprou a Elevadora Jacutinguense. A integração do bairro do Jacutinga, através do seu núcleo mais antigo ao sistema de trilhos urbanos no início do século XX representou, a nosso ver, a efetiva participação do bairro nos processos urbanos de Maceió, pois os fluxos entre o centro e as novas áreas de Maceió ainda eram vitais, os serviços básicos da vida cotidiana e os locais de trabalho ainda concentravam-se lá e nos tradicionais bairros de Jaraguá e Jaraguá (ilustração 46).

Sob o nosso ponto de vista, foram os trilhos urbanos que desempenharam o papel fundamental de unificar a malha urbana de Maceió no alvorecer do século XX. Apesar de não terem sido implantados para permitir uma expansão da cidade de forma planejada, eles “uniram” áreas anteriormente segregadas ao centro da cidade e ao porto de Jaraguá. Manuel Diegues Junior (2001, p.170) em 1934 observou que os itinerários dos bondes pouco sofreram modificações em relação aos do início do século XX e que não acompanhavam o alargamento das áreas residenciais, “A esse desenvolvimento nem sempre corresponde o serviço de transporte urbano. Ainda hoje, salvo ligeiras modificações e pequenos acréscimos, os bondes fazem o mesmo itinerário do dia da inauguração do serviço”.

⁶⁴ Conforme itinerário dos bondes encontrados em Lima Júnior (2001, p. 36): “Farol – Rua Tibúrcio Valeriano (trecho entre as Ruas do Comércio e a Boa vista), Ladeira do Brito Praça 11 de Junho, rua Ângelo Neto, São Gonçalo e das Vacas [rua Comendador Palmeira], parando em frente à estação, onde depois funcionou a Padaria Santa Teresinha. Na volta faziam o trajeto contrário”.

⁶⁵ O projeto n.17 aparece como não sancionado, entretanto, consta no mensagem provincial de 1897, que apesar da municipalidade não ter recursos para a implantação desses novos focos elétricos, o Estado assumiu as despesas para a implantação, “[...] em vista das precárias condições do município, que não dispunha de meios suficientes para as suas despesas, resolvi por decreto de 12 de dezembro determinar que o Estado concorresse desde logo com a subvenção correspondente aos 50 focos pelos quoes se responsabilizou, computados nesse numero os 10 novamente installados e 40 dos primitivos subvencionados pelo municipio, ficando a cargo deste somente 10.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Barão de Traipú Governador do Estado por ocasião da 1.ª sessão ordinária da 4.ª legislatura em 15 de abril de 1897, p. 9-10.

⁶⁶ COLEÇÃO de leis do Estado de Alagoas (anos 1896-1909). Maceió, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, [s.d.].



Ilustração 46: Mapa da cidade de Maceió mostrando a malha urbana da cidade em 1868 e em 1902, os cursos d'água mais importantes existente no passado e os itinerários dos bondes no início do século XX. Fonte: CAMPELLO 2009, CAVALCANTI, 1998; LIMA JÚNIOR, 2001 e MAPLAN, 2000 (adaptado pela autora).

Outra importante informação, que contribuiu para justificar a escolha pelo Alto do *Pharol* como o núcleo mais antigo do bairro do Farol, encontra-se nas notícias publicadas durante o ano de 1904, nos jornais alagoanos *A Tribuna* e o *Gutenberg*. As notícias tratavam sobre uma disputa de terras localizadas no ‘Alto do *Pharol*’, entre o negociante Manoel Rodrigues e o engenheiro Gomes Calaça⁶⁷. A atenção dada pelos periódicos demonstra que as terras do Jacutinga começavam a ser valorizadas, principalmente aquelas objeto da disputa, do *Alto do Pharol*, que, como vimos detinham a infra-estrutura, e que também se diferenciou em relação aos demais ‘Altos’ pela arquitetura lá produzida.

2.3 NO FAROL RESPIRAM-SE NOVOS ARES: “O BAIRRO REDUTO DO GRANFINISMO”

A primeira referência oficial do bairro do Farol como área residencial dos abastados, como já citamos, foi encontrada no Indicador Geral do Estado de Alagoas de 1902, quando era conhecido como bairro do Jacutinga. A descrição contida nesse documento é de autoria de Hugo Jobim, engenheiro agrimensor funcionário público que viveu no Jacutinga, e refere-se às duas principais características do bairro: *local habitado por pessoas de alta renda e salubre*: “é hoje o bairro da elegância, justamente procurado pela população abastada, e que será a futura e única residência da capital, pela salubridade e amenidade do clima”⁶⁸.

O vice-cônsul alemão Hans Seeger, o comerciante proprietário da loja Iracema Manoel Joaquim Oliveira, o político José Rocha Cavalcanti, o comendador Texeira Bastos, detentor da maior parte das ações da CATU (Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos) e o comerciante e industrial Manoel de Araujo Pinheiro⁶⁹, entre outros, foram pessoas de influência política e/ou econômica da sociedade maceioense que moraram no Alto do Jacutinga.

⁶⁷ Foram publicadas notas sobre a questão judiciária das ‘Terras do Jacutinga’ no jornal *A Tribuna* entre os meses de setembro e novembro de 1904; e no jornal ‘*Gutenberg*’ nos meses de outubro e novembro, inclusive neste último foi publicada a defesa na íntegra do caso feita por seu advogado.

A questão central da disputa era a delimitação das terras de Bento Ferreira Guimarães, o proprietário das terras do Poço, que doou os terrenos no morro do Jacutinga ao Governo Imperial em 1834 para a construção do farol. Por um lado, o engenheiro Calaça, como herdeiro das terras de Bento Guimarães, defendia que as terras herdadas começavam na atual Rua Barão de Atalaia, a antiga Estrada do Poço e englobava as terras do Jacutinga que adentravam o interior planalto pela encosta, seguindo por toda extensão da rua do Sol; por outro lado o negociante Manoel Rodrigues defendia que a divisão começava da Estrada do Poço e seguia em direção oposta à encosta do morro, considerando que as terras doadas por Bento Ferreira ao Governo Imperial eram os antigos limites, e portanto, não podiam ser ainda disputadas já que é propriedade nacional.

NOTAS Diárias. Suplemento. *Gutenberg*. Maceió, 30 out. 1904, p.2.

⁶⁸ CABRAL e COSTA, 1902, p.29.

⁶⁹ Todos esses nomes foram encontrados em Lima Junior (1974) e especificamente sobre o coronel Texeira Bastos há referências em Lima Júnior (2001, p.29).

Seguindo as características da habitação das classes dominantes da época, baseado no conforto burguês, do bairro homogêneo, salubre e exclusivamente residencial, o bairro do Jacutinga, em seus primórdios, proporcionou o espaço livre necessário e boas condições de higiene para a população abastada que lá viveu. Por outro lado, como o bairro do Jacutinga era fronteiro ao de Maceió, bastava-se descer uma das ladeiras que ligava os dois bairros ou tomar um *bond*, e se estava no centro da cidade, que concentrava os locais de trabalho, serviço e comércio.

Como alternativa salubre para as classes dominantes da população, o Jacutinga correspondia

Assim, o Jacutinga configurou-se como alternativa viável para essa população abastada. Nessa época, como vimos, as áreas nobres do bairro Maceió encontravam-se já ocupadas e as áreas que o margeavam eram consideradas insalubres, portanto, não poderiam oferecer o espaço livre necessário, nem muito menos condições higiênicas para uma classe dominante que prezava pelos padrões descritos acima.

Por outro lado, o bairro Jacutinga apresentava-se como alternativa salubre para essa classe nas primeiras décadas do século XX. Como área ocupada esparsamente, esse bairro possibilitava a aplicação dos princípios do urbanismo sanitário do século XX, ou seja, a abertura de vias largas e habitações com recuos laterais, que por sua vez, proporcionavam boa iluminação e ventilação para os cômodos. Contudo, segundo Lima Júnior (1974), nos primórdios do bairro, era ineficiente o sistema de abastecimento d'água, problema contornado pela compra a vendedores ambulantes ou pela utilização de cata-ventos. Esses equipamentos, certamente caro na época, possivelmente só adquirido por importação, era uma solução somente acessível para os mais abastados, como o cônsul alemão Hans Seeger, um dos primeiros a adquiri-lo⁷⁰.

Ainda sobre as condições sanitárias do Jacutinga, podemos afirmar ele era considerado salubre antes mesmo do surgimento urbanismo sanitários do século XX. Na primeira metade do século XIX, ainda com o farol em construção, as áreas altas da cidade, incluindo o planalto do Jacutinga, eram apontadas pelo médico sanitário Dr. Jozé Sesinando Avelino Pinho, membro do Congresso Geral de Higiene da Bélgica, como locais salubres. O desenvolvimento de atividades de lazer nessa área era apontado por Avelino Pinho como benéfico para a saúde do maceioense oitocentista, que viveu o medo da contaminação pelos miasmas e da morte pelo *colera morbus* que pairava sob a cidade. Em trabalho intitulado *Apontamentos para a topographia physica e medica da cidade de*

⁷⁰ C.f. LIMA JÚNIOR, 1964, p. 22.

Maceió⁷¹, publicado no relatório provincial de 1855, o médico sanitарista recomendava a utilização do morro do Farol como local propício para a realização de “partidas de prazer”, por lá se ter um “ar mais puro”.

Instituir ou promover as **partidas de prazer** nos arrabaldes desta Cidade, preferindo-se para isto o **morro do Farol, o Bebedouro e o Taboleiro do Pinto**. O povo que, ao titulo de distrair-se vai passar um domingo ou um dia santo n’alguns destes lugares não lucra só as impressões variadas e agradaveis que elles lhe proporcionão; **põe seu organismo em contacto com um ar mais puro**, que o reanima, e todas as suas funcções trabalham com uma harmonia, com um vigor bem differentes do modo por que estas mesmas funcções erão preenchidas durante a habitação da cidade: com este vigor os orgãos expellirão da economia pelos canaes competentes todo o principio estranho (APONTAMENTOS, 1855, p. 10, grifo nosso).

Pode-se ainda apontar, como fator circunstancial produzido no século XIX, que contribuiu para a condição salubre da área do tabuleiro atual bairro do Farol, a decisão pela não implantação do cemitério público em 1850. Nesse ano, segundo parecer oficial contido no relatório de 1850⁷², foram estudados dois locais para a implantação do cemitério público, o Trapiche da Barra e a área no morro do Jacutinga localizada nas proximidades da Cambona. Fundamentada na Teoria Miasmática, a Comissão de especialistas escolhidos pelo governo da província, decidiu pela implantação do cemitério público no Trapiche da Barra, que na época não passava de um povoado afastado da cidade, mas cuja localização não favorecia a contaminação da cidade pelos ventos portadores de miasmas (resultado da putrefação dos corpos). Segundo o parecer da Comissão, ambos os locais não ofereciam condições totalmente adequadas para a implantação do cemitério, pelo risco de contaminação que ofereciam, porém o local no morro do Jacutinga oferecia maiores desvantagens, entre elas, o fato de os ventos poderiam transportar as emanações miasmáticas do tabuleiro para Maceió e a possibilidade de contaminação dos recursos hídricos existentes na área.

Forão dois os lugares que nos pareceram mais apropriados para a erecção do Cemiterio; mas elles oferecem assim mesmo desvantagens salientes, que são todavia numerosas em um do que em outro. Um destes lugares é a chapada da parte da montanha, que fica em frente (pouco mais ou menos) ao sitio de D. Anna

⁷¹ APONTAMENTOS para a topographia physica e medica da cidade de Maceió, pelo Dr. Joze Sesinando Avelino Pinho, membro do Congresso Geral de Hygiene Publica da Belgica. Maceió - 1855. Ao Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque; Presidente da Provincia das Alagoas, Promotor dos melhoramentos sanitários da mesma província e membro da Assembléa Geral Legislativa. In: FALLA dirigida á Assembleia Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria em o 1.o de março de 1855, pelo ex.mo presidente da mesma provincia, o dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1855.

⁷² PARECER sobre a escolha de uma localidade na qual se deverá erigir um Cemiterio [...] assinado por Dr. Manoel Sobral Pinto, Vice-Presidente da Provincia, Antonio da Silva Lisbôa, Dr. José Sesinando Avelino Pinho, Bernardo Pereira do Carmo Junior, conlorme, o Secretario do Governo, José Alexandrino Dias de Moura. Maceió, 23 de agosto de 1850. In: RELATÓRIO que por occasiao de deixar a presidencia da Provincia das Alagoas dirige o ilustrissimo e excellentissimo presidente Dr. José Bento da Cunha Figueiredo ao ilustrissimo e excellentissimo presidente Dr. Manoel Sobral Pinto. Maceió, Typ. de J. S. da S. Maia, 1850. Ver ‘Anexo E’.

Magna, na Cambona, e o outro é a parte do terreno, que é adjacente á margem direita da estrada que vai desta Cidade, pelo lado O., para o Trapiche da Barra.

[...]

Resumindo quanto temos exposto apresentamos as seguintes conclusões para a erecção Cemiterio.

1.º que não há, absolutamente fallando, um lugar inteiramente conveniente para a erecção de um Cemiterio.

2.º que o local da Cambona não é apropriado.

3.º que o local da estrada do Trapiche da Barra encerra menos circunstancias desfavoráveis, que podem ser extraordinariamente modificadas, mediante esforços d'arte (RELATÓRIO, 1850, p. 17 e 23).

A instalação desse equipamento acarretaria infalivelmente a desvalorização dos terrenos do Farol situados nas proximidades da Cambona, bem como passariam essas áreas a serem segregadas, como ocorreu com o Trapiche da Barra onde foi construído o cemitério público.

Dessa forma, as boas condições de salubridade descritas acima aliadas à disponibilidade de espaço favoreceram a introdução de uma arquitetura diferenciada, que respeitasse os padrões higienistas vigentes e o estilo e implantação em voga no Brasil, que respondia às necessidades socioculturais da população abastada que lá viveu. Portanto, no Jacutinga, foram construídas edificações com características típicas do Segundo Império, estilo arquitetônico difundido na cidade de Maceió no início do século XX, após a introdução da República; conforme afirmou Manuel Diegues Júnior (2001) em passagem notadamente conhecida:

Pouco era, porém, o que Maceió ficara no período colonial. Surgida nos fins do século XVIII para princípios do XIX, Maceió não chegou a conhecer de verdade a vida colonial. Sua existência mesma começa com o Império. De modo que o grosso das construções encontradas pela República tinham as linhas características das edificações do Segundo Reinado. (DIEGUES JUNIOR, 2001, p.156).

A arquitetura brasileira do 'Segundo Reinado' foi produzida na segunda metade do século XIX e correspondeu a uma nova implantação no lote, opondo-se em alguns aspectos à tradicional implantação colonial (ocupação total do lote, com os quintais ao fundo). Manteve-se o alinhamento com a rua, mas, em contrapartida, surgiram os recuos laterais que possibilitaram a criação de uma entrada lateral. Dificilmente existia mais de um recuo, e quando isso ocorria, um deles era mínimo e o outro generoso, sendo esse segundo utilizado como entrada lateral. Nos lotes mais amplos, destinados às classes mais abastadas, o recuo lateral recebia um jardim. Foram também modelos bastante difundidos nessa época os chalés, implantados no centro do terreno com telhado de duas águas e cumeeira perpendicular á rua (REIS FILHO, 2006).

Essa nova forma de implantação com recuos laterais teve como resposta formal, o ecletismo. Esse estilo, segundo Pateta (1987) surgiu na Europa por volta de meados do século XVIII com a Revolução Industrial, como o gosto da burguesia. Foi a época da conciliação de estilos e dos "neos": neogóticos, neorrenascentistas e neoclássicos, compunham as fachadas juntamente com novos materiais de construção, difundidos com a Revolução Industrial, com destaque para o ferro e o vidro (PATETTA 1987). No Brasil, o ecletismo desempenhou papel fundamental para a inovação tecnológica das edificações, através da implantação de equipamentos para os serviços domésticos e construção (calhas, canos etc.), permitindo as casas brasileiras terem semelhante conforto às da Europa e, aos arquitetos, as possibilidades de novas composições plásticas, através da importação dos mesmos elementos compositivos utilizados as fachadas européias (REIS FILHO, 2006).

Dessa forma, as habitações construídas no Jacutinga no início do século XX seguiram essas características de implantação e estilo que estavam em voga no Brasil. Julgamos que a escolha por esse padrão, cuja inspiração advém da burguesia européia, está diretamente associada às condições socioeconômicas dos habitantes do Jacutinga. A população abastada que lá viveu nessa época buscou construir suas casas segundo as determinações higienistas das posturas municipais que vigoravam no início do século XX⁷³ e com o conforto burguês importado da Europa.

Devemos ressaltar que esse novo padrão de arquitetura não foi exclusividade do Jacutinga, depois identificado com o bairro do Farol. Diferentemente do Jacutinga, os bairros de Maceió e Jaraguá, os mais antigos da cidade, por suas ruas tortuosas e estreitas, com habitações sob os moldes coloniais de implantação, passaram por reformas para retirar-lhes os ares coloniais e ganharam fachadas notadamente ecléticas⁷⁴.

Esse momento do bairro do Farol, ainda pouco povoado nos primórdios do bairro Jacutinga, que possibilitava a implantação com recuos laterais, a definição de lotes com grandes testadas e a construção de vias largas, foi registrado nas fotografias do Álbum Ilustrado do Estado de Alagoas de 1908⁷⁵ (ilustrações 47 e 48). Esses registros do Alto do *Pharol* revelam que, nessa época, as áreas próximas da encosta já haviam sido ocupadas e

⁷³ As posturas aprovadas em 1878 adotaram o porão alto como modelo arquitetônico de salubridade, e em seguida, a introdução de um novo artigo a essas posturas foi permitida a construção de edificações com recuos laterais, forma de implantação anteriormente proibida. As novas posturas aprovadas em 1911 reafirmaram o uso do porão alto e decretaram a obrigatoriedade de se ter janelas ou aberturas em todos os cômodos. De início as determinações higienistas eram seguidas pelas classes dominantes, a exemplo do Farol (CAVALCANTI, 1998). Destacamos também a obrigatoriedade de se construir com platibanda e de canalizar as águas pluviais imposta pela lei municipal n. 87 de 26 de janeiro de 1905.

⁷⁴ Sobre o assunto consultar: AMARAL, Vanine Borges. **Expressões arquitetônicas de modernidade em Maceió: uma perspectiva de preservação**. Maceió: Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFAL, 2009. (Dissertação de Mestrado).

⁷⁵ CARDOSO, Álvaro Cardoso (Org.). **Álbum ilustrado do Estado de Alagoas**. Maceió, [S.l.], 1908.

o interior do planalto do Jacutinga ainda encontrava-se inabitado, excetuando a presença do Seminário.



Ilustração 47: Panorama do Jacutinga, da atual rua Osvaldo Sarmiento (antiga São Gonçalo), 1908. (A) Seminário; (B) Igreja de São Gonçalo; (C) Edificação que serve hoje como o CREA-AL (ângulo de visão 'A'). Fonte: Álbum Ilustrado do Estado de Alagoas, 1908, acervo do IHGAL.



Ilustração 48: 'Panorama do alto de Jacutinga' - Álbum Ilustrado do Estado de Alagoas. Vista da rua Ângelo Neto (ângulo de visão 'B').. Fonte: Álbum Ilustrado do Estado de Alagoas, 1908, acervo do IHGAL.

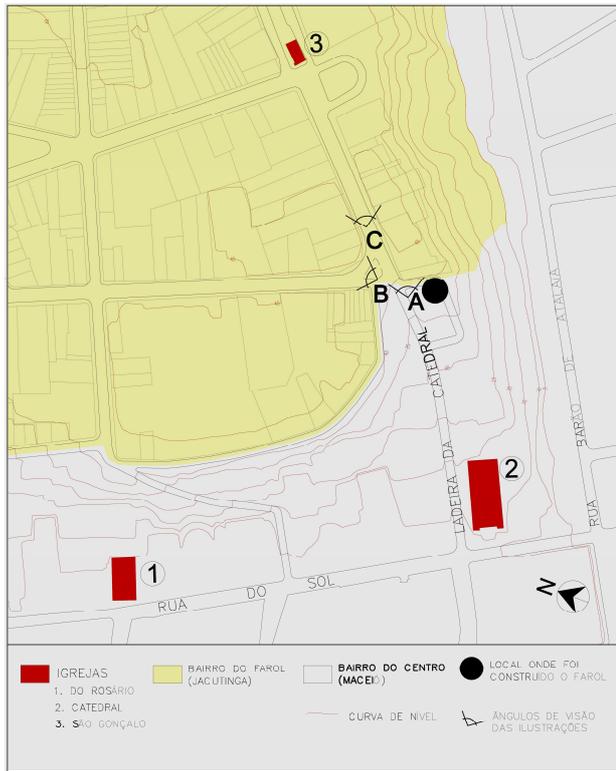


Ilustração 49: Mapa da área de estudo com a indicação dos ângulos de visão das ilustrações de 47, 48 e 50. Fonte: MAPLAN, 2002 (adaptado pela autora).



Ilustração 50: Postal da Lytografia Trigueiros mostrando o aspecto da Rua Osvaldo Sarmiento, antiga Rua São Gonçalo, no início do século XX (ângulo de visão 'C', ver ilustração 49). Fonte: acervo digital do APA.

Já no cartão postal da Lytografia Trigueiros ilustrado acima (ilustração 50), da primeira década do século XX⁷⁶, podemos verificar o aspecto estilístico das edificações da rua Osvaldo Sarmiento (antiga rua São Gonçalo), tendo ao fundo a igreja de São Gonçalo.

⁷⁶ C.f. CAMPELLO, 2009, p. 76.

As casas eram alinhadas com a rua em ambos os lados, algumas com recuos laterais, e fachadas marcadas pelo emprego de elementos típicos da segunda metade do século XX.

As edificações representadas nesse cartão postal possuem esquadrias com venezianas, cujos vãos são em arcos plenos ou vergas retas, sem bandeira ou balcão (evolução da segunda metade do século XIX⁷⁷). Também, nas composições das fachadas, nas platibandas e frontões triangulares são utilizados diferentes ornamentos simples, ligeiros frisos e cornijas. Na imagem, à esquerda, destaca-se uma residência com características adaptadas da tipologia do chalé, com entrada lateral bem marcada por duas colunas, ambas coroadas por esculturas, com a cumeeira perpendicular à rua, desaguando suas águas para as laterais, e os lambrequins arrematando os beirais do telhado. Essas características identificadas fazem alusão à linguagem eclética, mas sem tanta ornamentação, bem como rigor formal quanto aos estilos antigos.

Porém, exemplares mais ricos em elementos e composições ecléticas de maior rigor podemos encontrar em remanescentes dessa arquitetura (ilustrações 51 a 53), construídos nas ruas Osvaldo Sarmiento, Comendador Palmeira (antiga rua das Vacas) e Ângelo Neto (antiga rua do Arame), em substituição aos antigos. Estas ruas encontram-se dentro do perímetro que definimos como sendo do núcleo mais antigo do bairro, o Alto do *Pharol*.



Ilustração 51: Antigo Colégio Guido, localizado na Ângelo Neto. Fonte: acervo da autora, jun. 2006.

⁷⁷ Ver imagem no livro de Reis Filho (2006, p. 161) que trabalha as transformações das esquadrias entre o início do século XIX e o início do século XX.



Ilustração 52: Atual sede do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Alagoas, localizado no alto da ladeira da Catedral, rua Osvaldo Sarmento. Fonte: acervo da autora, jun. 2006.



Ilustração 53: Antiga Escola Normal localizada na rua Ângelo Neto. Fonte: acervo da autora.

Enquanto o bairro do Jacutinga crescia no século XX e tornava-se conhecido como bairro do Farol, foi mantida a relação de apropriação desse espaço pelas classes dominantes da sociedade maceioense. Manuel Diegues Junior (2001), em trabalho intitulado ‘Evolução urbana de Maceió no período republicano’ de 1939, soube expressar de forma exemplar essa condição do Farol ao cunhar a expressão “reduto do granfinismo” para denominá-lo: “No Farol aparecem ruas novas e casas se edificam; depois de 1930 ativam-se os calçamentos, os alinhamentos e aberturas de ruas, as construções nesse bairro, que se torna o reduto do granfinismo da cidade” (DIEGUES JUNIOR, 2001, p. 58). Prova dessa ocupação de alta renda é a “nova arquitetura”, considerada por ele moderna e suntuosa: “Para o turista que quer ver coisas modernas – bangalôs, avenidas, construções mais ou menos suntuosas – o arrabalde do Farol. Aí é que se vem concentrando a moradia aristocrática da cidade” (2001, p.177).

Em termos espaciais, até o início da década de 1930 o bairro “reduto do granfinismo” ainda não havia se expandido completamente para o interior do planalto, que ainda era conhecido como Jacutinga; conforme Diegues Junior (2001) é somente na década de 1930 que o bairro crescerá em um segundo momento, tendo como eixo de expansão a avenida Fernandes Lima. Podemos observar através da planta da cidade de 1932 (ilustração 54) que nessa época o bairro ainda resumia-se à porção do tabuleiro correspondente ao morro do Jacutinga, ou seja, ou seja área definida pelas vias do centro da cidade que contornavam a borda da encosta e o vale do Reginaldo. A planta da cidade de 1931 mostra o bairro consolidado em uma primeira etapa de crescimento, cujo marco inicial é os primórdios do século XX.



Ilustração 54: Pormenor da planta da cidade de Maceió de 1931, com indicação da Av. Fernandes Lima. Fonte: CAVALCANTI,1998.

2.4 A REPRESENTATIVIDADE DO FAROL DE MACEIÓ NOS CARTÕES POSTAIS (1903-1934)

O recorte temporal referente a este capítulo sobre a formação do bairro do Farol, de 1902 ao início da década de 1930, corresponde, aproximadamente, ao período de circulação dos cartões-postais de Maceió estudado por Fátima Campello (2009), de 1903 a 1934, analisado em sua tese 'A construção coletiva da imagem de Maceió': cartões-postais

1903/1934’. A partir desse trabalho, é possível estudar o farol como parte integrante de um sistema de representação visual coletivo das cidades, que, no início do século XX, possibilitou a democratização da paisagem urbana.

De acordo com Campello (2009) essas imagens de Maceió, que circularam pelo Brasil e pelo mundo na forma de cartão-postal, não tinham somente valor econômico, mas também simbólico e cultural. Devemos concordar que, antes de tudo, um cartão postal é uma mercadoria; mas sua aquisição/apropriação pela população pode ser entendida também “como consumo seletivo e criação de significado, [...] que coloca o público consumidor dos cartões-postais como co-artífice”, que juntamente com os editores e fotógrafos, os produzem (CAMPELLO, 2009, p.159).

Dentro do universo de cartões-postais estudados por Campello (2009), de 261 exemplares distribuídos em quinze séries, o farol aparece de duas formas distintas como *marco paisagístico de Maceió* (quadro 2): isoladamente, em três séries, e inserido na paisagem da cidade, em 5 séries (ver ilustração 41 e ilustrações 55 e 56). É interessante notar que o período de circulação dos cartões-postais em que o farol aparece isoladamente se reserva às duas primeiras décadas do século XX, fase em que o bairro do Jacutinga se consolida uma primeira etapa de ocupação.

Marco paisagístico	Séries de cartões-postais	Período de circulação
<i>Pharol</i>	Cartão-Postal	jun. 1910 a dez. 1911
	Esperanto	dez. 1914 a 1920 (mês indeterminado)
	Venus	dez. 1920 a ago. 1924
<i>Cathedral e Pharol</i>	Phot. L. Lavenère	mar. 1911 a ago. 1917
<i>Correio e Ladeira do Pharol</i>	Casa Ramalho	mar. 1927 a jan. 1949
<i>Praça Sinimbú (b)</i>	Cartão-Postal	jun. 1910 a dez. 1911
<i>Praça Sinimbú (c)</i>	Esperanto	dez. 1914 a 1920 (mês indeterminado)
<i>Praça Deodoro</i>	Venus	dez. 1920 a ago. 1924

Quadro 2: Quadro de recorrência de marcos paisagístico relativos ao farol. Fonte: CAMPELLO, 2009.

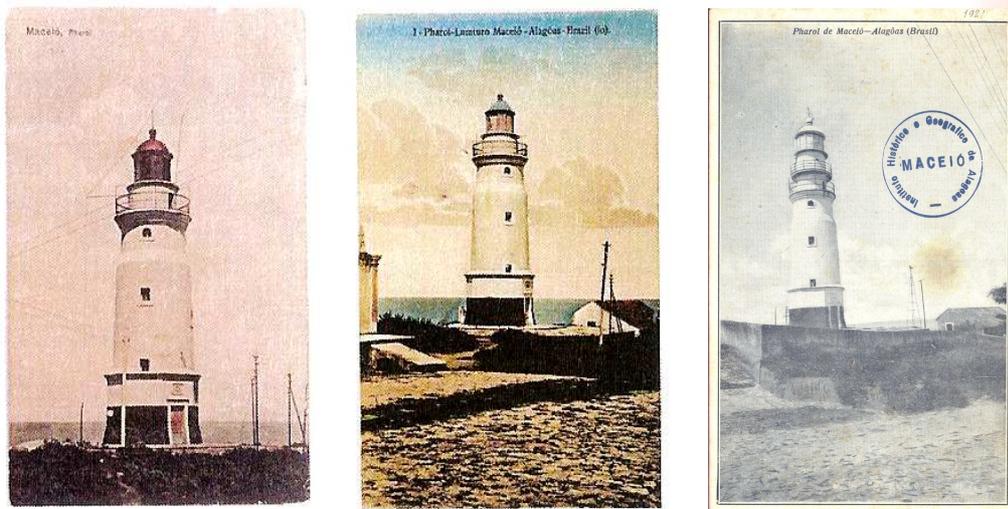


Ilustração 55: Cartões-postais do farol de Maceió. Fonte: CAMPELLO, 2009, p. 214.



Ilustração 56: O farol na paisagem maceioense no início do século XX. Cartão-postal de autoria de Luiz Lavenère. Fonte: acervo do MISA.

O conceito de marco paisagístico, construído pela autora supracitada, corresponde a um determinado lugar da cidade ou edificação registrado de modo específico, nas palavras de Campello (2009, p.212): “esse modo específico o torna facilmente reconhecível porque associa esse lugar a uma determinada construção do campo fotográfico”. O conceito de marco paisagístico se opõe ao de ponto focal que, por sua vez, se refere ao ponto de observação escolhido pelo fotógrafo para captar o objeto a ser enquadrado. Portanto, o que está em jogo nessa distinção é o símbolo que vai ser retratado sob uma forma de ver

específica que o identifica, caso do marco paisagístico, e não o ângulo pelo qual é visto, caso do ponto de observação escolhido pelo fotógrafo (CAMPELLO, 2009).

Se verificarmos as edificações de Maceió ilustradas isoladamente nos cartões-postais pesquisados por Campello (2009), podemos considerar que grande parte delas é edifício público que, a nosso ver, merecia ser registrado por sua importância histórica e por ser nele desempenhadas funções vitais para a cidade. Julgamos que a escolha pelo farol foi feita dentro dessa mesma lógica, obra pública imponente, de importância histórica, que relembra o passado da cidade e desempenhava importante função; devemos lembrar ainda que, na época estudada, o farol era o único edifício público do bairro Alto do Jacutinga.

Quando os marcos paisagísticos fotografados são edificações ou monumentos, numa situação em que eles aparecem praticamente isolados do entorno, como no caso do farol [...], colocá-los numa mesma linha de recorrência se torna simples, porque não entram outros elementos no campo fotográfico (CAMPELLO, 2009, p. 214).

Assim, o farol como marco paisagístico da cidade nos cartões postais é representado isoladamente e não na paisagem do bairro onde foi construído; ele identifica-se com a cidade e não com o Jacutinga. Nos cartões-postais do farol não há referência escrita ao lugar onde foi construído, o bairro do Jacutinga; em todos os cartões ele é o ‘farol de Maceió’ e não o ‘farol em Maceió’, o ‘farol do Jacutinga’ ou mesmo o ‘farol no bairro do Jacutinga’. Essa forma de apropriação simbólica com a cidade, e não com o bairro, nos permite considerar o farol, dentro dessa “construção coletiva da imagem de Maceió” através dos cartões-postais, o farol como monumento de Maceió.

Assim, a escolha pelo farol para representar Maceió no circuito internacional da cultura visual no início do século XX, não passa apenas por sua condição de imponente obra pública, referência ao passado e vital para os processos econômicos da cidade, mas definitivamente, por ser fruto da escolha de um olhar culturalizado, no caso do público consumidor, e de um olhar técnico especializado, caso dos fotógrafos e editores; ou seja, sua representação é uma construção coletiva, como Campello (2009) afirma ser o universo dos cartões postais no período estudado. Os cartões-postais do farol rodaram o Brasil e o mundo e foram apropriados por diversas pessoas que tomaram conhecimento da sua existência em Maceió e, para os maceioenses que viviam longe, ele relembrava a terra natal.

Capítulo 3

A U S E N T E, M A S P E R M A N E N T E
o farol na memória maceioense

CAPÍTULO 3 - AUSENTE, MAS PERMANENTE: O FAROL NA MEMÓRIA MACEIOENSE

3.1 O DOMÍNIO SIMBÓLICO E TERRITORIAL DO FAROL

Como visto, foi à sombra do farol que o bairro do Jacutinga surgiu e foi pela sua apropriação como símbolo que o bairro se expandiu. À medida que o interior do planalto do Jacutinga ia sendo ocupado a partir da década de 1930, fazia-se necessário a escolha de um símbolo que o representasse como bairro para marcar o domínio urbano sob o vasto território. Foi então, sob o símbolo do farol, que o planalto foi sendo habitado. Aos poucos, a denominação Jacutinga, que por muito tempo esteve na memória maceioense, foi sendo substituída por Farol.

Até a década de 1950, observamos que nos relatórios dos intendententes de Maceió ainda se falava do 'Jacutinga', entretanto, ele era mencionado como sendo o extenso tabuleiro da cidade, o *planalto do Jacutinga*, em oposição ao bairro *Farol*, que estava localizado na área próxima ao centro da cidade. A expansão do bairro fez-se no sentido das bordas do antigo morro do Jacutinga, para o interior do planalto. As plantas da cidade de 1932 e 1942 mostram claramente essa distinção e sentido de expansão (ilustrações 57 e 58).

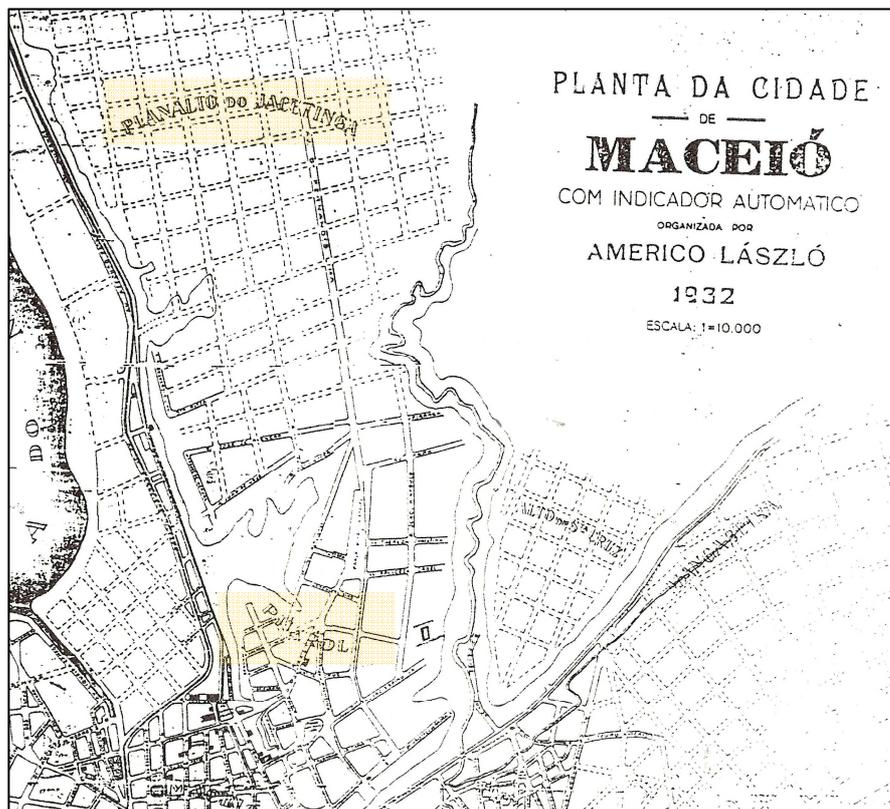


Ilustração 57: Planta da cidade de Maceió em 1932. Fonte: CAVALCANTI, 1998.

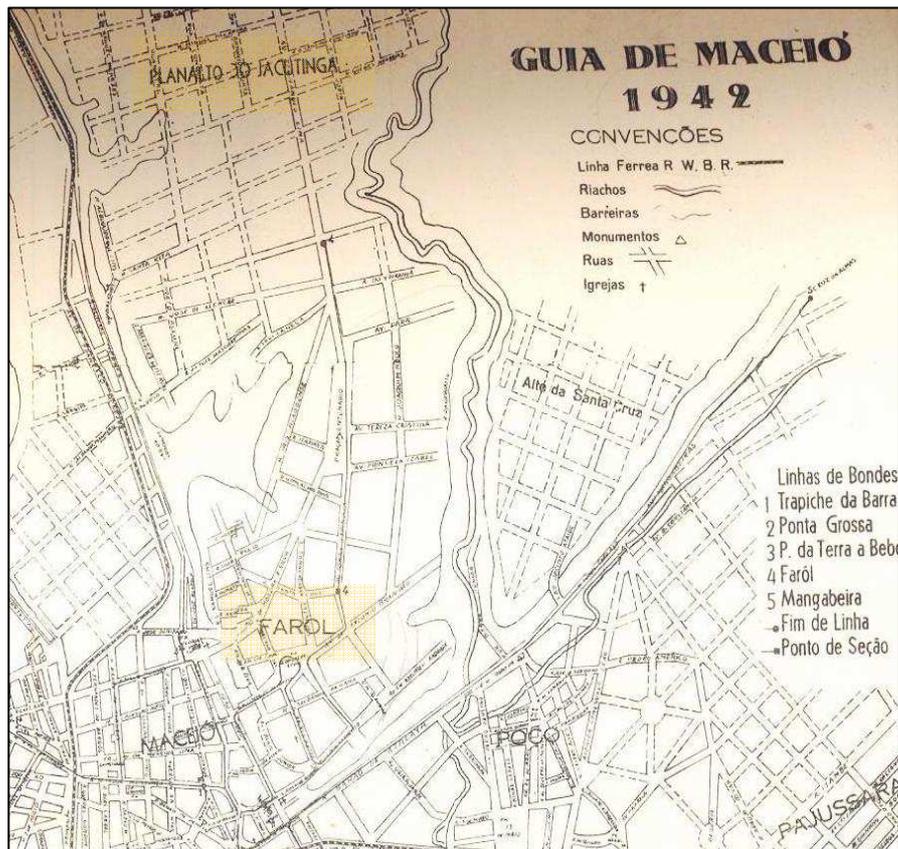


Ilustração 58: Planta da cidade de Maceió em 1942. Fonte: DUARTE, 1982, p. 27.

A construção da avenida Fernandes Lima em 1917 possibilitou o acesso para o interior do planalto, mas somente no início da década de 1930 ela serviu efetivamente como eixo de expansão da área residencial do Farol, como confirma Diegues Junior (2001, p.170): “o grande surto de construções particulares é entre 1931 e 1934; é quando se alarga a zona residencial do Farol através da avenida Fernandes Lima e de outras ruas que se abrem [...]”. Ainda Diegues Junior (2001), em 1934, destacava o potencial do planalto, ocupado pelo bairro do Farol, como área de crescimento da cidade por sua extensão territorial, a ponto de ser hoje um dos maiores bairros do tabuleiro da cidade em área e população.

A situação topográfica do arrabalde muito concorre para que seja nele, embora ultimamente tenha diminuído o número de edificações, que se venha sentindo mais sensivelmente a expansão urbana de Maceió; é o único arrabalde onde a área a ocupar-se ainda é grande. Nos outros, entre o mar e o morro do jacutinga – Pajuçara, Poço, Mangabeiras – ou entre as lagoas e o centro urbano – Levada, Trapiche da Barra, Bebedouro – não é possível fazer essa expansão com os elementos que o Farol proporciona. Daí ser neste bairro onde a expansão da cidade torna maior incremento (DIEGUES JUNIOR, 2001, p.177).

No processo de expansão do bairro do Farol para o interior do planalto do Jacutinga, através da avenida Fernandes Lima, foram incorporadas ao novo espaço as características marcantes do farol como símbolo do bairro, de imponente construção pública da cidade e referência histórica de Maceió, através da transmissão oral da experiência urbana.

O conceito de símbolo⁷⁸ aplicado ao farol está em sua conversão de guia dos navegantes para área que faz parte da cidade, e refere-se a uma unidade espacialmente identificável como domínio do elemento farol. Hoje, quando se faz referência a farol na cidade, percebe-se, no cotidiano, que o senso comum o associa logo ao bairro, e nem sempre ao atual farol, que fica no bairro do Jacintinho. Podemos também considerá-lo com símbolo de uma classe dominante economicamente que ocupou e ainda hoje ocupa algumas áreas específicas desse bairro.

Sobre o enfoque do domínio simbólico do farol, podemos nos utilizar do pensamento de Silva (2001, p.216) para analisar a mudança de toponímia, de Jacutinga para Farol. Para esse autor, “Dominar o território é assumi-lo numa dimensão lingüística e imaginária; ao passo que percorrê-lo, pisando-o e marcando-o de uma ou de outra forma, é dar-lhe entidade física que, evidentemente, se conjuga com o ato denominativo”. Assim, a mudança de toponímia passa de forma significativa pela substituição do nome oficial dos espaços públicos por outro, fruto da escolha dos habitantes, resultado de uma forma de apropriação simbólica. A denominação de um espaço urbano por seus moradores indica o reconhecimento do seu domínio, uma marca simbólica que representa os significados daquele espaço para a coletividade.

Em todas as cidades, seus habitantes têm maneiras de marcar seus territórios. Não existe cidade, cinzenta ou branca, que não anuncie, de alguma forma, que seus espaços são percorridos e denominados por seus cidadãos. Teríamos, desse modo, pelo menos dois grandes tipos de espaços a reconhecer no ambiente urbano: um oficial, projetado pelas instituições e feito antes que o cidadão o conceba à sua maneira; outro que, de acordo com o que foi dito anteriormente, proponho chamar de diferencial, que consiste numa marca territorial usada e inventada na medida em que o cidadão nomeia ou inscreve (SILVA, 2001, p.21).

Dentro dessa perspectiva, no século XX, o *Alto do Jacutinga*, nome oficial, foi sendo gradualmente substituído simplesmente por *Farol*. A supressão da referência topográfica,

⁷⁸ A Semiótica é a Ciência dos Signos, tida também para alguns autores como a Teoria Geral dos Signos (SANTAELLA, 1983), e foi criada por Charles Sanders Peirce (1839-1814). Segundo Ferrara (1988, p.19), “a semiótica, como lógica da linguagem, ocupa-se do signo enquanto representação do objeto, e do significado enquanto elemento essencial do conhecimento”. O signo, nas palavras de Peirce apud Ferrara (1988, p.8), “é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou, talvez, um signo melhor desenvolvido”. Existem vários grupos de signos, entretanto, para Peirce (1975), eles são mais bem representados e entendidos quando agrupados em três grandes categorias: o ícone, o índice ou indicadores e o símbolo. O símbolo atua no objeto que representa com a força de uma lei, por exemplo, a cor branca tem sempre a representação do símbolo da paz.

“Alto”, associada a uma separação, tornou-se desnecessária para a população maceioense, pois, o nome ‘Farol’ já preenchia o significado de bairro elevado topograficamente, mas pertencente à malha urbana da cidade. Outro fator importante nessa mudança, foi o desaparecimento das antigas toponímias das diversas localidades que compunham o bairro do Jacutinga – os “Altos” do João Doido, do Urubu, do Cruzeiro, da Bela Vista, da Conceição, do Brito e do Céu. Referências a pessoas simples, símbolos religiosos, panoramas admiráveis ou elementos naturais, foram todas elas substituídas pelo símbolo de uma imponente e importante construção da cidade – o farol.

Com a consolidação do bairro do Farol, o farol passou a ser símbolo de um bairro da cidade caracterizado nobre e concentrador dos segmentos das classes dominantes da sociedade maceioense. Por isso, não era mais possível manter o nome Jacutinga, já que, como bem lembrou Almeida (2008): “o Alto do Jacutinga findou na memória popular ligado a coisa mal feita, sarrabulhada, da mesma forma que farol deu a ideia de presença pública, evidente, demonstrada quando se diz: Deixe de farol!”.

Verifica-se que, essa identificação do bairro como sendo lugar das classes mais favorecidas da sociedade maceioense atravessou a segunda metade do século XX e chegou ao XXI associada ao processo de verticalização da área correspondente núcleo mais antigo do bairro (ilustrações 59 e 60). As estratégias de vendas do setor imobiliário no local fazem referência aos aspectos históricos do bairro e exploram a tônica do farol como símbolo de bairro nobre e tradicional, herança do antigo “reduto do granfinismo”.



Ilustração 59: Vista da área mais antiga do bairro Farol a partir da ladeira da Catedral, onde se verifica acentuada verticalização. Fonte: acervo da autora, mar. 2008.

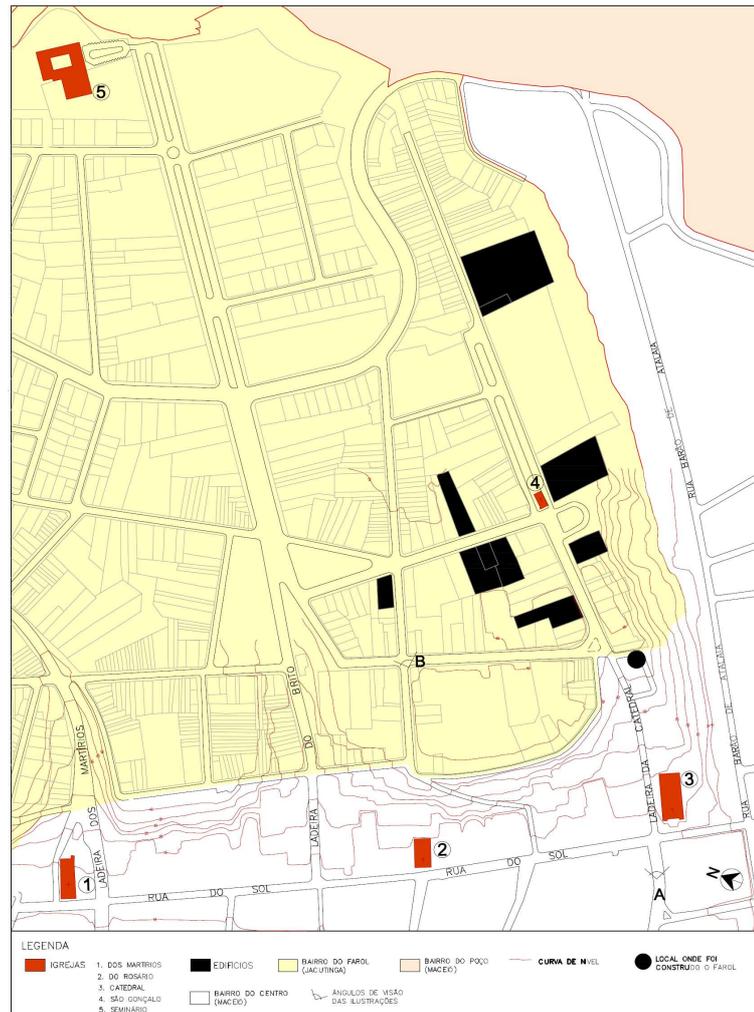


Ilustração 60: Mapa da área de estudo com a localização dos principais edifícios construídos. Fonte: MAPLAN, 2000 (adaptado pela autora).

Percebe-se, nessa recente dinâmica espacial, a instrumentalização do aspecto cultural do bairro do Farol em anúncios de novos edifícios na área do núcleo mais antigo, que vendem a imagem do bairro nobre, das famílias tradicionais, que o Farol transmite por sua história de ocupação. Como exemplo, os anúncios do Edf. Phoenix⁷⁹ e do Edf. Mirantes do Farol⁸⁰ (este último não se encontra na área mapeada acima):

O Farol renasce todo dia. O bairro mais tradicional de Maceió nunca perde o seu charme. Ganha novos empreendimentos, acompanha o crescimento da cidade e consegue unir prédios residenciais e comerciais de uma forma harmônica (EDF. PHOENIX).

⁷⁹ MÁRCIO RAPÔSO IMÓVEIS. Folder de divulgação do Edf. Phoenix. [S.d].

⁸⁰ MIRANTES do Farol. **Jornal Extra**. Maceió, 19 a 25 out. 2007, p.32.

A WE Engenharia acredita na tradicionalidade do Farol. O bairro que oferece mais serviços e nunca perdeu seu charme e jeito gostoso de proporcionar qualidade de vida (EDF. MIRANTES DO FAROL).

Entretanto, essa mesma atenção dada ao passado constitui um paradoxo, porquanto as antigas residências, expressões arquitetônicas do início do século XX, símbolos da tradicionalidade do bairro e do momento de renovação urbana de Maceió no início do período republicano, são demolidas para a construção desses edifícios (ilustração 67). Nesse processo, os interesses mercadofílos vão suprimindo os valores histórico-culturais pelo não reconhecimento da importância dessas edificações como parte da memória de bairro e de um momento histórico da cidade de Maceió.



Ilustração 61: Em primeiro uma edificação da primeira metade do século XX, um tipo chalé e em segundo plano o Edf. Phoenix. Fonte: acervo da autora, jul. de 2008.

3.2 A TROMBA D'ÁGUA DE 1949 E A TRANSFERÊNCIA PARA O MORRO DO JACINTINHO EM 1951

Pelo processo de transmissão da experiência urbana, o farol consolidou-se como símbolo de um bairro, que até hoje é identificado como domínio do farol. Essa força simbólica e a continuidade desse processo de transmissão garantiu a existência do Farol, apesar da sua ausência física.

A “perda” do antigo está associada à tragédia urbana ocorrida no ano de 1949. Essa tragédia deixou “cicatrizes” em Maceió e em todo o Estado de Alagoas, pois mais do que ter ocasionado o desaparecimento de um dos monumentos da cidade, ceifou centenas de vidas e deixou milhares de alagoanos desabrigados.

Foi no dia 19 de maio de 1949 que subitamente ocorreu a tragédia. Segundo os jornais pesquisados (O Semeador, A Notícia e Jornal de Alagoas)⁸¹, após 70 horas de fortes chuvas, rios saíram de seus leitos inundando as cidades próximas a eles, e a tromba d'água formada provocou o desmoronamento de barreiras em vários pontos da capital e do interior do Estado, levando ao soterramento de inúmeras casas e de seus habitantes⁸². Ficou então Maceió isolada de alguns municípios do interior, pela danificação ou perda de estradas, ferrovias e pontes, cujo resultado foi o comprometimento do abastecimento de gêneros alimentícios e o escoamento de mercadorias de exportação para grande parte do território alagoano (ilustração 62). Bastante noticiadas também foram as ocorrências de falta de luz e água por vários dias na capital (ilustração 63).

Algumas informações expressam quantitativamente o tamanho da calamidade: foram mais de 5 milhões de cruzeiros enviados pelo Governo Federal⁸³, além dos donativos enviados por outros Estados, como São Paulo, Pernambuco e Bahia, e 10 mil pessoas ficaram desabrigadas na tragédia⁸⁴. Sem contar o número de vidas perdidas, não contabilizadas pelos jornais, imagina-se que foram muitas diante das proporções da

⁸¹ As notícias extraídas desses jornais, utilizadas como fonte de pesquisa, datam do período entre os dias 20 de maio de 1949, dia posterior à tragédia, e 18 de junho do mesmo ano. Nem todos os jornais noticiaram cronologicamente a tragédia; houve uma série de intervalos em que nada foi escrito.

⁸² TOTALMENTE isolada Maceió do interior do estado. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 20 de maio de 1949.

⁸³ DECRETO de cinco milhões de cruzeiros: os primeiros auxílios do Governo Federal à Alagoas. **A Notícia**. Maceió, 28 de mai. de 1949.

⁸⁴ MAIS de 10 mil pessoas já deram seus nomes na Prefeitura para reconstrução de suas casas. **A Notícia**. Maceió, 28 de mai. de 1949.

catástrofe que atingiu vários municípios alagoanos, sendo os mais prejudicados aqueles banhados pelos rios Camaragibe, Mundaú e Paraíba⁸⁵.

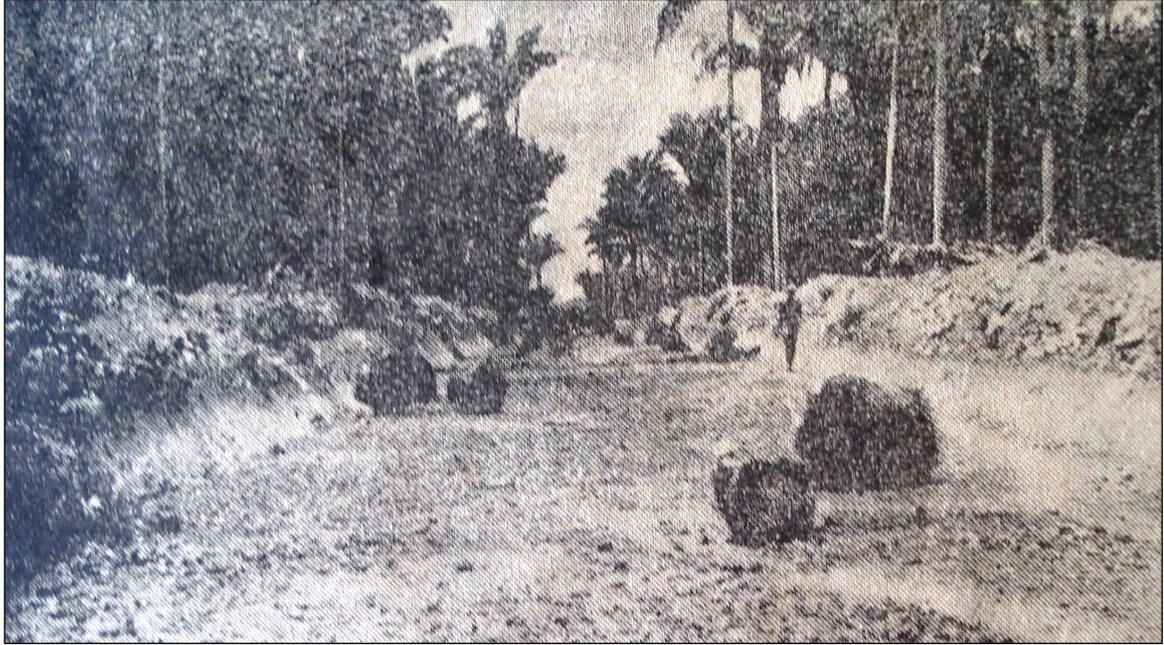


Ilustração 62: Aspecto da rodovia de Atalaia-Quebrangulo que em consequência da tromba d'água ficou quase totalmente destruída. Fonte: Jornal de Alagoas. Maceió, 21 de mai. de 1949.



Ilustração 63: "Local onde existiu a ponte sobre o Rio Reginaldo [atual Salgadinho]. Vê-se a direita o Hotel Atlântico e à esquerda a residência do Sr. Gabriel Silveira". Fonte: Jornal de Alagoas, 22 de mai. 1949.

⁸⁵ MENSAGEM do Senador Cícero Vasconcelos: O "Camaragibe", o Mundaú e o Paraíba saiem de seus leitos e inundam cidades e localidades circunvizinhas. **A Notícia**. Maceió, 24 de mai. de 1949.

Maceió resultaram uma tromba d'água, que ocasionou o desmoronamento, dentre outras áreas de Maceió, de parte da encosta do terreno do farol, causando o soterramento de grande parte das casas existentes na rua Barão de Atalaia, matando alguns dos seus habitantes e levando o farol a ficar em risco de desabamento (ilustração 65). Entretanto, os problemas que ocasionaram a iminência de desabamento já vinham acontecendo anos antes da catástrofe de 1949, a tragédia foi apenas o momento final.

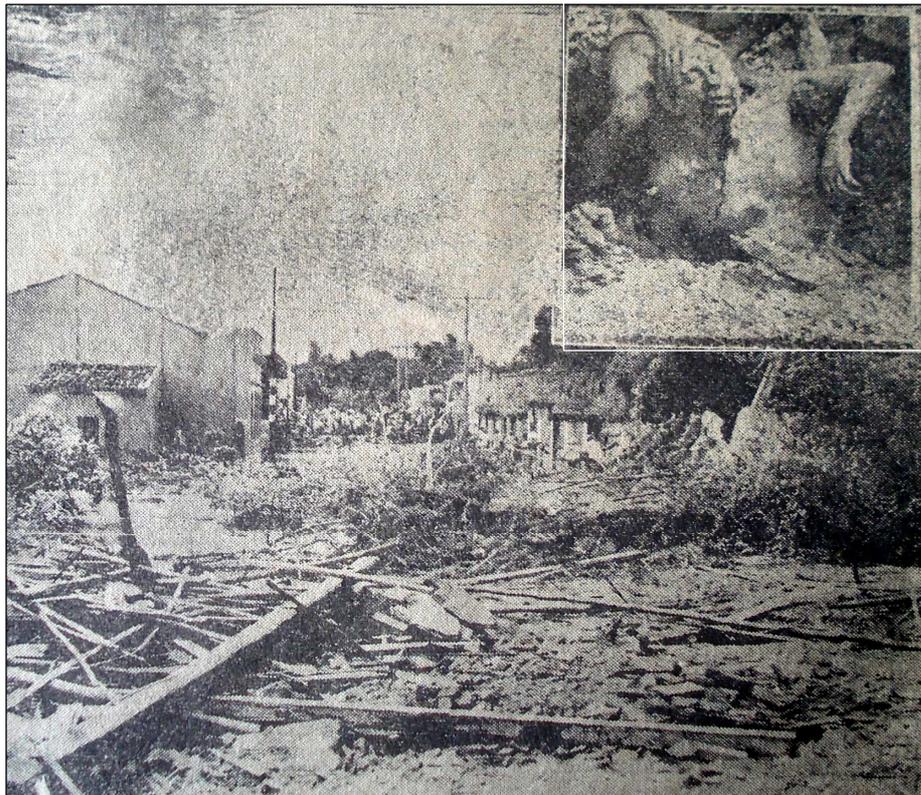


Ilustração 65: Vista parcial da Rua Barão de Atalaia. No detalhe, homem sendo retirado dos destroços de uma das casas da Barão de Atalaia. Fonte: Jornal de Alagoas, 21 de mai. 1949.

Em 1943 já havia ruído uma parte do muro de alvenaria que cercava todo o terreno do farol, devido à infiltração das águas pluviais e perfurações no solo causadas pelas saúvas⁸⁸. Para resolver o problema, foram gastos Cr\$ 17.600,00 com reparos. Segundo o documento da Marinha consultado⁸⁹, no ano seguinte, em 1944, ocorreram novos desabamentos, consequência de fortes e duradouras chuvas que alarmaram a população circunvizinha do farol. O Major Ismar de Góis Monteiro, Interventor do Estado de Alagoas,

⁸⁸LIMA JÚNIOR, 1953.

⁸⁹BRASIL. Ministério da Marinha. Directoria de Navegação. **Cópia das “Actas de Inauguração” do novo systema de luz e instalação eletrica nos pharóes de Maceió – (Est. de Alagôas) e Santo Antonio da Barra (Est. da Bahia).** Ilha Fiscal, Rio de Janeiro, 1937.

nomeou uma comissão para examinar as condições da encosta, das três casas dos faroleiros e do farol. Formada por engenheiros da Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, essa comissão concluiu que os desabamentos não foram causados por inadequadas condições do solo, mas pelas chuvas. Foram então sugeridas “urgentes medidas protetoras”: onerosas obras, a evacuação do local e das casas circunvizinhas, a fim de evitar futuros desabamentos. Aberta concorrência para a obra e não aparecendo interessados, nada se fez.

O relatório do engenheiro responsável pelos pareceres foi publicado 11 dias após a tragédia de maio de 1949, na página principal do Jornal de Alagoas, com manchete intitulada *‘Recomendava entre outras coisas o técnico Alberto Lamego: integra do seu relatório em 1944 – nada foi feito, no entanto o resultado foi irreparável’*. É inevitável a pergunta: e se fossem realizadas tais obras? Estaria o farol de Maceió ainda no mesmo local em que foi construído no século XIX?

Segundo o mesmo documento da Marinha⁹⁰, um ano antes da catástrofe, em 1948, foi enviado pela Capitania dos Portos um pedido de verbas à Diretoria de Hidrografia e Navegação para a construção de um muro de arrimo, que protegesse toda a extensão do terreno. A obra foi orçada em Cr\$ 2.500.000,00, e em resposta, a Diretoria demonstrou interesse em financiar apenas a parte do muro que protegesse a torre do farol, sob a condição de que fossem realizados previamente estudos por uma comissão, para a constatação da eficiência da obra.

Depois de três engenheiros locais darem o parecer favorável à construção do muro, foi elaborado um novo orçamento de Cr\$ 1.300.000,00. A Diretoria então informou à Capitania que financiaria apenas a metade desse total; a outra metade deveria ser custeada pelo Governo local. Foi então solicitado o custeio da obra à Prefeitura de Maceió, que o negou pelo corriqueiro motivo, falta de verba. Após essa recusa, foi feita outra tentativa pelo engenheiro Clóvis Maia Gomes, um daqueles três engenheiros que deu parecer favorável à construção do muro em 1944. Depois de apresentado um novo orçamento, agora de Cr\$ 865.000,00, valor destinado apenas à construção do muro que compreendesse o terreno onde se encontrava o farol, teve o engenheiro seu pedido negado pelas autoridades municipais. O motivo: a recorrente falta de verbas. Mais uma vez são inevitáveis as perguntas [...].

⁹⁰ BRASIL. Ministério da Marinha. Directoria de Navegação. **Cópia das “Actas de Inauguração” do novo systema de luz e instalação electrica nos pharóes de Maceió – (Est. de Alagôas) e Santo Antonio da Barra (Est. da Bahia)**. Ilha Fiscal, Rio de Janeiro, 1937.

Chegado o dia 19 de maio de 1949, a tromba d'água foi impiedosa com o farol. A tragédia, ocorrida na madrugada, teve como testemunha o faroleiro Pedro Atanazio⁹¹, que ao ouvir o som da barreira desabando e dos gritos do colega faroleiro Feliciano Salgado Pinto, saiu com sua família de sua casa, próxima à encosta, para abrigar-se no farol⁹². Segundo ele o silêncio da madrugada foi rompido pelos gritos de socorro das vítimas da Rua Barão de Atalaia, que depois cessaram, cedendo lugar ao contínuo barulho da chuva que se ouvia na escuridão. Naquele momento, a luz, que sempre foi o sinal de proteção e guia para o mar, foi também para a terra. De acordo com o faroleiro Pedro Atanazio⁹³, existia um dispositivo no farol que verificava a sua verticalidade: se saísse do seu eixo, as luzes se apagariam; ou seja, enquanto o farol iluminasse a cidade, as vidas ao seu redor estariam em segurança.

Dias depois da tromba d'água, foi enviado ao local, pela Diretoria de Hidrografia e Navegação, um oficial encarregado de avaliar os danos e estudar medidas necessárias para a segurança do farol. O relatório do oficial apontava para a realização de diversas obras de maior vulto que as sugeridas antes da catástrofe. Por conseguinte, decidiu-se pela construção de um novo farol, por ser essa a alternativa mais viável economicamente. O local escolhido para o novo guia dos navegantes de Maceió foi o morro do Jacintinho. Em 1951, no governo de Arnon de Melo, deu-se início à construção de uma nova torre e das casas dos faroleiros, e foi providenciada a transferência do aparelho do antigo farol para o novo⁹⁴. O novo farol, hoje conhecido como farol do Jacintinho, foi inaugurado em 29 de maio de 1951 (ilustração 66).

⁹¹ FIRME o farol do Porto: fala a nossa reportagem o Sr. Pedro Atanásio – Madrugada infernal. **Jornal de Alagoas**. 24 mai. 1949.

⁹² Conta-nos Lima Júnior (1953) que os faroleiros foram, após o susto, abrigar-se no Hotel Central, na praça D. Pedro II, com suas respectivas famílias.

⁹³ FIRME o farol do Porto: fala a nossa reportagem o Sr. Pedro Atanásio – Madrugada infernal. **Jornal de Alagoas**. 24 mai. 1949.

⁹⁴ BRASIL. Ministério da Marinha. Diretoria de Hidrografia e Navegação. Departamento de Sinalização Náutica. **Cópia do histórico n.º 81, existente na Divisão de Faróis**. Rio de Janeiro, 1953, pp. 2-5.



Ilustração 66: Inauguração do farol no morro do Jacintinho em 1951. Fonte: Jornal de Alagoas, 31 mai. 1951.



Ilustração 67: Vista tomada a partir da rua Aristheu de Andrade do atual farol da cidade de Maceió, localizado no bairro do Jacintinho, na encosta do morro. Fonte: acervo de Viviane Nunes Sarmiento, out. 2009.

Após a transferência do aparelho de luz para o novo farol, ficou no terreno do antigo apenas a torre e as casas dos faroleiros abandonadas. O medo diante de novos desabamentos da estrutura da torre do antigo farol permaneceu até 1953, quando foi destruída a torre e as casas dos faroleiros, não sobrando mais nenhum vestígio físico do farol, apenas lembranças daquela imponente edificação e do cotidiano que se desenvolveu ao seu redor. Anos depois, o terreno foi transformado na praça e mirante D. Ranulpho da Silva Farias⁹⁵ (conhecido como mirante da Catedral), ainda hoje existentes.

3.3 O FAROL COMO MONUMENTO DA CIDADE DE MACEIÓ

O 'Jornal Alagoas' registrou em matéria intitulada 'Aviso aos navegantes'⁹⁶ a solenidade inaugural do novo farol de Maceió, destacando com pesar a ausência, durante quase sete meses, dos "lampejos brancos e encarnados" no céu da cidade. É informado também que o aparelho de luz colocado no novo farol era o mesmo do antigo, que conservava o mérito de ser o primeiro farol a funcionar com luz elétrica no Brasil, serviço esse instalado em 1937⁹⁷.

Depois de quase 7 meses e dias sem funcionar, quasi esquecidos os lampejos brancos e encarnados do Farol de Maceió, realizou-se ante-ontem solenemente, a festiva e esperada inauguração do farol novo instalado no Jacintinho. O aparelho iluminativo do primeiro farol 'primeiro farol de luz elétrica da Costa do Brasil, cuja eficiência de funcionamento e poder luminoso representava uma positiva garantia de auxílio aos navegantes', segundo a palavra autorizada do Almirante (AVISO, 1951)⁹⁸

Em outro trecho da notícia: "[...] queremos levar ao conhecimento público, as características do novo farol depositário fiel das mesmas características do antigo, que apenas o vemos no seu conhecido local, e que deu nome a um dos melhores bairros de Maceió", fica patente a importância do antigo no momento de mudança. O novo é herdeiro legítimo das características náuticas do primeiro farol de Alagoas, mas não da sua história e da sua relação de pertencimento à cidade. Essa distinção entre o novo e o velho quanto à

⁹⁵ "[...]o mirante Dom Ranulpho foi construído depois do desmoronamento da barreira em que se instalou o antigo farol de Maceió devido tromba d'água de 1949, quando o antigo farol foi transferido para o bairro do Jacintinho em 1951. Segundo afirmação da ex-moradora Sr.^a Salette Santos Campos de Lima, "ficou [a área do mirante D. Ranulpho] muito tempo abandonada com escombro, com tudo, depois tiraram e aí planaram e aí nasceu a pracinha D. Ranulpho da Silva". No Seminário Arquidiocesano, existe um documento referente à posse de um terreno da Marinha pelo arcebispo D. Ranulpho da Silva Farias, esse documento comprova a origem do nome dado à praça e ao mirante" (FORTES, 2007, p.7).

⁹⁶ AVISO aos navegantes, em funcionamento desde ante-ontem o novo farol de Maceió. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 31 mai. 1951.

⁹⁷ BRASIL. Ministério da Marinha. Directoria de Navegação. **Cópia das "Actas de Inauguração" do novo sistema de luz e instalação elétrica nos pharões de Maceió – (Est. de Alagôas) e Santo Antonio da Barra (Est. da Bahia)**. Ilha Fiscal, Rio de Janeiro, 1937.

⁹⁸ AVISO aos navegantes, em funcionamento desde ante-ontem o novo farol de Maceió. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 31 mai. 1951.

relação histórica desenvolvida com a cidade é destacada por Almeida (2008), quando afirma “Não [ser] concebível pela experiência vivida, a existência de uma Maceió sem o Farol, segredo que o atual não mantém, como se existisse apenas para consagrar o velho [...]”.

Nunca existiu o farol do Jacutinga, mas sempre o farol de Maceió; e hoje, o atual farol da cidade, é mais conhecido como o farol do Jacintinho. Se, no século XIX, o farol foi incorporado de forma simbólica ao espaço em que foi construído, a ponto de nomear primeiro o morro, morro do *Pharol* e depois o bairro, bairro do Farol; no século XX, o novo farol ficou subordinado à toponímia local, o morro do Jacintinho, tornado-se o farol do Jacintinho, pertencente ao bairro do Jacintinho. Almeida (2008), também destacou essa mesma condição ao declarar que “sempre foi inequívoca a relação entre ambos [cidade e antigo farol], tanto que existe ainda hoje, o bairro do Farol e nunca, qualquer citação de local na cidade, é identificada com o novo Farol”.

Nesse momento, de confrontação entre o novo e o velho farol, fica evidente que o antigo farol, inexistente hoje enquanto forma, permanece no espaço da cidade⁹⁹, pois, foi, capaz de se firma como **monumento**. O atual farol, embora esteja de forma perene na paisagem maceioense contemporânea, possui outra forma de apropriação simbólica e urbana, ele é legalmente reconhecido como Unidade Especial de Proteção¹⁰⁰ e é fator condicionante para a definição de parâmetros urbanísticos através do Cone do farol da Marinha¹⁰¹.

O conceito de monumento elaborado por Rossi (2001, p. 56) é pautado na Teoria das Permanências desenvolvida por Poète. Segundo essa teoria “as persistências são detectáveis através dos monumentos, dos sinais físicos do passado”. Dito isto, a permanência do monumento, que se dá por sua imaterialidade (valor constitutivo, dado pela história e pela arte, pelo ser e pela memória), é que o faz parte integrante da cidade, não havendo a possibilidade de pensá-la sem ele. Assim, para o autor citado, o monumento é definido como “a forma de um passado *ainda* experimentado” (ROSSI, 2001, p. 56, grifo nosso). Sob esse viés teórico, podemos considerar o antigo farol, como monumento de Maceió, pois, é efetivamente ele, por tudo que esclarecemos nos capítulos anteriores, que

⁹⁹ É importante, neste ponto, lembrar a diferença conceitual entre paisagem e espaço construída por Santos (1996, 2002) e discutida no capítulo 2 (página 35); para esse autor a paisagem é um sistema material (forma) e o espaço um sistema de relações (valores) construído pela sociedade a partir das formas. Esses dois sistemas são vistos por esse autor como distintos, mas interdependentes.

¹⁰⁰ Segundo o Plano Diretor de Maceió, lei n. 5.486 de 30/12/2005.

¹⁰¹ O cone do farol é uma representação gráfica que define o raio de visibilidade dos raios de luz do farol. Em Maceió, “O Cone do Farol da Marinha [...] restringe o gabarito das edificações em algumas áreas localizadas na planície litorânea como garantia de visibilidade do raio de visibilidade do farol”.

C. f. ZACARIAS, Paula Regina Vieira. Verticalização e Legislação urbanística: estudo de caso para o bairro da Ponta Verde, Maceió-Alagoas-Brasil. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA LARES, 2007, São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <www.lares.org.br >. Acesso em: 21 jan. 2011.

está incorporado de forma unívoca ao espaço urbano da cidade ao cotidiano, a ponto de não ser possível pensar Maceió, no passado e no presente, sem ele.

Entretanto, para o mesmo autor, o monumento como elemento permanente estritamente, ou seja, pensado de forma isolada em relação aos processos urbanos, seja na continuidade de sua função original ou desempenhando uma outra, nada significa para a cidade; nesse caso, ele não passa de um elemento persistente. Para Rossi (2001, p56), esse elemento passa a ser considerado um elemento patológico, ou seja, é “a permanência de uma função em si mesma, isolada desde então da estrutura, anacrônica em relação à evolução técnica e social [da cidade]”, que se contrapõe ao conceito de elemento permanente, do monumento como “forma de um passado ainda experimentado”, elemento constitutivo da cidade e participante de seus processos. Nesse sentido, mais uma vez, é apropriada a colocação de que o antigo farol é monumento de Maceió, pois ele não está restrito a sua função em si, de guia dos navegantes, mas participa dos processos sociais, simbólicos e espaciais da cidade de Maceió de forma duradoura, tanto enquanto esteve na paisagem da cidade, quanto ausente dela.

Outro ponto importante na teoria de Rossi (2001) é seu posicionamento contra a intencionalidade estética servir como condição para se um monumento. Em suas palavras: “estou disposto a admitir que reconhecer apenas aos monumentos uma efetiva intencionalidade estética, a ponto de colocá-los como elementos fixos de uma estrutura urbana, pode ser uma simplificação” (ROSSI, 2001, p.56). Com isso, autor abordado reconhece que, em face do caráter da cidade como obra de arte e arquitetura, facilmente pode-se considerar como monumento, uma residência, por exemplo, desde que ela pertença à ideia de forma do passado experimentada no presente e, portanto, inerente aos processos dinâmicos da cidade. Da mesma forma podemos pensar o antigo farol, que mesmo por ser um instrumento náutico, construído sem qualquer intencionalidade estética, pode ser considerado monumento pelos argumentos apresentados.

Vale expor aqui, também, os argumentos tecidos por Almeida (2008), que passa pelas questões expostas acima, para justificar o velho farol da cidade como monumento. Segundo ele: “Era um monumento no sentido de testemunho a ser mantido, inclusive em sua presença que se instalava na paisagem, ao mesmo tempo em que respondia como síntese, pela característica global do contexto: economia, transporte e segurança”; e completa:

Monumento é tomado, neste contexto, como referência histórica, marco de um processo que pretende o exercício da conservação e, desta forma, ele obrigatoriamente traz em si a representatividade de um determinado tempo. Trata-se de uma representatividade que se transmite e é instrumentalizadora de uma visão

do presente; a sucessiva capacidade de permanecer enfoca a integração às raízes do local, a um modo específico de definição do espaço (ALMEIDA, 2008).

Por fim, Lefbvre (2002) é outro autor abordado que trabalha o conceito de monumento que pode ser aplicado ao farol. Ao se posicionar “contra o monumento”, por ser sede de uma instituição, o autor citado, coloca-o como forma repressiva, pois foi erguido por um grupo dominante que necessita controlar o espaço ao seu redor. Porém, enquanto “a favor ao monumento”, Lefbvre (2002) vê nesse domínio espacial uma forma positiva, na medida que expressa uma qualidade da vida coletiva, e por ser capaz de reuni-la sob a sua dominação física e simbólica. Neste último caso, a possibilidade de atribuir ao farol a condição de monumento da cidade está na sua força simbólica que o manteve na memória do maceioense como referência a um bairro da cidade, como resultado da escolha de seus habitantes.

3.4 “FAROL DE MACEIÓ! TAMBÉM MEU GUIA!”¹⁰²

É pelo desempenho da função de *guia da memória* coletiva e individual, que as vozes de antigos moradores das cercanias do farol podem nos conduzir pelos caminhos da história desse monumento, reverenciado como testemunho de vidas. É a partir das vagas ou vivas lembranças que o farol permanece na cidade, como elo de um passado que se faz presente pela afetividade que os moradores têm por ele.

Quando as vozes das **testemunhas** se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos? Fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida a nossa frente só nos resta virar a página de um livro, unívoco **testemunho** do passado (BOSI, 1992, p.146, grifo da autora).

3.4.1 Sobre a memória de um bairro e de seus moradores

O conceito de memória que iremos trabalhar apóia-se na abordagem teórica de Ecléa Bosi (2004). A autora estudou a memória de velhos moradores da cidade de São Paulo com o objetivo de entender a velhice na sociedade industrial através do uso da história oral. Com efeito, o conceito de memória trabalhado pela autora ancora-se na oposição entre os pensamentos de Bergson e Halbwachs, da *conservação* do passado versus a *reconstrução* do passado, respectivamente.

¹⁰² Verso do poema do poeta alagoano Cipriano Jucá, intitulado Farol de Maceió (in: Lima Júnior, 1974).

Para Bergson a memória é livre, é uma operação espontânea porque “permite a relação do corpo presente com o passado, e ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações”. A interferência do passado no presente pode acontecer através da *memória-hábito*, ligada às exigências da socialização do indivíduo e à cultura, ou da *imagem-lembrança*, associada a um momento único, não reversível da vida. Contrariamente, para Halbwachs, é o presente que interfere no passado. Para ele, a memória é um fenômeno social porque é construída pelas instituições sociais formadoras do indivíduo, ou seja, depende do relacionamento dele “com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. Assim, para Halbwachs, a memória coletiva está ligada à memória de grupo, que corresponde ao conjunto das memórias individuais, que por sua vez, são produto das mudanças sociais, de um acontecimento social comum (BOSI, 2004).

Sobre as questões gerais da memória de bairro, devemos ter em mente que os depoimentos de vidas são também guias para se descobrir a cidade, porquanto os moradores são capazes de reconhecer no traçado das ruas, nos espaços públicos e nas edificações a sua cidade, as suas marcas existenciais (dos próprios moradores e da cidade). Para Bosi (1992): “[...] os bairros têm não só uma fisionomia como uma biografia. O bairro tem sua infância, juventude, velhice. Esta, como a das árvores, é a quadra mais bela, uma vez que sua memória se constitui. Nas histórias de vidas podemos acompanhar as transformações do espaço urbano [...]”. Para a autora, o bairro é o “lugar nosso”, uma vez que nele é formada a identidade do morador e é nele que a relação com o espaço que o circunda é mais densa.

O bairro é uma totalidade estruturada, comum a todos, que se vai percebendo pouco a pouco, e que nos traz um sentido de identidade.
É um **lugar nosso**, e um lugar nosso deve ter, como ensina a Psicologia da Gestalt, fechamento e proximidade de elementos, deve ser mais denso que seu entorno e permitir a dialética da partida e do retorno.
Permitir também peregrinações que são percursos sagrados a lugares mais densos de significação da cidade e às vezes, o sentimento de estar perdido num mundo vazio, monótono, violento. E o reencontro do caminho familiar, se ele ainda existe (BOSI, 1992, pp.147-148, grifo da autora).

Dessa forma, procuraremos trabalhar os depoimentos sobre o bairro do Farol a partir do farol, tendo como fundamento a assertiva de que as memórias individuais em conjunto são coletivizadas pela experiência de antigos moradores que tiveram o farol como monumento, pois construíram com ele a história de suas vidas, ao mesmo tempo em que esse instrumento servia-lhes de testemunho da sua existência naquele local.

3.4.2 “Porque o farol me viu nascer”

A frase que intitula essa seção foi extraída do depoimento de D. Maria do Carmo da Costa Leite, hoje com 85 anos de vida e de memórias do farol. Perguntada por que havia chorado após a transferência do farol, D. Maria do Carmo respondeu: “porque o farol me viu nascer”. Juntamente com os depoimentos de outros antigos moradores, esse depoimento aponta para o estabelecimento de relações afetivas duradouras estabelecidas com o farol, fazendo dele *testemunho* de suas vidas.

Revisando analiticamente entrevistas colhidas em trabalho anterior¹⁰³ realizadas com antigos moradores da ladeira da Catedral, caso de D. Maria do Carmo, julgamos ser apropriada a inclusão, neste trabalho, de análises de trechos de alguns depoimentos que demonstraram haver uma intrínseca relação de afetividade entre os moradores e o farol¹⁰⁴.

As entrevistas selecionadas compõem um conjunto homogêneo, cujo critério para de escolha foi a condição de o morador ter vivido nas cercanias do farol, antes da sua transferência em 1951, ou seja, há uma periodização quanto à faixa etária, tendo os entrevistados entre 60 e mais de 80 anos de idade, época da infância e adolescência, quando moraram na ladeira da Catedral durante sua infância e adolescência.

Antes de passarmos a analisar especificamente cada trecho das entrevistas, devemos nos posicionar de forma crítica perante os depoimentos dos entrevistados. Mais uma vez nos apoiaremos em Bosi (1992, p.145), quando afirma: “Se alguém colhe um ramalhete de narrativas orais tem pouca coisa nas mãos. Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como uma coisa, mas ela existe para transformar a cidade onde ela floresceu”. Esse mesmo sentido pode ser reconhecido no poema de Antônio Cícero – *Guardar* – em que “Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la”; ou seja, guardar o farol em depoimentos de vida é colocado no sentido de perpetuá-lo no tempo, e não restringi-lo a um passado morto, mas sim, torná-lo *vivo* na cidade. Daí a importância de trazermos essas histórias de vidas, que são tão singulares, e que dão vida, pela força da memória, ao farol, hoje ausente.

¹⁰³ Essas entrevistas foram do Trabalho Final de Graduação intitulado: ‘O registro da memória e o exercício do olhar na ladeira da Catedral e suas casas-mirante’, cujo foco era a formação desse espaço singular na cidade de Maceió e sua relação com a paisagem captada a partir dele. Esse trabalho não teve como intenção estudar o farol, mas apontou, após a descoberta de documentos consultados sobre ele e também pelos registros orais, a importância desse elemento para os moradores da Ladeira da Catedral, local, sem que houvesse uma análise aprofundada sobre esses registros orais.

¹⁰⁴ Para esta dissertação foi enviado projeto de pesquisa para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, sob processo n. 022688/2010-76, que foi aprovado no dia 03/03/2010. Ver ‘Anexo G’.

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.

Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.

Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.

Por isso melhor se guarda o vôo de um pássaro
Do que um pássaro sem vôos.

Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,
por isso se declara e declama um poema:
Para guardá-lo:
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
Guarde o que quer que guarda um poema:
Por isso o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar¹⁰⁵.

A análise das entrevistas dos moradores da ladeira da Catedral em conjunto resultou na identificação de um momento-chave, comum às memórias individuais, a catástrofe de 1949. Podemos dizer que esse acontecimento está associado à construção da memória coletiva do bairro do Farol por esses habitantes. Nas entrevistas, “a perda” do farol suscitou comparações (julgamento de valor entre o antigo e novo farol), esquecimentos e dor. Esses sentimentos são responsáveis pelo restabelecimento das relações entre passado e presente. Dentre os setes moradores entrevistados no trabalho citado anteriormente, foram escolhidos apenas três, Maria do Carmo, Salete Campos de Lima e o Prof. Henry Leite que conviveram na sua infância com o farol; os demais moradores não selecionados lembram-se do farol, mas não chegaram a conhecê-lo enquanto esteve na ladeira da Catedral¹⁰⁶. Nos fragmentos mnemônicos transcritos a seguir, identificamos diferentes características e abordagens do conceito de memória e de monumento que foram identificados nos depoimentos desses três moradores.

Para Maria do Carmo, a moradora mais antiga da ladeira da Catedral, a “perda” do farol em decorrência da tromba-d’água de 1949 aparece como a ruptura da continuidade de uma vida que o tinha como testemunho. A moradora de 87 anos tem na afetividade pelo farol, construída pela convivência com os faroleiros e o uso do espaço ao redor do farol, onde brincava na infância, o suporte de sua memória-hábito; e na lembrança da tragédia que levou à perda do “monumento”, a imagem-lembrança.

¹⁰⁵ Disponível em: < <http://www2.uol.com.br/antoniocicero/poema1.html> >. Acesso em: 25 jul. 2010.

¹⁰⁶ C.f. FORTES, 2007. O Termo Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E) de cada morador entrevistado, conforme exige o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, estão disponíveis no ‘Anexo F’ desta dissertação.

[Era] o farol mais bonito do Brasil! Aí eles deixaram demolir o farol. Chorei tanto quando começaram a demolição do farol! [...] Que eu nasci e me criei vendo o farol aqui. O reflexo do farol passando pra cima e pra baixo. Depois desmancharam o farol todinho. E eu chorei tanto com a demolição do farol que quase morro. Porque o farol me viu nascer (Maria do Carmo in FORTES, 2007).

Tanto nos depoimentos de Maria do Carmo (“O farol mais bonito do Brasil”), quanto no de Salete Campos, “o daqui era um dos faróis mais bonitos e mais altos do Brasil, que hoje é aquele que parece mais um sururu de capote ali no Jacintinho. Eu achei horrível aquele farol”, aparece o senso estético de um monumento que era visto quase como inigualável.

Nesses dois casos, o conceito de monumento é evocado como obra que guarda a emoção e as lembranças de um passado; ele aparece nos depoimentos amparado por uma certa nostalgia, pelo sentimento de despeito ao novo farol e de apego ao antigo. Esse “achar horrível” é no fundo uma rejeição à substituição do “seu” farol, “perdido” e insubstituível. Para essas pessoas, não é possível a existência de um outro farol que mantenha o significado do anterior, como testemunho de um passado.

Essas considerações nos permitem interpretar o farol, no sentido do conceito original de monumento construído por Choay (2006, p.17-18), como “aquilo que traz à lembrança alguma coisa [...] de tocar, pela emoção, uma memória viva”; sem dúvida, foi o que levou essas moradoras a elegerem o farol como monumento. Por outro lado, segundo a autora citada, o monumento em seu conceito original se distingue do conceito de monumento histórico; no monumento há uma intencionalidade de criação, pois é pensado *a priori* para servir de testemunho; enquanto o monumento histórico não é desejado, é criado *a posteriori*, sendo escolhido por um especialista, dentre outros edifícios de uma cidade, para abrigar a memória por sua expressividade histórica e artística, identificadas pelo historiador ou amante das artes (RIEGL apud CHOAY, 2004). Devemos considerar, todavia, que mesmo não tendo sido o farol construído para suscitar lembranças, pois é um instrumento náutico, ele guarda na essência, a idéia original do monumento, e de fato, para essas moradoras como quem sabe para outros habitantes que conviveram com ele, o farol desempenhou tal função.



Ilustração 68: A Sr.ª. Salete Campos Lima expondo o quadro do farol que tem em sua casa. Fonte: acervo da autora, set. 2007.



Ilustração 69: Quadros expostos na sala da residência de D. Maria do Carmo. Da esquerda para a direita: o farol do bairro do Jacintinho, o antigo farol e o farolete na praia da Ponta Verde. Fonte: acervo da autora, set. 2007.

Já no depoimento do Prof. Henry Leite,

E engraçado que eu não me lembro da demolição. Eu sei que houve demolição, mas não tenho lembranças exatas da demolição. É como se eu tivesse num passe de mágica e que (...) talvez eu gostasse tanto e achasse aquilo bonito e quis apagar aquilo da minha mente (Prof. Henry Leite Pinho in FORTES, 2007).

Ao afirmar que quis apagar aquele acontecimento trágico da sua memória (a demolição do farol), estão presentes as características mnemônicas estabelecidas por Freud apud Coutinho (2001, p.103) de que a memória é a “vontade de se limitar ao essencial” e que o “esquecimento é uma forma de memória escondida”. Essas duas características da memória se expressam na relação travada pelo Prof. Henry com o “seu” farol pela impossibilidade de apagar a imagem do antigo farol da sua memória. A ausência do farol na paisagem fez do esquecimento do momento da perda uma forma de retê-lo na memória.

A poesia de Cipriano Jucá – *O farol de Maceió* – sintetiza essas relações de afetividade que os moradores que com ele conviveram construíram:

Plantado neste solo há tantos anos
Cumpres o teu destino a tempo e a hora
Vêm as naves singrando os Oceanos
E a tua luz é um guia barra a fora

Farol de Maceió! Meus desenganos
– Aqueles que me são tantos agora
E que me vão causando tantos danos
Onde também a tua luz vigora –

Relembra o teu passado e o meu passado;

A infância que gozei sempre ao teu lado,
Brincando à tua sombra protetora.

Farol de Maceió! Também meu guia!

Se desapareceres qualquer dia,
Que eu desaparecesse melhor fôra ...¹⁰⁷

3.4.3 Uma pequena biografia do bairro do Farol na prosa de um ilustre morador

O poeta alagoano Lêdo Ivo é o nosso ilustre morador. Nascido em 1924, viveu parte da sua infância, na década de 1930, no bairro do Farol, em um sítio na rua que recebe o nome do seu pai, Floriano Ivo¹⁰⁸. Assim como os antigos moradores da ladeira da Catedral, Lêdo Ivo construiu sua memória do bairro do Farol, a partir da relação de afetividade que desenvolveu pelo antigo farol de Maceió.

Eu devia ter cinco anos quando fui levado pela primeira vez a uma escola. Era um colégio protestante, onde já estudavam meus dois irmãos mais velhos. Meu pai era maçom e minha mãe católica – e a escolha desse colégio se deveria de certo a conveniência de local, pois não era longe da casa em que morávamos no Farol. Bastava atravessar aquele caminho, onde havia bois e vacas, orlas de mato e uma touça de capim escondida a injuriosa surpresa [...] (IVO, 2004, p. 17).

O poeta geográfico¹⁰⁹, cuja obra reflete o universo da sua terra natal, na obra ‘O ajudante de mentiroso’ (2009, p. 180) confessa que o farol “haveria de ser uma das minhas obsessões poéticas¹¹⁰”. Segundo Fernando Fiúza (2010, p. 34), poeta alagoano, as palavras ‘farol’ e ‘mar’ são recorrente nas obras de Lêdo Ivo, “tanto em prosa quanto em verso, mas sobretudo na parte que tem sua cidade natal como referência”. Ao ser perguntado sobre o que foi mais marcante na sua infância em Maceió, Lêdo Ivo respondeu: “Uma coisa que me impressionava muito, quando morava no Alto do Jacutinga, via o farol e os navios e aquilo me impressionava muito – o mar azul e o farol branco. Aquilo me marcou muito como símbolo de um mundo desconhecido e evasão¹¹¹”.

O farol branco, da inigualável alvidez que o distingue do atual, é a referência do ilustre morador à paisagem-relicário construída por ele com os elementos da Maceió em que viveu. Essa paisagem é a marca inexorável de sua vida e, portanto, herança, que guarda os

¹⁰⁷ In: Lima Junior (1974, grifo nosso).

¹⁰⁸ Segundo informações repassadas por sua filha Graça Ivo, via e-mail e MOTA (2010).

¹⁰⁹ C.f. FIÚZA, 2010.

¹¹⁰ IVO, 2009, p.180.

¹¹¹ ANDRADE (2010, p.17).

caracteres do seu lugar – do Farol – onde na infância pôde desenvolver laços que perduraram por toda a vida. Nas palavras de Leda Almeida (2010), biógrafa de Lêdo Ivo:

[...] o universo do poeta, universo de águas azuis e de lama turva da noite, de mangues e de currais de peixes; *de um farol a lhe apontar os navios que o incitaram a expatriar-se e, paradoxalmente a sempre ficar com o coração juncado à sua terra natal como lugar inarredável em sua obra, em sua memória e imaginação* (ALMEIDA 2010, grifo nosso)¹¹².

Dentre a vasta produção literária de Lêdo Ivo, selecionamos dois trechos do livro ‘Confissões de um poeta’¹¹³ para serem analisados, de forma breve, enquanto fragmentos mnemônicos¹¹⁴. Cada trecho corresponde às lembranças da terra natal, do bairro em que viveu, e, claro, do farol. As memórias do bairro e do antigo farol registradas nesse livro apontam para o reconhecimento do bairro como *lugar* de experimentação do indivíduo, e somente nele, e não na amplidão da palavra espaço, cabem as memórias que afloram em sua mais íntima revelação.

Sobre a colina, o farol branco e diante dele, o mar azul e os navios. Esta é a primeira paisagem que vi, quando menino, e será decerto a última coisa que contemplarei, na hora da morte. [...]. O início está no fim (IVO, 2004, p. 15, grifo nosso).

Em vários textos do livro ‘Confissões de um poeta’, como no transcrito acima, o farol e a paisagem marítima da cidade de Maceió aparecem como sua “porta de evasão” e sua referência à terra natal. O bairro do Farol é visto através do seu símbolo e monumento, sendo mais do que simplesmente o lugar onde viveu o poeta, ele é a marca de sua presença no local, assim como o foi para os antigos moradores entrevistados.

Em outro trecho, ele relembra o semáforo e os tiros de canhões, que a ele chegaram como herança. A presença desses elementos faz parte da sua vida e servem como referência de sua terra natal, ainda que não presenciados, pertencem a suas lembranças por que foram vivenciados em sua experiência com a avó.

¹¹² Trecho do texto Lêdo Ivo, o poeta que tem o selo azul das Alagoas, extraído do folder de divulgação do Memorial Lêdo Ivo, inaugurado em dezembro de 2010.

¹¹³ Obra memorialista, escrita quando Lêdo Ivo tinha 55 anos.

¹¹⁴ Sobre as questões literárias em torno da obra de Lêdo Ivo, é Teles (2002), que nos orienta por caminhos seguros. Ele destaca a marcante característica criadora do poeta alagoano, que transita entre o tradicional e o novo, questões que, para nós, a infância (no bairro do Farol) e a idade adulta (distante de sua terra natal) vêm representar, a exemplo da passagem do livro ‘Confissões de um poeta’: “tenho saudades do que não fui, do que deixei de ser (...) sou de novo um menino perdido e reencontrado, que se procura a si mesmo entre rostos indiferentes [...]”.

Emigrei, é certo, mas carreguei comigo a minha paisagem – uma paisagem que, hoje, só a mim pertence, entranhada no meu universo pessoal [...]. E nesta plataforma da memória o passado está à minha frente, igual ao futuro. O tiro de canhão que, na infância de minha avó, anunciava, do farol, a chegada dos navios, ainda repercute em mim. E o semáforo que o substituiu continua, em minha lembrança, a antecipar o meu próprio desembarque na terra perdida (IVO, 2004, p.111).

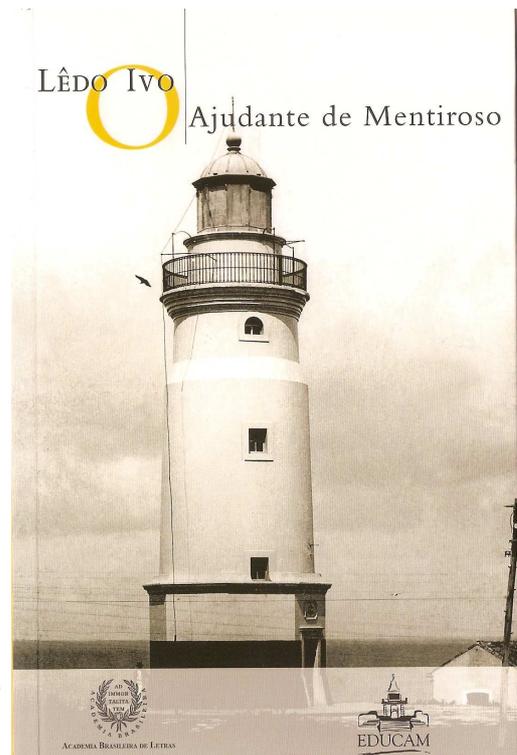


Ilustração 70: Capa do livro
'O ajudante de mentiroso', de Lêdo Ivo.
Fonte: IVO, 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Dos faróis guarnecidos, construídos no século XIX no Brasil, raros são aqueles localizados dentro dos perímetros urbanos; a maioria foi construída em locais quase inóspitos, em ilhas ou em pontos isolados da costa brasileira¹¹⁵. Seguindo esse mesmo princípio de localização, o antigo farol de Maceió poderia ter sido erigido nos distantes recifes de Jaraguá, como foi pensado em 1827. Nesse local, infalivelmente, ele teria servido apenas à navegação marítima como guia dos navegantes; porém, como esta dissertação demonstra, a decisão por sua construção no morro do Jacutinga mudou sua forma de apropriação.

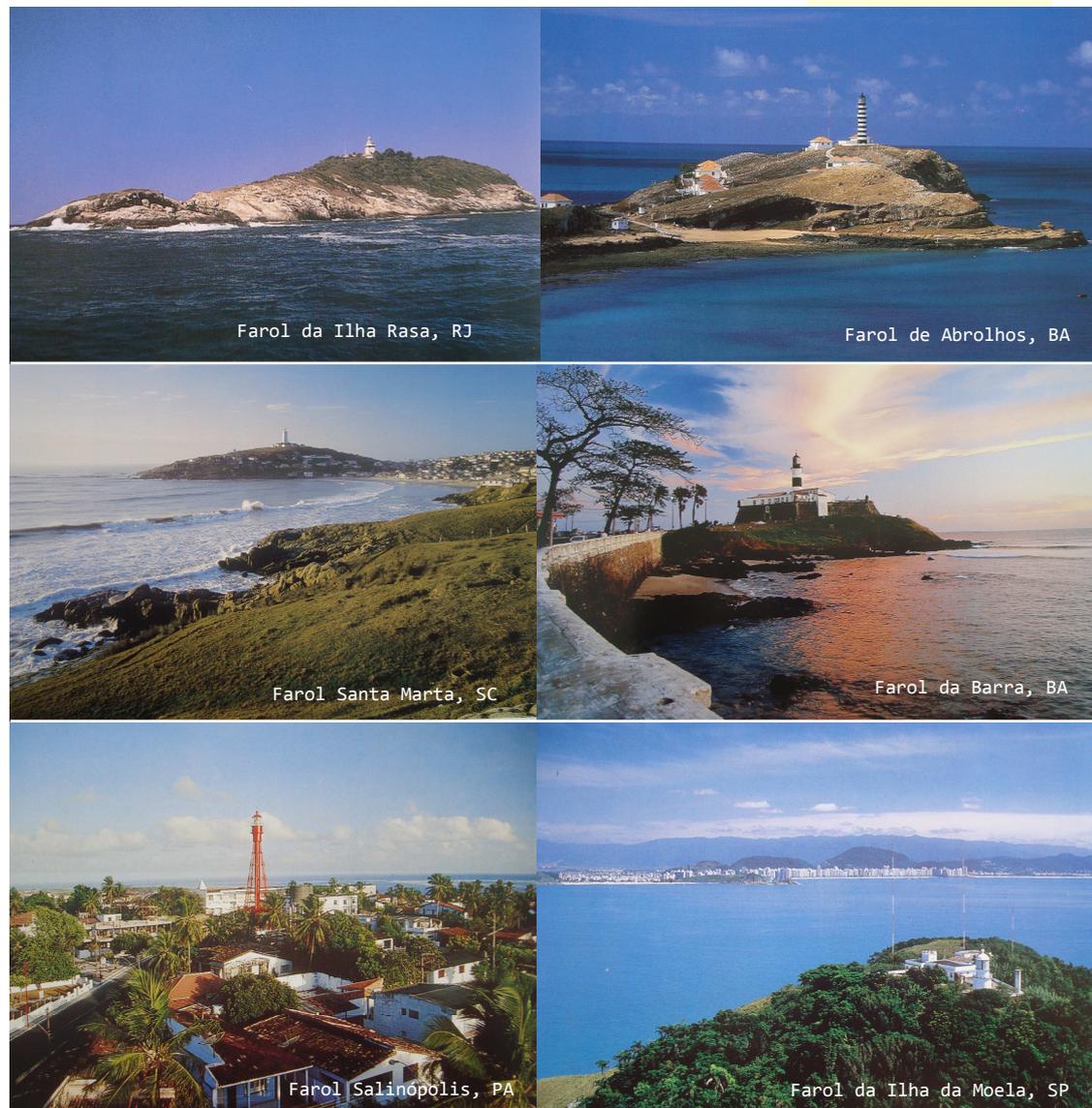


Ilustração 71: Faróis guarnecidos construídos no século XIX. Fonte: SIQUEIRA, 1997.

¹¹⁵ C.f. SIQUEIRA, Ricardo. **Fortes e faróis**. Rio de Janeiro: Mills: Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, 1997. Ver lista de faróis no 'Anexo H'.

Nas cartas náuticas, as coordenadas latitude 9°39'18"S e longitude 35°41'24"W indicam a posição geográfica do antigo farol I, portanto, sua localização no mundo, tal como é dito nos versos do poeta alagoano Fernando Fiúza: *Uma cidade sem farol/ Não pontua o mundo/ Não situa a gente/ não faz parte do jogo*¹¹⁶. Se, por essas coordenadas ele é único para os mares, quando traduzidas para o espaço urbano, elas tornam-se também únicas para a cidade de Maceió, pois indicam o ponto-marco de um bairro e de um monumento a ser considerado.

Erguido nesse ponto, o velho farol *marcou* simbolicamente o espaço urbano a sua volta, *representou* a cidade de Maceió, *contribuiu* para o seu desenvolvimento, e indiscutivelmente *permaneceu* na memória coletiva. Por sua participação no processo de formação do bairro do Farol e por sua condição de monumento, em “seu” espaço e para a cidade, o ‘farol de Maceió’ esteve de forma perene na vida dos maceioenses. Na verdade, ele *ainda* está, pois, conforme dissertado, sua ausência física não significou obrigatoriamente sua inexistência, aquela é apenas a constatação da perda do objeto, mas não dos seus significados. Assim, mediado pela memória como “passado ainda experimentado”¹¹⁷, ‘o farol de Maceió’ é *imane*nte à cidade, pois como monumento é resultado da apropriação dos habitantes e dos processos sociais de construção do urbano.

Se o farol pertence à cidade como monumento, também é verdade que é monumento por pertencer à vida de alguns moradores do “Farol” que viveram cotidianamente à sua sombra, pois foi capaz de despertar lembranças dos velhos tempos passados junto a ele. Para as pessoas entrevistadas ou citadas nesta dissertação, o farol serviu indubitavelmente de testemunho, porque consagrou um momento de suas vidas. Cada um dos antigos moradores entrevistados construiu, a seu próprio modo, o “seu” farol; e todos esses faróis, cuja imagem representativa é o antigo ‘farol de Maceió’, apesar de terem os mais diversos significados possíveis que as relações de vida possam lhe dar, são “memória viva”, que mesmo a devastadora força da tragédia de 1949 não foi capaz de apagar.

Assim foi *reconstruído* o antigo farol nesta dissertação, dentro da pluralidade de seus significados espaciais, simbólicos e relativos à memória da

¹¹⁶ FIÚZA, Fernando. Alagoado. Belo Horizonte: [s.n.], 2008, p. 43.

¹¹⁷ Ver definição de Rossi (2001) para monumento no item 4.2 do capítulo 4: Ausente, mas permanente, o farol na memória maceioense.



cidade de Maceió, e não de forma unívoca, apenas na sua função de guia. Para além do guia dos navegantes, o 'farol de Maceió' transcende a sua condição náutica, pois ele contém os caracteres da cidade, como referência ao passado, monumento ou símbolo de um bairro, mas nunca um simples farol. Por tudo isso, podemos dizer que as devastadoras águas de 1949 não levaram apenas um farol, levaram sim um património da cidade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de. A famosa geografia de Moira sobre Alagoas. **O Jornal**. Maceió, 26. out. 2008. Espaço. p. B4 e B5.

_____. **O Farol**. Maceió: s.n, 2008. (cópia cedida pelo autor).

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

AUMONT, Jaques. **A imagem**. Campinas: Papyrus, 1993.

AVÉ-LALLEMANT, Roberto. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**: 1859. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade Federal de São Paulo, 1980.

BARBUY, Heloisa. **A cidade-exposição**: comércio e cosmopolitismo em São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BARROS, Theodory Augusto de. **O processo de mudança da capital (Alagoas-Maceió)**. Maceió: EDUFAL, 1991.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. I).

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para Geografia Cultural. In: ROSENDAHL, Zeny e CORREA (Orgs.), Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

_____. Paysage, milieu, histoire. In: BERQUE, Augustin (Org.). **Cinq prépositions pour une théorie du paysage**. Paris: Champ Vallon, 1994.

BOSI, Ecléa. Memória da cidade. In: Secretaria Municipal de Cultura. Depto. Do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

_____. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPELLO, Maria de Fátima Mello Campello. **A construção coletiva da imagem de Maceió**: cartões-postais 1903/1934. Recife, Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2009. (Tese de Doutorado).

CABRAL, Torquato; COSTA, Craveiro. **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió: Typografia Commercial, 1902.

CARDOSO, Álvaro Cardoso (Org.). **Álbum ilustrado do Estado de Alagoas**. Maceió, [S.l.], 1908.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI; CARLOS; SEABRA (Orgs). **O espaço no fim do século**: a nova realidade. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Vânia Carneiro; LIMA, Solange Ferraz de. Militão e a Paisagem Possível. In: Gino Caldato Barbosa. (Org.). **Santos e seus Arrabaldes** - Álbum de Militão Augusto de Azevedo. São Paulo, 2004, v. 1, p. 10-17.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Paisagem, retórica e patrimônio. **Revista RUA**. Salvador, v. 6, n. 1, 2003, pp. 24-27.

CAVALCANTI, Verônica Robalinho. **La Production de l'espace à Maceió (1800 – 1930)**. Paris: Université de Paris I, Panteón – Sorbone, Institut d'etude du developpement Economique et Social, 1998. (Tese de Doutorado).

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

COSTA, J. A.; RAMOS, V. A.. O espaço urbano de Maceió – ambiente físico e organização sócio-econômica. In: ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de (Orgs.). **Geografia**: espaço, tempo e planejamento. Maceió: Edufal, 2004.

COUTINHO, Graça. Mosaico da memória. **Revista tempo brasileiro** (TB), Rio de Janeiro, n.147, pp. 101-106, out./ dez., 2001.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem**: uma história do olhar no Ocidente. Petrópolis: Vozes, 1993.

DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e cidadania. In: Secretaria Municipal de Cultura. Depto. Do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. Evolução urbana e social de Maceió no período republicano. In: COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

DUARTE, Abelardo. A primeira Geografia alagoana (em torno de um centenário e sua publicação). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, Maceió, v.24, n° 46, pp. 47-65.

_____. As características histórico-geográficas da cidade de Maceió. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, Maceió, v.38, pp. 13-27.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

DUNCAN, James. A paisagem como sistemas de signos. In: CÔRREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geografia alagoana**: descrição física, política e histórica da Província das Alagoas. Maceió: Edições Catavento, 2001.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Ver a cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **A cidade de Marechal Deodoro**: de projeto colonizador português à imagem do "lugar colonial". Porto: FAUP, 2006. (Tese de doutorado).

FIÚZA, Fernando. A cidade lembrada. MOTA, Vanessa. O menino reencontrado. **Revista Graciliano Ramos**, Maceió, ano III, n. 7, pp. 43-45.

FLETCHER, J. C. e KIDDER, D. P. **O Brasil e os brasileiros**: esboço histórico e descritivo. 6 ed. 2º Volume. Série 5ª brasileira. Vol. 205-A. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, 1941.

FORTES, Cynthia N. da Rocha. **O registro da memória e o exercício do olhar na Ladeira da Catedral e suas “casas-mirante”**. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GARRIDO, Joan Del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, pp. 33-54, set. 92/ ago. 93.

IVO, Lêdo. **Confissões de um poeta**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

_____. **O ajudante de mentiroso**. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2009.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (Org). 2 ed. **O fotográfico**. São Paulo: editora SENAC: Hucitec, 2005.

_____. **Origens e expansão da fotografia no Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Edição FUNARTE, 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LEITE, Miriam Lichitz Moreira. A fotografia e as ciências humanas. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, n. 25, pp. 83-90, 1º semestre de 1988.

_____. Texto visual e texto verbal. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira. (Orgs). **Desafios da imagem**: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. São Paulo: Papirus, 1998.

LIMA, Ivan Fernandes Lima. **Maceió, a cidade restinga**: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano. Maceió: EDUFAL, 1990.

LIMA JÚNIOR, Félix. O Velho Farol (II). **Jornal de Alagoas**. Maceió, 14 jun. 1953. Suplemento de divulgação literária, nº 24.

_____. **Fortificações históricas de Maceió**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1966. Caderno XXVIII.

_____. **O Planalto do Jacutinga**. Maceió: s.n, 1974. (Exemplar datilografado).

_____. **Maceió de Outrora**. Vol. 1. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1976.

_____. **Maceió de outrora**. Vol. 2. Maceió: Edufal, 2001.

LIMA, Solange Ferraz de. Paisagem urbana e História. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). **São Paulo, uma longa história**. São Paulo: CIEE, 2004, pp. 197-220.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província**: estudo da cultura alagoana. Maceió: Edufal, 2005.

LISSOVSKY, Maurício. Sob o signo do “clic”: fotografia e história em Walter Benjamin. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira. (Orgs). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais**. Campinas: Papius, 1998.

LOUZADA, Nilson Moulin. Diferentes suportes para a memória. In: Secretaria Municipal de Cultura. Depto. Do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e Troças**: leitura quente, crônica vermelha. Maceió: DEC, 1964.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Filhos do trabalho, apóstolos do Socialismo**: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895-1905). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em História, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo A. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOTA, Vanessa. O menino reencontrado. **Revista Graciliano Ramos**, Maceió, ano III, n. 7, pp. 43-45.

NONATO, José Antonio e SANTOS, Nubia Melhem. 2 ed. **Era uma vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Imagem e Ciências Sociais: trajetória de uma relação difícil. In: BARBOSA, Andréa, CUNHA, Edgar Teodoro da, HIKIJI, Rose Satilio Gitirana (Orgs.). **Imagem-conhecimento**: Antropologia, cinema e outros diálogos. Campinas: Papius, 2009.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As fortalezas e a defesa de Salvador**. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

PATETA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Anateresa (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel-Edusp, 1987.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**: textos escolhidos de Charles Sanders Peirce. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

PEREIRA, Margareth da Silva. O olhar panorâmico: a construção da cidade como experiência e objeto de conhecimento (1800-1830). **Revista RUA**. Salvador, v. 7, n.2, 2006, pp. 140-150. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/issue/view/353/showToc>> . Acessado em ago. de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ. **Plano Diretor de Maceió**. Lei Municipal n. 5.486 de 30/12/2005.

_____. **Código de urbanismo e edificações de Maceió**. Lei Municipal n. 5.593 de 08/02/2007.

RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo**: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2004. (Tese de Doutorado).

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 11 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ROCHA, José Maria Tenório. **Maira, o desconhecido autor da primeira história de Alagoas**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Maceió, v. XLIV, pp. 103-108.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANDEVILLE JÚNIOR, Euler. Paisagem. **Revista paisagem e ambiente**, São Paulo, n. 20, 2005. Disponível em <www.espiral.org.br/paisagens/publicacoes/2005paisagem.pdf>. Acesso em jun. de 2009.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **A metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Uma associação centenária**. Maceió: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Cultura, 1966.

_____. **Mitos da escravidão**. Maceió: Secretaria de Estado Comunicação Social, 1982.

SHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva; Bogotá: Colômbia: Convenio Andres Bello, 2001.

SILVA, Márcio Ferreira da Silva. **A geografia literária de Lêdo Ivo**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, 2007. (Dissertação de Mestrado).

SIQUEIRA, Ricardo. **Fortes e faróis**. Rio de Janeiro: Mills: Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, 1997.

TAVARES, Braulio Fernandes. **Relatório que, sobre as ruas, travessas, beccos, praças e estradas de Maceió, apresentou ao Snr. Intendente desta Capital Dr. Luiz de Mascarenhas o funcionario municipal Braulio Fernandes Tavares em 19 de agosto de 1911**. Maceió, Typographia Commercial, 1911. Maceió, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, E-AL-1, P- 4, L-37.

TELES, Gilberto Mendonça. **Contrametragem: estudos de literatura**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

TENÓRIO, Douglas Aprato. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. Curitiba: Hd livros, 1996.

_____. **A metamorfose das oligarquias**. Curitiba: Hd livros, 1997.

TIMÓTEO, Edy Marreta. **Percepções coletivas da estrutura urbana de Maceió**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1984. (Dissertação de Mestrado).

VACONCELOS, Monsenhor Cícero de. **Sobre a História da Catedral de Maceió**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1962.

A N E X O S



ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO DO MINISTÉRIO DA MARINHA
ENCONTRADO NA CAPITANIA DOS PORTOS DE ALAGOAS SOBRE A INAUGURAÇÃO DO
NOVO SISTEMA DE LUZ DO FAROL DE MACEIÓ

Ministério da Marinha
Directoria de Navegação,
Ilha Fiscal, Rio de Janeiro
16 de dezembro de 1937.

Cópia das “Actas de Inauguração” do novo systema de luz e installação eletrica nos pharóes de Maceió – (Est. de Alagôas) e Santo Antonio da Barra (Est. da Bahia).

Acta de Inauguração do novo systema de luz e installação eletrica no pharol de “Maceió” – Aos vinte e oito dias do mez de Abril de mil novecentos e trinta e sete, no pharol de Maceió”, Estado de Alagoas, reunidos e presentes na câmara de luz, o Exmº Snr. Vice- Almirante Raúl Tavares, Director Geral de Navegação; Capitão de Corveta Eurico de Figueiredo Costa, Chefe da Divisão de Pharóes; Capitão de Corveta Plínio Mendonça da Fonseca Cabral, Capitão dos Portos, Capitão Tenente Mario Camara Hoffman, comandante do NHY “Jaceguay”; Officiais da guarnição do referido navio; Patrão-Mór da Capitania, Pharoleiro e pessoas gradas da localidade; tendo o Mecanico de Pharóes, Domingo da Silva Xavier, encarregado da eletrificação do pharol, declarado que a installação estava prompta a funcionar, foi pelo Exmº Snr. Vice-Almirante Director Geral de Navegação dito, que se achava possuido da mais intima satisfação pelo progresso e desenvolvimendado ao systema de pharolagem com a installação do primeiro pharol de luz eletrica na costa do Brasil, cuja eficiencia de funccionamento e poder luminoso representava uma positiva garantia do Auxilio aos Navegantes e, em seguida, ligando a corrente eletrica accendeu o pharól e que passou a movimentar-se exhibido relampagos de luz cuja duração eclipse estavam accordo com o determinado na “Lista de Pharóes” e como tudo estivesse perfeito, nada deixando a desejar, deu o novo systema de luz por inaugurado e determinou que o Mecanico Domingos da Silva Xavier demonstrasse aos presentes o typo, espécie e manejo do novo Apparelho, havendo o referido Mecanico explicado que: o aparelho de luz estava conxtituido por um bico provido de uma lâmpada filamento de 100 watts, tendo conjugado outro bicco de reserva para funcionar com gaz acetyleno, com o dispêndio de 100 litros por hora; que entrava em função automaticamente, desde que houvesse falta de energia elétrica ou incidente que impedisse a incandescência eletrica; que a rotação do aparelho lenticular era accionada por um motor elétrico de ¼ H.P. provido de uma campainha de alarme, destinada a dar aviso ao pharoleiro de serviço, no momento da interrupção de energia que paralyzara o motor, quando então passaria à rotação mecanica, e o bicco de acetyleno

accenderia e que por força do mesmo dispositivo se deslocaria para o lugar da lampada apagada; voltando ao ponto primitivo logo fosse restabelecida a corrente elétrica, ali o bico acetyleno se apagaria e a lâmpada elétrica tomaria automaticamente seu lugar; que a luz possuía a intensidade luminosa de 210.000 velas. Em seguida mandou o Exm^o Snr. Director Geral da Navegação, lavrar uma acta relativa ao acto da inauguração, na qual transcrevesse o historico do pharól, desde a sua inauguração, e a sua inauguração, e que é o seguinte: “Em 25 de Julho de 1827, o Tribunal da Junta do Commercio, remetteu ao Presidente da Província de Alagoas uma planta e desenhos de um pharol projectado para o porto de Jaraguá, podendo o mesmo ser tambem aproveitado em qualquer outro local. Em provisão de 2 de Março de 1830, determinou o mesmo Tribunal, Presidente daquelle Estado a construção do mencionado pharol, autorisando-o a despende, para este fim, a quantia de 6:000\$000 em prata que se achava na Thesouraria Geral da Fazenda Publica naquella Provincia; tendo sido então dado começo ao aterro sobre o recife do porto. Em 1834, tendo Bento Ferreira Guimarães e sua mulher, feito doação ao Governo, de 60 braças quadradas de terreno no alto do Jacutinga para construcção do pharol, foi mandado sustar as obras do aterro sobre o recife onde já se havia despendido alguma quantia. Em virtude da Autorisação conferida pela Lei n. 628 de 17 de Setembro de 1851, foi posta a disposição do Presidente daquelle Provincia a quantia de 10:000\$000; metade do que a Lei conferio para a principio da construcção daquelle pharol. Em 2 de Dezembro de 1851, foi lançada a primeira pedra para a construcção daquelle pharol, no Centro da cidade, Pelo Aviso de 9 de Maio de 1853, foi encommendado a Legação Imperial em Londres a compra de um aparelho de luz para esse pharol, e segundo informações daquelle Legação o aparelho custaria mais de 26.954 francos. Esse aparelho chegou em 1855 aquella Provincia e ficou depositado ate o final da construcção da torre. O pharol ficou constituído por uma torre tronconica de alvenaria caiada de branco encimada por um aparelho de luz de 3^a Ordem – Grande modelo; está situado no morro a cavaleiro da cidade a W. O aparelho é de lentes catodioticas, do systema chamado curto eclipse-fôgo vivo e variado por brilhos, luz de cor natural elevada à 62,2m. sobre o nivel do preamar, podendo ser visto a 20 milhas em tempo claro. No intervallo de 120 segundos deixa observar as seguintes phases: uma luz de cor natural por 72 segundos, um eclipse por 16 segundos, uma luz muito brilhante augmentando de intensidade por 12 segundos, seguindo-se outro eclipse durante 22 segundos. A torre está collocada na direção de 5^o NE com a ponta mais saliente do recife. O pharol foi localizado no lugar em que existio a casa de pólvora. Depois de sua inauguração sofreu modificações em 1896 e em 12 de Outubro de 1916 passou a funcionar com novo aparelho de luz, servido por um bico incandescente de 85m/m que funcionou por meio de ar comprimido, fornecido por uma bomba de ar conjugada a um reservatório a um

reservatorio de kerozene, o systema de luz é typo “Barbier”, o seu alcance óptico para transparencia média atmospherica, é então de 26'3 para luz branca e de 15'8 para encarnado; intensidade luminosa 31 mil velas. Tem uma installação de aparelho de nível constante e um bicco de 5 mechas concêntricas; o característico é: Rbl 1,0 X Ecl 9,0 X Rbl 1,0 X Ecl 9,0 = Período 20,0. O aparelho de luz tem 1,72m. de altura por 1,00m. de diâmetro, possui duas lentes de 0,66m. de diametro e de duas series de aneis catadriopticos de cada lado, em armaduras de metal; a rotação é feita por uma machina systema relojoaria; todo o aparelho lenticular repousa sobre uma cuba de mercúrio. O recinto destinado ao pharol está demarcado e em 1908 foi construído o muro o circunda, feito de alvenaria por 8: 876\$560 (722m²). Em 1936 foi installado um aparelho telephonic no pharol. O posto Semaphorico pertencente ao Ministério da Viação e que se achava sob a direcção da Directoria Regional dos Telegraphos de Alagoas, foi entregue em 1937 à Capitania dos Portos, passando o serviço de signaes a ser feito pelos pharoleiros e a annexado”. Do que para constar, eu, Dionysio Coutinho, Pharoleiro de Segunda classe lavrei a presente acta que depois de lida e achada conforme vae por todos os presentes assignada. (aa) Raúl Tavares. Vice-Almirante, Director de Navegação. Eurico de Figueiredo Costa, Capitão de Coverta, Chefe Divisão de pharóes, Mario Câmara Hoffman, Cap. Tt. Comte. do NHY “Jaceguay”.

Serviço de Sinalização Náutica do Nordeste – (SSN- 3).
Recife, 03 de Outubro de 1960.

Argemiro de Figueiredo Baldez
Farº Ref. “21”

ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DO OFÍCIO ENVIADO AO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE ALAGOAS EM 1877 PELO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE ALAGOAS SOBRE A MUDANÇA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE MACEIÓ

Associação comercial de Maceió. Of. Nº 1241. Maceió, 8 de março de 1877, remetido ao Presidente da Província de Alagoas, dr. Pedro Antonio da Costa Moreira. [APA, Associações, 1856/77, M13, E2]

[o documento começa acusando o recebimento de cópia do “regimento dos sinais para o telégrafo ótico deste porto”, que funciona desde 1 de março de 1877. Em seguida, pede permissão para tecer algumas declarações]

...

“Acostumada de longo tempo a população da capital a ter conhecimento da chegada dos vapores neste porto pelo meio até hoje empregado, muito tem estranhado o novo sistema adotado, e diversas reclamações nos tem sido dirigidas no sentido de representarmos a Vossa Excelência contra a extinção dos tiros de peça dados no alto do farol para sinalarmos a entrada de vapores.

Achando justas as reclamações que nos tem sido feitas, resolvemos rogar a Vossa Excelência que se digne pedir ao Governo Imperial a satisfação de tão justo reclamo, uma vez que a população por ele tanto se interessa.

Se os tiros disparados no alto do farol são de alguma forma prejudiciais, podem ser removidas as peças de artilharia para outro local que se preste ao mesmo fim, sem causar nenhum dano.

Entretanto se não pode ser atendido o nosso pedido, rogamos a Vossa Excelência que mande ao menos repetir os sinais em outro ponto da cidade, uma vez que o lugar escolhido não é visível da maior parte da cidade, tornando-se preciso que os interessados procurem conhecer os sinais dirigindo-se aos poucos lugares de onde podem eles ser vistos.

Confiamos que Vossa Excelência prestará atenção a reclamações que faremos em nome do comércio desta praça que representamos.

[...]

ANEXO C - TRANSCRIÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AO SECRETÁRIO DO INTERIOR PELO INSPETOR GERAL DE OBRAS PÚBLICAS NO DIA 17 DE AGOSTO DE 1896 QUE TRATA DO CALÇAMENTO DA LADEIRA DO PHAROL.

CORRESPONDENCIA que ao Snr. Dr. Secretario do Interior dirigiu o Inspetor Geral das Obras Publicas Terras e Colonisação, no dia 17 de agosto de 1896. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, P. 28, E. 12.

Devolvendo-vos a inclusa proposta da Empreza Constructora, referente ao calçamento da ladeira do Pharol desta cidade, cabe-me informa-vos o seguinte:

Tendo esta Inspectoria calculado o movimento de terra do perfil apresentado por aquella empreza, verificou haver 1425^{m¹}. o de aterro e 1900^{m¹}.o de corte, resultando, portanto, uma sobra de 475 ^{m¹}. o de terra que seria removida para o pantano existente no terreno de propriedade do Sr. Justino Torres, segundo a proposta.

Confrontando o perfil apresentado com o organizado por esta Inspectoria, o qual a este acompanha, vê-se que, por este ultimo, pouco movimento de terra haverá, porquanto tive em vista não prejudicar os prédios existentes na referida ladeira, aproveitando o declive natural da mesma com cortes e aterros de 0.40 a 0.50 em sua maxima altura, e quase nenhuma remoção de terra, entretanto que o projecto de empresa apresenta cortes e aterros com altura de 1^m.10 a 1^m.90, o que muito prejudicara os aludidos predios.

Calculando o preço do calçamento pela base da proposta (R\$ 24:000\$000), custará um metro quadrado R\$ 10\$720, ao passo que está orçado o da rua do Governador em R\$5\$600, de cujo comprimento resulta uma differença para mais de R\$ 5\$120.

Ainda mesmo que, attendendo-se á dificuldade de transporte de material seja o preço augmentado para 6\$000, importará o alludido calçamento em R\$ 13:440\$000, preço, aliás, bastante elevado.

Á vista do exposto, pensa esta Inspectoria que, sendo aceita semelhante proposta, ficará o Estado onerado de 10:560\$000, quantia esta que poderá ser applicada ao calçamento de outras ruas.

Saude e fraternidade
João F. Braga Nunes.

ANEXO D - TRANSCRIÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AO SECRETÁRIO DO INTERIOR PELO INSPETOR GERAL DE OBRAS PÚBLICAS NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 1896 QUE TRATA DO CALÇAMENTO DA LADEIRA DO PHAROL.

CORRESPONDENCIA que ao Snr. Dr. Secretario do Interior dirigiu o Inspetor Geral das Obras Publicas Terras e Colonisação, no dia 22 de setembro de 1896. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, P. 28, E. 12.

Cumprindo o disposto no art. 20 do Reg. de 11 de Abril de 1894, passo ás vossas mãos as inclusas propostas recebidas por esta Inspectoria para o serviço de calçamento da Ladeira do Pharol desta capital, afim de que vos digneis de submettel-as á apreciação do Sr. Governador, cabendo-me entretanto esclarecer-vos o seguinte:

A proposta n.º 1 estabeleceu o preço de 5\$800 rs. Por metro quadrado, o que corresponde á importancia de 12:992\$000 rs. Para todo o calçamento, obrigando-se a desapropriar duas pequenas casas existentes na referida ladeira, obrigação não cogitada por esta Inspectoria, porquanto nenhuma utilidade há na demolição das ditas casas que estão no alinhamento das outras edificadasno principio da mesma ladeira.

A de n.º 2 offerece fazer o calçamento pelo preço de 5 \$600 rs. Por metro quadrado, importando assim o serviço em 12:544\$000 rs. donde resulta uma differença para menos da 1.ª proposta de 448\$000 rs.

São estas as informações que tenho a submetter á consideração do Dr.º Governador que resolverá como melhor entender.

Saude e fraternidade
João F. Braga Nunes.

ANEXO E - TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DO PARECER SOBRE A ESCOLHA DO LOCAL PARA A IMPLANTAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO DE MACEIÓ EM 1850.

PARECER sobre a escolha de uma localidade na qual se deverá erigir um Cemiterio [...] assinado por Dr. Manoel Sobral Pinto, Vice-Presidente da Provincia, Antonio da Silva Lisboa, Dr. José Sesinando Avelino Pinho, Bernardo Pereira do Carmo Junior, conlorme, o Secretario do Governo, José Alexandrino Dias de Moura. Maceió, 23 de agosto de 1850. In: **RELATÓRIO que por occasio de deixar a presidencia da Provincia das Alagoas dirigio o illustrissimo e excellentissimo presidente Dr. José Bento da Cunha Figueiredo ao illustrissimo e excellentissimo presidente Dr. Manoel Sobral Pinto. Maceió, Typ. de J. S. da S. Maia, 1850.**

Dois são os principios cardeaes, que se devem estabelecer quando se trata da escolha de um local para edificios desta especie: 1.º a direcção dos ventos, e a natureza do solo: 2.º a posição topographica do terreno, e dos lugares adjacentes.

Sendo facta julgado tribunal da hygiene que os ventos que atravessam um Cemiterio extramuros devem primeiramente percorrer a Cidade que elle pertence para depois irem varrer os gazes que continuamente se levantão dessa habitação de cadáveres, nós elevamos este facta á cathegoria de principio, do qual dedusimos as condições accessorias, com que o mesmo principio se orna, taes como a posição da localidade, a natureza do solo, e os lugares adjacentes. E nem tudo isso bastou; porque não olvidamos que muitas vezes a ventania varre ao mesmo tempo a Cidade e o Cemiterio, sem que os miasmas exalados por este offendão a salubridade daquella, o que é sem duvida de interesse conhecer, principalmente em referencia a esta Cidade, cujas raias são formadas ou por montes empinados, ou por terrenos arenosos, ou por alagadiços, ou pelo mar.

Forão dois os lugares que nos pareceram mais apropriados para a erecção do Cemiterio; mas elles offerecem assim mesmo desvantagens salientes, que são todavia numerosas em um do que em outro. Um destes lugares é a chapada da parte da montanha, que fica em frente (pouco mais ou menos) ao sitio de D. Anna Magna, na Cambona, e o outro é a parte do terreno, que é adjacente á margem direita da estrada que vai desta Cidade, pelo lado O., para o Trapiche da Barra.

Maceió está sob os 9°, 40', 41''lat., e 35°, 50' long. [...] segundo o Capitão de Fragata Fillipe José Ferreira, comandante da Carioca: esta Cidade é guarnecida por um outeiro que se dirige do S. para o N. e NO. Até se confundir com o systema de montanhas, que percorre a provincia das Alagoas. E' sobre uma esplanada deste outeiro, a qual demora a 10° verdadeiros sobre o NNO. Distante da Cida de cerca de oitocentas braças, que está um dos dous lugares de que fallamos, sobranceiro á estrada da Cambona, e em frente ao sitio de D. Anna Magna. Os mirrados arbusculos e hervas agrestes, que ahi vegetão attestão a sterilidade do solo, cuja natureza não podemos conhecer em falta de

conhecimentos geologicos; mas que sendo uma especie de terra argilosa muito densa, cede difficilmente ao gume da enchada. Os terraes do verão, que sóprão frequentemente do N. para o NO. varrem primeiramente este local, e depois vem atravessar a Cidade, que fica a SE. 10° verdadeiros. Sobre a margem esquerda da estrada da Cambona, no interior de diversos sitios existem variadas fontes que abastecem de agua potavel aos habitantes de Maceió. Um especie de grotta, formada talvez pelas aguas das enxurradas, e depois levada ao ponto de servir caminho pelas pessoas que transitão por esses lugares, conduz o caminhante em plano inclinado cercado de paredões (resultado de escavação das enxurradas) da baze á esplanada do monte.

ANEXO F – CÓPIA DO PARECER DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL).


UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Maceió – AL, 03/03/2010

Senhor (a) Pesquisador (a), Chynthia Nunes da Rocha Fortes
Josemary Omena Passos Ferrare

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em 03/03/2010 e com base no parecer emitido pelo (a) relator (a) do processo nº 022688/2010-76 sob o título, **O antigo Farol de Maceió: guia e testemunhas** vem por meio deste instrumento comunicar a aprovação do processo supra citado, com base no item VIII.13, b, da Resolução nº 196/96.

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 196/96, item V.4).

É papel do(a) pesquisador(a) assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e sua justificativa. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o(a) pesquisador(a) ou patrocinador(a) deve enviá-los à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem incluídas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item IV. 2.e).

Relatórios parciais e finais devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos no Cronograma do Protocolo e na Res. CNS, 196/96.

Na eventualidade de esclarecimentos adicionais, este Comitê coloca-se a disposição dos interessados para o acompanhamento da pesquisa em seus dilemas éticos e exigências contidas nas Resoluções supra - referidas.

Esta aprovação não é válida para subprojetos oriundos do protocolo de pesquisa acima referido.

(*) Áreas temáticas especiais


Coordenador do CEP/UFAL
[Handwritten Signature]

Sugerimos ao Comitê de Ética em Pesquisa que considere, salvo melhor entendimento, o Projeto em pauta como aprovado.

VI. Data da Reunião:

Acordo
pesquisa
aprovada
Prof. Dr. Welton Mendes Lima
Coordenador do CEP/UFAL





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
PARECER CONSUBSTANCIADO

PROTOCOLO: 022688-2009-76

I. Identificação

1. Título: **O antigo Farol de Maceió: guia e testemunhas**
2. Orientadora: Dra. Josemery Omena Passos Ferrare. Orientada: Cyntia Nunes da Rocha Fortes.
3. Instituição onde se realizará: UFAL/FAU/Mestrado em Dinâmica do Espaço Habitado.
4. Data de apresentação ao CEP: 21/10/2009

II. Objetivos

- Estudar com as mudanças sócio-históricas da cidade de Maceió em fins do século XIX e início do século XX, levaram a uma nova configuração espacial da cidade, da mesma forma que buscou a área do atual bairro do Farol, como área de expansão e como significado, entendido o próprio Farol, elemento que marcou simbolicamente e territorialmente o bairro, pelo desempenho de suas funções. Assim, pretende-se estudar o elemento Farol como símbolo e memória social do bairro, analisando sua participação no processo de formação da área e no imaginário dos moradores que convivem com o bairro. Investigar, a partir dos testemunhos dos moradores mais antigos do bairro do Farol, as configurações simbólicas do farol na dinâmica espacial.

III. Comentários do Relator.

O Projeto é um estudo retrospectivo de dados de arquivos e apresenta Introdução, Justificativa, Objetivos, Metodologia, Cronograma, Referências e Currículos da Responsável, critérios de inclusão e exclusão, TCLE, atendendo as exigências da Resolução 196-96. Sugerimos ao Comitê de Ética em Pesquisa que considere, salvo melhor entendimento, o Projeto em pauta como aprovado.

VI. Data da Reunião:

Protocolo
pesquisa
aprovada
Prof. Dr. Walter Mendes Lima
Coordenador do CEPIUFAL



ANEXO G – LISTA DE FARÓIS GUARNECIDOS CONSTRUÍDOS NO SÉCULO XIX¹

Por região:

FAROL	ANO	LOCALIZAÇÃO
Sul		
Barra	1820	Rio Grande - RS
Mostardas	1894	Mostardas - RS
Santa Marta	1890	Laguna - SC
Arvoredo	1883	Ilha do Arvoredo - SC
Sudeste		
Moela	1830	Ilha da Moela - SP
Ponta do Boi	1900	Ilha de São Sebastião - SP
Da Ilha Rasa	1829	Ilha Rasa - RJ
De Cabo Frio	1836	Arraial do Cabo - RJ
São Tomé	1872	Campos - RJ
Santa Luzia	1871	Vila Velha - ES
Rio Doce	1895	Regência - ES
Nordeste		
Abrolhos	1861	Arquipélago de Abrolhos - BA
Da Barra	1698	Salvador - BA
Aracaju	1861	Aracaju - SE
De Maceió	1856	Maceió-AL
Olinda	1872	Olinda - PE
Ponta do Mel	1898	Areia Branca - RN
Mucuripe	1846	Fortaleza - CE
Santana	1831	Ilha de Santana - MA
São João	1884	Arquipélago de São João - MA
Norte		
Salinópolis	1852	Salinópolis - PA

¹ Conforme Lista disponível em Siqueira (1997).

Por ordem de construção:

FAROL	ANO	LOCALIZAÇÃO
Da Barra	1698	Salvador - BA
Barra	1820	Rio Grande - RS
Da Ilha Rasa	1829	Ilha Rasa - RJ
Moela	1830	Ilha da Moela - SP
Santana	1831	Ilha de Santana - MA
De Cabo Frio	1836	Arraial do Cabo - RJ
Mucuripe	1846	Fortaleza - CE
Salinópolis	1852	Salinópolis - PA
De Maceió	1856	Maceió-AL
Abrolhos	1861	Arquipélago de Abrolhos - BA
Aracaju	1861	Aracaju - SE
Santa Luzia	1871	Vila Velha - ES
Olinda	1872	Olinda - PE
São Tomé	1872	Campos - RJ
Arvoredo	1883	Ilha do Arvoredo - SC
São João	1884	Arquipélago de São João - MA
Santa Marta	1890	Laguna - SC
Mostardas	1894	Mostardas - RS
Rio Doce	1895	Regência - ES
Ponta do Mel	1898	Areia Branca - RN
Ponta do Boi	1900	Ilha de São Sebastião - SP